

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação

Natália Viegas de Souza Schmitz

**COMO IDOSAS DO RIO GRANDE DO SUL COM PROBLEMAS FINANCEIROS
LIDAM COM SUAS FINANÇAS**

Porto Alegre
2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação

Natália Viegas de Souza Schmitz

**COMO IDOSAS DO RIO GRANDE DO SUL COM PROBLEMAS FINANCEIROS
LIDAM COM SUAS FINANÇAS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Trabalho, Educação e Movimentos Sociais

Orientador: Prof. Dr. Johannes Doll

Porto Alegre
2020

CIP - Catalogação na Publicação

Viega de Souza Schmitz, Natália
Como idosas do Rio Grande do Sul com problemas
financeiros lidam com suas finanças / Natália Viega de
Souza Schmitz. -- 2020.
94 f.
Orientador: Johannes Doll.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de
Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2020.

1. Envelhecimento. 2. Endividamento. 3. Educação.
4. Finanças. I. Doll, Johannes, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por seu amor infinito e pela graça de me conceder todos os dias o ar que respiro.

Ao professor Dr. Johannes Doll, ser humano tão querido e estimado, por me acolher como aluna, por sua disponibilidade e atenção, com quem ainda tenho muito a aprender.

Ao meu marido Eduardo, homem que muito admiro, por me apoiar com amor e cuidado nesse processo do mestrado. Foi um desafio estudarmos juntos e no meio dessa “loucura” de pós-graduação a surpresa de aprender a SER pais do nosso pequeno cientista. O tempo voou e juntos conseguimos finalizar o doutorado e o mestrado, juntos até o fim. Obrigada por tanto...

À minha mãe, mulher de atitude e não de palavras, por abdicar tanto de seu tempo e vida para que eu pudesse concluir mais esta etapa. Pelo amor e carinho que devota ao meu filho. Sem tinada disso seria possível.

Ao meu filho Augusto, por me ensinar que a vida é mais do que obrigações e formalidades, por paralisar o tempo e me fazer sentir tão completa e amada quando olha em meus olhos. Tu vieste para me mostrar que outras versões de mim são possíveis, que a vida não precisa ser tão dura, que perfeição é algo apenas imaginável, que podemos controlar menos variáveis do que pensamos, e que não há limites para amar.

À minha irmã Ieda, meu cunhado Paulo e minha amada Ester, por compreenderem minhas ausências e me apoiarem para chegar ao fim do mestrado.

Aos membros do grupo de pesquisa do projeto “Propensão ao endividamento de pessoas idosas: um estudo sobre fatores de risco no Rio Grande do Sul”, pela aceitação da minha colaboração e participação e por todas as contribuições no processo de coleta dos dados desta dissertação.

Ao Sesc/RS e à FASC do município de Porto Alegre, pela parceria, abertura e organização com relação à coleta de dados da pesquisa.

Aos idosos e idosas que aceitaram participar da pesquisa.

A Carol Buaes, que me inspirou e apoiou meu ingresso no mestrado.

Aos meus colegas, orientandos do professor Dr. Johannes Doll, pelas trocas e aprendizados que tivemos juntos.

Aos amigos e colegas de trabalho que de alguma forma acompanharam este processo.

[...] que sirva para os futuros idosos essa pesquisa, aprender porque a gente não teve esse aprendizado. (E1 - Trecho de entrevista da pesquisa).

RESUMO

Nas últimas décadas, as políticas econômicas ampliaram o poder de compra da população através do crédito, encorajando o consumo mesmo sem dinheiro, por meio de uma promessa de dívida. Esse contexto facilitou o acesso a bens e serviços e provocou o endividamento, pois boa parte dos consumidores não está preparada para discernir sobre as relações de consumo, além de ser persuadida a consumir incessantemente. Percebemos também a emergência dos idosos como público potencial para o consumo, pela estabilidade de seus rendimentos, tornando-se um atrativo para as empresas e bancos. Entretanto, os idosos fazem parte de um público especialmente vulnerável nas relações de consumo, e com o marketing agressivo acrescido do abuso dos bancos, emerge o fenômeno do endividamento de idosos. Nesta dissertação tivemos o objetivo de analisar como idosos do Rio Grande do Sul com problemas financeiros lidam com as suas finanças. Desenvolvemos uma pesquisa qualitativa de campo junto a grupos de convivência de idosos do Sesc-RS e da FASC. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas e analisados a partir da análise de conteúdo. Foram analisadas entrevistas de 10 idosos, residentes em quatro cidades do estado: Bagé, Caxias do Sul, Passo Fundo e Torres. Identificamos três categorias para a discussão: a) Como as idosas aprenderam a lidar com o dinheiro; b) Como se desencadeiam processos de endividamento; e c) Como as idosas gerenciam as finanças. Na análise utilizamos como referenciais teóricos da área da educação as ideias de Peter Jarvis e Paulo Freire. Foi possível compreender que as idosas aprenderam a lidar com o dinheiro na vida adulta por meio de experiências como o trabalho, a composição de rendas e escolhas financeiras trazidas como “*levar na cabeça*” (experiência de disjuntura). O endividamento revelou-se reflexo de uma realidade complexa, marcada pela desigualdade social. Observamos certa dificuldade para o aprofundamento do tema nas entrevistas, na multiplicidade de razões apresentadas estiveram presentes: a insuficiência econômica, gastos imprevistos com a saúde, a adesão ao crédito consignado, o consumismo e a ajuda a terceiros. No que tange ao gerenciamento de suas finanças, verificamos que as idosas utilizam diferentes práticas: contar com o auxílio de terceiros, utilizar o dinheiro de acordo com as necessidades de subsistência, fazer compras à vista e em promoções, cortar gastos, atrasar pagamentos e comprar de forma parcelada. Ademais, sobre o futuro das finanças, ficou evidente o desejo de investirem em viagens como forma de fruir o tempo presente e a intenção de ter as finanças organizadas. Frente a isso, evidenciamos a necessidade de implementação de políticas públicas que criem condições necessárias para uma relação mais saudável dos idosos com as suas finanças, e ofereçam outros mecanismos de proteção contra o endividamento. Por fim, a educação financeira deve constituir-se como prática inclusiva, de promoção da cidadania, ampliando a capacidade dos idosos para a leitura crítica do mundo em que vivem, instrumentalizando-os para tomar decisões financeiras. Dessa forma, ultrapassando a perspectiva individualizante e culpabilizadora sobre o endividamento, de forma atenta à complexidade das relações humanas, nas quais há múltiplos interesses.

Palavras-chave: Envelhecimento. Endividamento. Educação. Finanças.

ABSTRACT

In the last decades, economic policies have increased the purchasing power of the population through credit, encouraging consumption even without money and generating debts to be repaid. This context facilitated access to goods and services and caused indebtedness, since most customers are not prepared to fully understand the consumption processes and are constantly persuaded to consume incessantly. We also noticed the emergence of the elderly as a potential target group for consumption, due to the stability of their income. Therefore this group of people became very attractive to companies and banks. However, the elderly are especially vulnerable in the relations and processes involved in consumption, even more when the aspects of aggressive marketing and bank malpractices are considered. As a consequence, we observe the phenomenon of indebtedness of the elderly. In this dissertation we aimed at analyzing how elderly people with financial problems deal with their finances in Rio Grande do Sul. We developed a qualitative field research with groups of elderly people taking part in projects of coexistence from Sesc-RS and FASC. Data was collected through semi-structured interviews and analyzed based on content analysis. The participants were 10 elderly women living in different cities of the state, Bagé, Caxias do Sul, Passo Fundo and Torres. Through content analysis we identified 3 categories for the discussion: a) How elderly women learned to deal with money; b) How indebtedness processes occur; c) How elderly women manage their finances. In the analysis we used as theoretical references Peter Jarvis and Paulo Freire. Hence, it was possible to understand that these elderly women learned to deal with money in their adult lives through experiences such as work, the combination of different incomes and bad financial choices, which are understood as mistakes that taught them a lesson. Indebtedness was exposed as a reflection of a complex reality marked by social inequality. We experienced a certain difficulty to deepen the discussions in the interviews. Among the multiple reasons presented for this difficulty are: insufficient financial resources, unexpected health expenditures, payroll loans, consumerism and financial support to others. In relation to their personal financial management, we found out that the elderly women use different practices: they rely on the support from others, spend money according to their subsistence needs, make cash payments and purchase discounted goods and services. They also cut expenses, delay payments and buy in installments. Furthermore, they expressed the wish of investing in travels as a way of enjoying the present, and the intention of organizing their finances. In light of this reality, we highlight the need for public policies that create the necessary conditions for a healthier relationship between the elderly and their finances, as well as offering other mechanisms to protect against indebtedness. Finally, financial education must become an inclusive practice, capable to promote citizenship and expand the elderly's capacity of critical thinking and judgment in relation to financial matters. Thus, they can overcome the individualizing and blaming perspective on indebtedness, paying attention to the complexity of human relations, in which multiple interests are present.

Keywords: Aging. Indebtedness. Education. Finances.

SUMÁRIO

1 NOTA INTRODUTÓRIA SOBRE QUEM AQUI SE PROPÔS A DISSERTAR	9
2 INTRODUÇÃO	11
3 OBJETIVOS	14
3.1 Objetivo geral.....	14
3.2 Objetivos específicos	14
4 REVISÃO DE LITERATURA	15
4.1 Envelhecimento humano e perspectivas da educação	15
4.2 Crédito consignado e endividamento de idosos.....	21
4.3 Educação financeira	25
5 ITNERÁRIO METODOLÓGICO	31
5.1 Cenário da pesquisa	32
5.2 Critérios de inclusão e de exclusão	33
5.3 Coleta de dados	33
5.4 Análise dos dados	34
5.5 Aspectos éticos.....	36
6 RESULTADOS E DISCUSSÃO	37
6.1 Como as idosas aprenderam a lidar com o dinheiro	39
6.2 Como se desencadeiam processos de endividamento	49
6.3 Como as idosas gerenciam as finanças	58
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
REFERÊNCIAS	74
APÊNDICE A – Roteiro de entrevista	86
APÊNDICE B – Quadros resumo das entrevistas realizadas e transcritas	87
APÊNDICE C – Questionário da pesquisa guarda-chuva	88
APÊNDICE D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	94

1 NOTA INTRODUTÓRIA SOBRE QUEM AQUI SE PROPÔS A DISSERTAR

Considerando a pluralidade dos lugares de fala, bem como as possibilidades de origem de uma pesquisa, e que essas influenciam desde a elaboração do projeto até a sistematização final do estudo, cabe neste ponto situar de onde e de quem nasceu o presente estudo. Este lugar é constituído pela compreensão quanto à indissociabilidade entre razão e emoção, entre teoria e prática, pois os binarismos em geral bloqueiam rotas para a esperança de outros olhares.

Acreditamos que um pesquisador é um ser “senti-pensante”, por isso não é apenas “uma cabeça rolando pelos caminhos” (GALEANO, 2012). A escrita de alguém está impregnada de suas marcas, suas vivências, seu tempo, ou a falta dele, sua história, suas experiências, suas relações. Ademais, pensando em aprendizagem como uma mistura de processos nos quais o sujeito de forma integral, corpo e mente, experiencia uma situação da qual os componentes são modificados em nível cognitivo, emocional ou prático e incorporados à história de vida (JARVIS, 2010), a pesquisadora aqui se propôs a outras aprendizagens, neste itinerário de processos múltiplos, que é pesquisar.

O estudo ora apresentado está repleto de vós, tomado por muitos elas/eles, outras (os) que mesmo sem o intento constituem a pesquisadora/aprendente que aqui escreve. Segundo Madalena Freire (2005, p. 2), “Eu não sou você/ Você não é eu/ Mas sou mais eu, quando consigo lhe ver/ Porque você me reflete/ No que eu ainda sou/ No que já sou e/ No que quero vir a ser”. Assim, a escrita desta dissertação se constrói na primeira pessoa do plural, *nós*, considerando entre outras razões a sua elaboração que parte de um trabalho que surgiu no coletivo, bem como o permanente devir sujeito nas relações, e ainda o fato da maternagem que invadiu e acompanhou o processo do mestrado, alterando de forma significativa o desenvolvimento de todo este trabalho. Importa assinalarmos que, desde o início do vínculo com o Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu) desta Universidade, a pesquisadora que aqui desenvolve seu estudo é também uma mãe, esposa, trabalhadora, assistente social na política pública de saúde, que mesmo com os entraves que teve no caminho, buscou conciliar os desafios de trabalhar 40 horas semanais na política de saúde em município da região metropolitana, com os estudos do mestrado.

Por fim, nesta dissertação nos posicionamos com relação à intencionalidade dos fins que desejamos, a qual está voltada a uma educação crítica. Sabemos que, de acordo com as ideias de Paulo Freire, não há neutralidade naquilo que fazemos, ainda que uma intervenção se anuncie neutra, leva consigo um posicionamento. Portanto, desenvolvemos o presente estudo impulsionados por um horizonte de mudanças sociais, e em busca de uma sociedade mais justa.

2 INTRODUÇÃO

O fenômeno mundial do envelhecimento humano é evidente. Sabemos que este é o grupo etário que mais cresce no Brasil e as projeções indicam a continuidade desse processo nas próximas décadas, sendo que em 2060 a proporção de idosos no país será de 33,7%, ou seja, para cada três pessoas na população uma terá 60 anos ou mais (IBGE, 2015). Em paralelo, observamos que diversas empresas de produtos e serviços têm encontrado no idoso uma fonte para obtenção de lucro, devido, entre outros fatores, à estabilidade de seus rendimentos, advindos de aposentadorias e pensões (BUAES, 2015). O fato de os mais velhos terem uma remuneração os leva a serem considerados como consumidores em potencial, de maneira que aqueles que possuem rendimentos maiores permanecem relativamente integrados à sociedade, já que na condição de consumidores são valorizados socialmente no sistema capitalista (BOTH; CARLOS, 2005).

Notamos na sociedade atual um forte apelo ao consumo, há estímulos por todos os lados promovidos por meio de vários instrumentos midiáticos e, além disso, têm sido alimentadas a ideia de felicidade e a valorização pessoal à medida do quanto se consome. Dessa forma, há um consumo em demasia, que gera diferentes problemas, desde o endividamento até a exploração do meio ambiente.

Um fator que compõe esse cenário fértil ao consumo e propenso ao consumismo é o crédito consignado, criado em 2003 com a medida provisória 130/2003, convertido na Lei n. 10.820/2003¹. Trata-se de uma possibilidade de empréstimo para aposentados e pensionistas com juros mais baixos do que aqueles usualmente praticados pelo mercado financeiro tradicional e que permite o desconto diretamente na folha de pagamento.

Dados mostram que é alto o número de idosos que contratam o empréstimo consignado, sendo que a cada dez beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), ao menos seis possuem dívidas com essa modalidade de crédito (TEMÓTEO, 2017). Outro ponto que chama a atenção é que entre as pessoas que tem uma postura mais favorável ao crédito há maior tendência para o endividamento, assim como a oferta expressiva de crédito contribui para tal situação (CHIEN; DEVANEY, 2001; BORTOLUZZI et al., 2015; REYMÃO; OLIVEIRA, 2017).

¹ Para uma leitura completa da lei, acessar: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.820.htm.

Em muitos casos, o endividamento pode expressar um tipo de violência contra o idoso, a violência financeira, tanto em nível institucional, perpetrada pelo Estado, por meio da negligência no que tange à efetivação dos direitos e proteção social dos mais velhos, como em nível familiar e social, expressando-se por abusos financeiros de diferentes ordens (MOTTA, 2014).

Além disso, os idosos fazem parte de um grupo considerado, em sua maioria, como mais vulnerável, no que tange às condições de baixa escolaridade e baixa renda em geral (IBGE, 2016). Em pesquisa recente sobre idosos no Brasil, 40% dos entrevistados referiram dificuldades na leitura e na escrita, tanto pelo analfabetismo como pela pouca escolarização formal ou mesmo o analfabetismo funcional (VENTURI et al., 2020). Quanto aos rendimentos dos idosos, é interessante notarmos que apesar de considerados mais estáveis, relativamente maiores do que a média da população, não são capazes de suprir todas as necessidades desses idosos, e muitos seguem trabalhando por necessidade de aumentar a renda (SPC; CNDL, 2018). Outra característica é o risco aumentado de doenças e também sua situação frente a um contexto de mudanças rápidas, consideravelmente diferente daquele em que eles cresceram e tiveram suas primeiras aprendizagens sobre a vida. Situações que ampliam as chances de abusos financeiros contra esses idosos pelo mercado com estratégias de marketing agressivas e sedutoras ou mesmo por parte de familiares.

Diante desse cenário, tornam-se necessários diferentes tipos de intervenção para promover e ampliar a proteção social e autonomia dos idosos. Podemos citar alguns exemplos de ações: controle social e pressão popular para termos políticas e serviços que enxerguem o idoso enquanto sujeito capaz e ao mesmo tempo disponham de mecanismos de anteparo aos mesmos na situação de violação de direitos, atividades de educação financeira, educação para o envelhecimento, trabalho com famílias para o fortalecimento de vínculos familiares, instrumentos de proteção jurídica, maior rigor e fiscalização quanto à efetivação do Estatuto do Idoso², etc.

Para que essas ações sejam planejadas e executadas considerando os dados dessa realidade de forma crítica e reflexiva, entendemos a premência da realização de estudos sobre a temática, tendo em vista nosso entendimento de que a prática e a teoria podem e devem andar entrelaçadas. Nesse sentido, teve início no ano 2015 uma pesquisa guarda-chuva intitulada “Propensão ao endividamento de pessoas idosas: um estudo sobre fatores de risco

²BRASIL. Lei 10.741/2003.

no Rio Grande do Sul”, por um grupo de pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), da qual esta dissertação se apresenta como um recorte.

Durante as vivências da pesquisa, enquanto pesquisadora voluntária do referido grupo, e também enquanto trabalhadora assistente social, no encontro e identificação de idosos endividados e que vivem com problemas financeiros surgiu o desejo de aprofundar o olhar para esses processos de forma qualitativa. Então, emergiram perguntas sobre o uso do dinheiro pelos idosos: De que forma aprenderam a lidar com o dinheiro?; Como se deu essa relação com o dinheiro ao longo de suas vidas?; Quais motivos levam os idosos a situações de problemas financeiros?

Diante disso, e considerando a situação contemporânea das pessoas idosas, a inclusão deste segmento da população no mundo do consumo, o alcance do crédito consignado para aposentados e pensionistas e o endividamento de idosos, a problemática que será discutida neste estudo é a seguinte: Como idosos do Rio Grande do Sul com problemas financeiros lidam com suas finanças?.

A presente dissertação está dividida em sete capítulos, sendo este, o segundo deles. O capítulo seguinte explicita os objetivos do trabalho. No quarto capítulo é feita uma revisão de literatura, na qual são visitadas produções teóricas referentes ao envelhecimento e educação, crédito consignado e endividamento de idosos, e educação financeira. O quinto capítulo apresenta o itinerário metodológico que foi percorrido, mostrando o cenário da pesquisa, os critérios de inclusão e exclusão dos participantes, como foram realizadas a coleta e a análise dos dados, acrescido dos aspectos éticos. O sexto capítulo apresenta a análise e discussão dos resultados, discorrendo sobre três categorias que trazem resposta à questão do estudo, mostrando como as idosas aprenderam a lidar com o dinheiro, como se desencadearam processos de endividamento, e ainda, como as idosas gerenciam as suas finanças. Por fim, no sétimo capítulo são feitas as considerações finais, contendo reflexões sobre os resultados, contribuições e limitações do estudo realizado.

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo geral

Analisar como idosos do Rio Grande do Sul com problemas financeiros lidam com suas finanças.

3.2 Objetivos específicos

- a. Conhecer as razões que levam idosos a situações de problemas financeiros;
- b. Compreender como se dá a relação dos idosos com o dinheiro ao longo da vida;
- c. Compreender como os idosos aprenderam a lidar com o dinheiro.

4 REVISÃO DE LITERATURA

4.1 Envelhecimento humano e perspectivas da educação

Os idosos constituem o grupo etário que mais cresce no Brasil e no mundo. No último censo realizado pelo IBGE (2010), cerca de 10% da população brasileira tinha mais de 60 anos, sendo que em 2020 as estatísticas apontam o índice de 14,26% para essa faixa etária (IBGE, 2020). No caso do estado do Rio Grande do Sul, a população é ainda mais envelhecida do que a média do país: em 2010 os idosos representavam 13,57% da população gaúcha, chegando a 19,30% em 2020 (IBGE, 2020). Outro indicador que também é utilizado para medir o envelhecimento da população é o índice de envelhecimento, caracterizado pelo número de pessoas com mais de 60 anos para cada grupo de 100 crianças de zero a 14 anos. No Brasil, esse índice era de seis pessoas idosas para cada 100 crianças em 1950, subindo para 29,55 em 2010 e 46,89, em 2020. No caso do Rio Grande do Sul, atualmente esse índice é de 71,98 (IBGE, 2020). As projeções do IBGE indicam ainda que em 2060 a proporção de idosos no país será de 33,7%, ou seja, para cada três pessoas na população, uma terá 60 anos ou mais (IBGE, 2015).

A despeito da noção de que a atenção ao fenômeno de envelhecer seja recente “as ideias sobre a velhice são tão antigas quanto a origem da humanidade” (NETTO, 2011, p. 3). Contudo, foi a partir do século XX que houve um aumento na produção de conhecimentos nesta área (NETTO, 2011). O envelhecimento humano requer um olhar interdisciplinar e, portanto, interprofissional para sua compreensão, tendo em vista que engloba todos os aspectos da vida (NETTO, 2011). Além disso, é necessário assinalarmos a heterogeneidade dos processos de envelhecimento, pois existem variadas formas e contextos do envelhecer (CÔRTE; MEDEIROS, 2009). Há uma tendência de afirmativas que rotulam essa fase da vida como, por exemplo: “A velhice é assim...”, “O velho no Brasil está assim...” etc., então considerando que esses processos são influenciados, entre outros, por aspectos sociais, econômicos, culturais, comportamentais, podemos utilizar o termo velhices (FERRIGNO, 2009).

Para a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), o envelhecimento humano é um processo caracterizado pela individualidade de cada ser, que ocorre de forma cumulativa. Envelhecer não significa adoecer, porém transforma o organismo, ao passo que o indivíduo

velho pode se tornar menos capaz de enfrentar o estresse do meio ambiente e tem sua possibilidade de morte aumentada (OPAS, 2003). Tradicionalmente a velhice esteve relacionada às ideias de doença, incapacidade e inutilidade (DEBERT, 2004).

Quanto às representações sociais relacionadas aos idosos, Simone de Beauvoir (1990) mostra como estas variaram ao longo da história, dependendo das formas de organização social de cada contexto. Em sociedades nômades, cuja economia era baseada na coleta e na caça, os idosos não tinham prestígio e eram deixados para trás. Já em sociedades agrícolas o status social dos idosos possuidores de terras era mais alto. Mais recentemente, a era industrial desprezou o corpo velho alicerçada em uma economia segundo a qual o valor do sujeito está ligado à sua capacidade de produzir. Nas últimas décadas do século XX surgiu o termo “terceira idade”, por acreditar-se que com ele seria possível substituir as impressões negativas relacionadas ao “velho” (PEIXOTO, 2007). Isso acarretou transformações graduais nessas imagens, apesar de ainda prevalecerem muitas conotações negativas. Mais recentemente, sob a égide da sociedade do consumo, grande parcela dos idosos começou a ser vista como público alvo potencial para o mercado, a venda de medicamentos, dietas, terapias, tratamentos, cirurgias, vestuário etc., deixando de ser considerados “fonte de miséria” para ser “fonte de recursos” (DEBERT, 2004).

Essa concepção trouxe consigo a ideia de que a responsabilidade de ter um envelhecimento feliz e saudável é unicamente do próprio indivíduo, a qual Debert (2004) chamou de “reprivatização da velhice”. De acordo com a autora, esse processo é capaz de mascarar as obrigações do Estado e os fatores sociais que influenciam nas condições de vida dos mais velhos, produzindo compreensões culpabilizadoras e individualizantes quanto ao envelhecimento, como se esse processo dependesse apenas de escolhas pessoais. O que se coloca então é a necessidade de considerarmos como a cultura autopreservacionista, fundada em valores como o consumismo e a competição, pode influenciar na compreensão que se tem do sujeito idoso.

Em estudo de revisão sobre diferentes perspectivas de análise sobre o envelhecimento são abordadas quatro visões do fenômeno: “biológico/comportamentalista”, “economicista”, “socioculturalista” e “transdisciplinar” (SIQUEIRA; BOTELHO; COELHO, 2002). Na compreensão “biológico/comportamentalista” são analisados tópicos da fisiologia, demografia, bem como o papel das políticas de saúde com relação a eles, pontuando o envelhecimento como uma questão do Estado. O pensamento “economicista” detém-se “em situar o lugar dos velhos na estrutura social produtiva, centrando as análises na questão da ruptura com o mundo produtivo do mercado de trabalho, especificamente, na questão da

aposentadoria.” (SIQUEIRA; BOTELHO; COELHO, 2002, p. 902). Na ótica “socioculturalista”, a partir das ideias de Guita Grin Debert, o envelhecimento é compreendido como construção social, tendo os papéis sociais, funções na família e trabalho estabelecidos pela sociedade e cultura. E na abordagem “transdisciplinar”, partindo do pensamento de Ecléa Bosi, o processo é percebido como “fenômeno natural e social que se desenrola sobre o ser humano, único, indivisível, que, na sua totalidade existencial, defronta-se com problemas e limitações de ordem biológica, econômica e sociocultural”. (SIQUEIRA; BOTELHO; COELHO, 2002, p. 905).

De acordo com Peterson (1976), a gerontologia educacional estuda e pratica ações educacionais sobre a temática do envelhecimento ou direcionadas à velhice e aos idosos. Em sua perspectiva há três pontos que podemos observar quanto ao desenvolvimento de atividades educacionais: a) voltadas diretamente às pessoas idosas; b) sobre o tema do envelhecimento e idosos; e c) com o objetivo de preparação de profissionais para o trabalho com idosos.

Nesse sentido, podemos dizer inicialmente que a “educação é um processo intencional que busca levar outras pessoas a certo tipo de comportamento” (DOLL, 2008, p. 9). Ao longo do tempo as ideias sobre a educação vêm sendo mudadas, assim como têm sido desenvolvidas diferentes teorias educacionais, com isso o conceito de educação foi ampliado sendo estruturado em educação formal, educação não-formal e educação informal (DOLL, 2008).

Nos últimos tempos desenvolveu-se uma nova teoria educacional, que segundo Doll (2008, p. 19), baseado nas ideias de Oelkers (2008), “compreende o processo de educação como uma influência mútua de diferentes atores em determinados contextos sociais”. Esta concepção mais ampla de educação também envolve os diferentes ciclos da vida. Nas palavras de Doll (2014, p. 08), “de fato, sabemos hoje que costumes, habilidades e posturas adquiridos durante a infância e juventude influenciam fortemente o processo de envelhecimento”.

Ao pensar na educação e aprendizagem enquanto processos que ocorrem nas relações com o meio em que vivemos, consigo e com o outro, a socialização primária, a qual é vivenciada por todo o indivíduo que se torna membro da sociedade (BERGER, LUCKMANN, 1994), é um ponto a ser considerado. Berger e Luckmann (1994) partem de uma concepção da sociedade enquanto realidade objetiva e subjetiva, e examinam as conexões entre o pensamento e as circunstâncias/conjuntura em que nascem. Dessa forma, analisam a socialização primária como uma experiência na qual o ser humano pode aprender. A socialização primária ocorre na infância, tendo como ponto de partida a interiorização,

compreendida como percepção instantânea de alguma situação objetiva como algo que faça sentido. Em outras palavras, a interiorização ocorre como a expressão de processos subjetivos de outro indivíduo, que se transforma em algo subjetivamente importante para quem o percebeu. Além disso, ocorre de forma dialética, com processos concomitantes de exteriorização, objetivação e interiorização (BERGER, LUCKMANN, 1994). A interiorização em sentido amplo, “constitui a base primeiramente da compreensão de nossos semelhantes e, em segundo lugar, da apreensão do mundo como realidade social dotada de sentido” (BERGER, LUCKMANN, 1994, p. 174).

Nesse processo de aprender de si e do mundo, a criança não é passiva, porém o papel considerado mais relevante é desempenhado pelos adultos, que estabelecerão as normas para a convivência (BERGER, LUCKMANN, 1994, p. 174). No transcurso de identificação, na socialização primária, ocorre a relação dialética entre o papel/identidade atribuída e o que disso foi apropriado pela criança, sendo que quando o indivíduo assume essa identidade e papéis pode assumir o mundo dos outros (atribuidores de papéis/identidade) (BERGER, LUCKMANN, 1994). Segundo os autores, os aprendizados da socialização primária ficam mais fortalecidos na consciência do que aqueles das socializações secundárias. Outro aspecto de destaque, na análise dos autores sobre esse processo, é que além do aprendizado intelectual a socialização primária acontece em situações repletas de sentimentos e emoções. Assim, na falta do vínculo emocional, a aprendizagem se tornaria difícil e até mesmo impossível (BERGER, LUCKMANN, 1994).

Peter Jarvis, importante pesquisador sobre a aprendizagem, educação continuada e de adultos, faz uma diferenciação entre aprendizagem e educação. A educação é compreendida por ele como a provisão de oportunidades de aprendizagem (JARVIS, 2010). Quanto a isso, o autor tece uma crítica determinante, pois verifica que essas oportunidades têm tido seus parâmetros estabelecidos de acordo com o interesse de seus ofertantes. Além disso, de acordo com Jarvis (2010) essas oportunidades de educação têm sido direcionadas tradicionalmente ao público infantil. A aprendizagem é um processo pessoal, existencial e experimental, é um encadeamento que seria semelhante à própria vida, iniciado ainda na fase humana intrauterina e finalizado com a morte, nele se constrói a própria biografia à medida que se aprende, portanto esse é um movimento constante (JARVIS, 2010). Aprender pode ser considerado algo intrínseco ao viver, ocorre ao longo de toda a vida, não está conectado necessariamente a um processo educacional (JARVIS, 2015).

Desse modo, a aprendizagem ocorre quando as experiências se transformam em conhecimentos, emoções e práticas, além disso, se dá na articulação de processos que

envolvem o “corpo (genética, físico, biológico) e mente (o conhecimento, as habilidades, as atitudes, os valores, as emoções, as crenças e os sentidos)”, tendo como consequência um ser humano modificado e mais experiente (JARVIS, 2009, apud JARVIS, 2015, p. 813).

Conforme as ideias de Jarvis (2010) o início da aprendizagem se daria com uma disjunção/disjuntura, conceito essencial em seus estudos. A disjunção é um fenômeno profundo e de complexa compreensão, podemos entendê-la como um hiato entre o que esperamos perceber da realidade e o que verdadeiramente está à nossa frente, envolve a percepção do inexplorado e com isso as emoções, podendo gerar sentimentos de desconforto diante dessas situações (JARVIS, 2010). Quanto a isso, podemos considerar que geralmente as pessoas costumam agir quase automaticamente, como se não precisassem pensar antes de agir, o que não significa agir instintivamente, mas isso seria o resultado de vivências anteriores nas quais houve aprendizagem. Esse momento de disjuntura ocorre quando há uma ausência de harmonia entre o que já experimentamos e o que se coloca como situação diferente à qual temos de responder, sendo necessário empreender esforços para um melhor enfrentamento de tal realidade (JARVIS, 2010). Em outras palavras, quando sabemos que podemos repetir nossos atos bem sucedidos nos sentimos à vontade com o mundo, mas há momentos em que essa consonância não ocorre e então experimentamos uma disjuntura.

É possível tomarmos como exemplos algumas situações do cotidiano, como a necessidade de aprender um novo trajeto no trânsito, a perda de um ente querido, uma nova função no trabalho, entre outras, todas demandando do sujeito um esforço para se adaptar a novas realidades. Outro exemplo interessante está ligado ao objeto de estudo da presente dissertação: a situação de problemas financeiros e endividamento. Se as habilidades para lidar com essa circunstância não fizerem parte do repertório de vida do sujeito, tal ocorrência representará uma desordem, um desafio que exigirá da pessoa ajustes na sua capacidade de lidar com as finanças.

Jarvis (2010) desaprova a ideia de um pensamento único sobre o aprender e reconhece colaborações de diferentes autores no campo da educação de adultos e aprendizagem ao longo da vida. Um dos autores de destaque sobre quem escreve e tece análises é Paulo Freire.

Ao refletirmos sobre educação, em especial no contexto de adultos e idosos, é de extrema relevância considerar as elaborações de Paulo Freire, que contribuiu de forma profunda para pensarmos em outros modelos educativos. Em suas concepções, Freire refuta o paradigma da educação bancária, sendo que para ele os educandos são sujeitos ativos do processo de aprendizagem, não são meros recipientes a serem preenchidos com conteúdos por um ensinante/professor, já que possuem saberes próprios construídos ao longo de suas

vivências. Esses saberes dos educandos não necessariamente ocorrem em espaços formais, pelo contrário, ocorrem nas relações e em outras experiências de vida, construídos socialmente, são saberes de experiência feita, os quais não podem ser desconsiderados no processo de aprendizagem (FREIRE, 2003).

O autor compreende a educação como ação transformadora, que coloca o ato de aprender enquanto construção, reconstrução e constatação para mudança, ao mesmo tempo também considera o respeito à posição do educando em recusar-se a mudar. Além disso, a problematização e diálogo são pressupostos elementares no processo educativo, que para ele se dá entre educador e educando em uma relação horizontal. A aprendizagem, em sua concepção, ocorre processualmente, de maneira que é movimento constante no vir a ser de homens e mulheres.

A conscientização é um dos conceitos sobre o qual Freire discute quanto à aprendizagem, esse processo implica, para além do desvelamento da realidade, sua transformação, num diálogo permanente entre esse anúncio da realidade e a mudança. Essas alterações no mundo são possíveis por meio da atuação coletiva de sujeitos conscientes (FREIRE, 1992; FREIRE, 2003).

Conforme as ideias de Freire (2001), as transformações na vida e sociedade ocorrem em um movimento dialético, sendo que o sujeito agente de mudanças não é meramente produto de estruturas sociais, ao mesmo tempo não detém todo o poder necessário para as mudanças em si. Nessa vivência/experiência de sujeito agente de mudanças se aprende e se ensina, de maneira que o ensinante sempre aprende ao ensinar, ao passo que o aprendente ensina ao aprender (FREIRE, 2001).

À luz dos referenciais teóricos trazidos, podemos referir que tanto envelhecer quanto aprender são processos inerentes à condição humana, presentes no cotidiano de mulheres e homens ao longo de toda a vida. Para os idosos que vivem no mundo de hoje, que nasceram e cresceram em um contexto diferente do atual, torna-se um desafio aprender a viver em um mundo de rápidas mudanças e acelerado desenvolvimento tecnológico. Lidar com as finanças é um desses desafios, para o qual a educação pode exercer um papel preponderante. Antes de tratar do tópico de educação financeira, contudo, é importante compreender o fenômeno atual de endividamento de idosos e o papel do crédito consignado nesse processo.

4.2 Crédito consignado e endividamento de idosos

Durante um longo período a velhice foi relacionada à pobreza e doença, e os idosos eram pouco estimados no mercado de consumo. Porém, especialmente nas últimas duas décadas, observou-se uma mudança significativa quanto à imagem da velhice e à relação dos idosos com o consumo no Brasil. Em 1983, 19,1% dos idosos não recebiam nenhuma renda. Em 2003 esse índice baixou para 12% (CAMARANO, 2006). As pensões e aposentadorias constituem hoje uma fonte importante de rendimentos dos idosos, cuja situação financeira não é tão ruim se comparada com a população em geral, especialmente em um mercado de trabalho precário e instável, marcado pela dificuldade de acesso, trabalho informal e altas taxas de desemprego de gerações mais jovens (DOLL, 2009). Em análise realizada pelo IBGE, verificou-se que a pobreza monetária atinge de forma mais significativa em nosso país os grupos populacionais de crianças e jovens (IBGE, 2017). Além da aposentadoria, muitos idosos têm outra renda, seja pela continuidade da vida profissional ou pelo trabalho informal.

Nesse contexto, de ampliação de renda dos idosos, foi instituída a Lei n. 10.820/2003, que atualmente permite aos aposentados e pensionistas consignar até 35% de suas aposentadorias e/ou pensões para o pagamento de crédito, com taxas de juros mais baixas em relação às praticadas no mercado. Podemos pensar que, se por um lado essa mudança de cenário amplia o acesso à renda, e facilita processos de inserção social, por outro favorece o endividamento excessivo, comprometendo os rendimentos e afetando o bem-estar dos idosos. Os bancos, com interesse em pulverizar o sistema de crédito e obter altos lucros, utilizaram-se de diferentes estratégias como telemarketing, abordagem nas ruas, pessoas famosas fazendo propaganda, ideia do “crédito amigo”, entre outras ações de marketing agressivas e sedutoras, que levaram o crédito consignado a uma adesão expressiva (DOLL; CAVALLAZZI, 2016).

Em estudo de caso realizado por Paula e Graeff (2014), verificou-se que a contração de dívidas resultaria de uma força maior, representada nas palavras de um entrevistado, pela “tentação das financeiras”. Há uma série de problemas na concessão desse tipo de crédito, desde sua instituição, sendo uma de suas características a constante e numerosa mudança de regras, especialmente no início, em função da necessidade de regulamentar as práticas dos bancos para impedir crimes contra os idosos e promover maior transparência no processo. Contudo, algumas alterações aumentaram ainda mais a preocupação com o endividamento dos usuários, por exemplo, o tempo máximo de pagamento do crédito, que no início era de 36 meses, hoje é 72 meses, e a Lei n. 13.172, de 2015, que ampliou a possibilidade de comprometimento da renda de 30% para 35% (DOLL; CAVALLAZZI, 2016).

Em relação às razões para a contratação do crédito consignado, Doll e Buaes (2008) apontam que a motivação principal é para ajudar algum familiar, a segunda é para fazer consertos e reformas na própria casa, e a terceira motivação é para pagar outras dívidas, o que parece forçar a entrada em um círculo vicioso de endividamento. De acordo com Medeiros (2015, p. 5), “um dos principais motivos para o aumento de idosos endividados está associado ao seu ganho de importância na estrutura familiar”, sendo que os mesmos têm constituído muitas vezes a renda mais significativa em seus arranjos familiares.

A utilização de crédito consignado pelos idosos ocorre por diferentes razões. Em pesquisa realizada por Vasconcelos (2016), constatou-se que, entre idosos participantes do Programa Municipal de Terceira Idade de Viçosa - MG, o motivador para a adesão ao consignado foi a “realização pessoal do idoso, seja para reforma de casa, pagamento de dívida, tratamento de saúde ou viagem” (VASCONCELOS, 2016, p. 137). A melhoria do ambiente doméstico teve prioridade e o auxílio aos filhos foi uma razão frequente para o contrato de empréstimos, em especial pelo gênero masculino, e o pagamento de dívidas foi algo importante para o gênero feminino (VASCONCELOS, 2016).

Lopes et al. (2014) verificaram que, para os idosos usuários de empréstimos consignados de Barra do Piraí-RJ, as prioridades e razões para adesão ao crédito são principalmente qualidade de vida e bem-estar. Os dados encontrados pelos autores mostram as seguintes proporções: 24% contrataram para aquisição de bem material, 20% para a reforma de imóvel, 20% por causa de doenças, e 19% para o pagamento de dívidas (LOPES et al., 2014).

No estudo realizado por Souza e Moretto (2014, p. 85), identificou-se que “indivíduos com diferentes níveis de escolarização adquirem o crédito” e com relação à idade foram confirmados os achados de outras pesquisas, as quais mostram que idosos com idade entre 65 e 74 anos demandam mais empréstimo consignado, se comparado aos demais idosos. A pesquisa também revelou que os idosos entrevistados eram os principais provedores financeiros de suas famílias. Além disso, para esses idosos o fato de tomar um empréstimo consignado parece representar uma forma de empoderamento, assim como a garantia de autonomia (SOUZA; MORETTO, 2014).

Na pesquisa de Vasconcelos (2016), 80% dos entrevistados citaram pontos que consideravam como vantajosos na aquisição do empréstimo consignado: “dinheiro rápido”, “juros menores”, “resolve o problema”, “permite adquirir bens, fazer melhorias”. Ao mesmo tempo 20% dos idosos não perceberam qualquer ponto como positivo para a contratação desta modalidade de crédito. “A questão da renovação do contrato do empréstimo foi mencionada

pelos idosos como algo que acontece sempre”, sendo que há um estímulo constante à contratação de novos empréstimos, conclui a autora (VASCONCELOS, 2016, p. 67). No estudo de Rigo (2007), também foi observado que os idosos frente às dificuldades financeiras e ao acesso facilitado ao empréstimo consignado, muitas vezes se submetem a novas contratações, situação que aumenta os descontos na renda mensal, tornando-se um processo cíclico.

Percebe-se, de acordo com estudo de Lopes et al. (2014), que há casos de idosos em situação de endividamento, que comprometem sua renda e não conseguem comprar os bens básicos para sua subsistência diante do desconto mensal de parte significativa de suas rendas. Nesse sentido, a preocupação é o comprometimento não apenas do futuro, mas também do presente, pois para pagar a prestação de um crédito, o sujeito se vê obrigado a cortar despesas com as necessidades essenciais para a sobrevivência como alimentação e medicação por exemplo (DOLL; BUAES, 2008).

Assim, muitas vezes cria-se um ciclo vicioso que pode levar ao superendividamento, temporário ou de longo prazo, definido por Marques (2006, p. 256) como “a impossibilidade do consumidor pessoa física, leigo e de boa-fé, pagar a totalidade de suas dívidas atuais e futuras de consumo”. Para Giancoli (2008), a configuração do superendividamento dá-se pela inadimplência duradoura, situação na qual os consumidores perdem o controle, e os leva ao inadimplemento absoluto. Paula e Graeff (2014) pontuam que a situação de superendividamento é um drama social, tendo em vista suas repercussões, a mobilização de opiniões e interesses em conflito, assim como determina marcos de transações econômicas.

Motta (2014) traz à discussão a violência financeira contra os idosos perpetrada tanto por instituições bancárias, quanto pela própria família, situações que também levam idosos ao endividamento e a problemas financeiros. A autora problematiza o assédio dos bancos, propagandas com esperanças fictícias, fraudes, a individualização do problema do endividamento e adesão ao crédito consignado, o abuso financeiro pela família, e as falhas no papel do Estado para a proteção social dos idosos. Quanto ao empréstimo consignado, Motta (2014) pontua que há poucas informações sobre as condições verdadeiras para fazer esta operação, “tais como o percentual total dos juros a serem pagos, o cálculo possível do montante dos descontos em relação ao orçamento doméstico e, inclusive, sobre os prazos reais para os pagamentos” (MOTTA, 2014, p. 94).

Em estudo qualitativo realizado pelo Banco Central do Brasil (BCB) (2014), uma das razões encontradas para o endividamento foi emprestar o nome para terceiros para a retirada de empréstimos e/ou uso do cartão de crédito, além de fatos inesperados como doenças, morte

de familiares, perda de emprego, falta de planejamento financeiro etc. Nessa pesquisa, os entrevistados afirmaram benefícios e utilidades de linhas de crédito, contudo também reconhecem que as mesmas “escondem ‘armadilhas’ que muitas vezes acarretam em endividamento excessivo, com impactos financeiros e emocionais significativos” (BCB, 2014, p. 3).

Carvalho, Sousa e Fuentes (2017), em pesquisa sobre a representação social do endividamento individual, analisaram a noção de endividamento na ótica dos próprios indivíduos. Os autores consideram que este fenômeno não está associado apenas à limitação financeira, já que é multicausal e com diversas interpretações. Os resultados encontrados na pesquisa mostram que ao mesmo tempo aparecem elementos que associam o endividamento unicamente à responsabilidade individual e outros que apontam as restrições do modelo econômico e social ligadas ao fenômeno. Os autores também encontraram uma perspectiva relacionada aos aspectos emocionais. Na representação social, considera-se como endividado aquele que tem algum resultado emocional negativo em razão do endividamento, sendo que na ausência desta reação emocional negativa presume-se um não reconhecimento de tal situação (CARVALHO; SOUSA; FUENTES, 2017). Essa associação em uma representação única, a do endividamento, “de várias perspectivas ontológicas diferentes, demonstra a complexidade do fenômeno e, acima de tudo, a amplitude conceitual acessada pelos sujeitos sociais para representá-lo” (CARVALHO; SOUSA; FUENTES, 2017, p. 212).

Quanto à percepção dos idosos referente à sua situação financeira, dos participantes do estudo de Vasconcelos (2016) 84,6% afirmaram não estarem endividados e 15,4% se declararam endividados. Aproximadamente 29% dos entrevistados referiram contas atrasadas, ao mesmo tempo, pouco mais de a metade deles se identificaram como endividados, o que segundo a autora sugeriria que esses idosos não estariam apropriados efetivamente do conceito de endividamento.

Em pesquisa do Serviço de Proteção ao Crédito Brasil (SPC, 2016), verificou-se que 79% dos entrevistados não sabem ao certo o que é estar endividado. Contudo, há outros aspectos que devem ser levados em consideração na negação sobre estar endividado, sendo um deles o aspecto moral, pois pode haver uma “expectativa aflita de um julgamento e o misto de inconformidade e resignação (em relação ao credor) como decorrentes do sistema moral que perpassa as relações em nossa sociedade” (HENNIGEN; GEHLEN, 2012, p. 294).

Assim, percebemos a questão do endividamento de idosos tecendo-se como um problema complexo e multicausal que deve ser analisado em seus diferentes contextos, para

que se evite o estabelecimento de relações de causa e efeito unívocas e rasas, bem como julgamentos que individualizam os motivos do fenômeno.

4.3 Educação financeira

O desenvolvimento tecnológico e a globalização do tempo contemporâneo demandam dos sujeitos cada vez mais habilidades e conhecimentos para que possam se relacionar com o mundo à sua volta. A rapidez das mudanças econômicas e regulatórias, a falta de segurança das relações comerciais e o excesso de informações são algumas das características com as quais é preciso aprender a lidar (SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007). Nesse cenário, as perspectivas da educação financeira podem tornar-se importantes elementos para ajudar os sujeitos, aumentando a sua capacidade para lidar com os desafios impostos pelo meio em que vivem.

Savoia, Saito e Santana (2007, p. 1122) entendem educação financeira como “um processo [...] que permite o desenvolvimento de habilidades nos indivíduos, para que eles possam tomar decisões fundamentadas e seguras, melhorando o gerenciamento de suas finanças pessoais”. Para os autores, o desenvolvimento da capacidade de gerenciar as finanças permite aos indivíduos que estejam mais integrados à sociedade e mais atuantes no âmbito financeiro, o que promove o seu bem-estar (SAVOIA, SAITO, SANTANA, 2007).

De acordo com a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE),³ a educação financeira é um processo por meio do qual consumidores e investidores podem ampliar as suas compreensões sobre produtos, conceitos e riscos financeiros, possibilitando o desenvolvimento de habilidades que deem aos sujeitos maior capacidade de tomar as suas decisões financeiras (OCDE, 2005).

A educação financeira sempre foi importante aos consumidores, para auxiliá-los a orçar e gerir a sua renda, a poupar e investir, e a evitar que se tornem vítimas de fraudes. No entanto, sua crescente relevância nos últimos anos vem ocorrendo em decorrência do desenvolvimento dos mercados financeiros, e das mudanças demográficas, econômicas e políticas (OCDE, 2004, p. 223).

A OCDE desenvolveu pesquisas e produziu princípios e recomendações com o objetivo de incentivar ações de educação financeira, fornecendo orientações gerais para países

³ A OCDE está sediada na França e é uma organização internacional e intergovernamental que agrupa os países mais industrializados da economia. Os representantes dos países se reúnem para discutir e definir políticas visando o crescimento econômico dos países membros.

do mundo todo. De acordo com a organização, as ações de educação financeira devem considerar as peculiaridades de cada realidade e de cada grupo, abordando de forma mais personalizada possível questões relacionadas ao planejamento, poupança, dívidas, além de fornecer informações relativas aos direitos do consumidor, devendo este ser um tema tratado desde a infância, nos conteúdos escolares (OCDE, 2005). Assim, a ideia é que a educação financeira seja um processo contínuo que acontece durante toda a vida, acompanhando as mudanças do contexto onde estão inseridos os sujeitos. Os princípios da OCDE motivam os governos a ampliarem o acesso da população a essas informações por meio de campanhas e sites específicos, pois segundo a organização, o fato de os sujeitos aprenderem a administrar as suas finanças pode ser decisivo para a economia de um país. Torna-se necessário, na perspectiva da OCDE, que as instituições financeiras também cumpram um papel como agentes de educação financeira, através de ações que garantam que as pessoas compreendam todas as informações dos contratos, riscos financeiros, investimentos, etc., ao realizar operações financeiras ou contratar algum tipo de serviço (OCDE, 2005).

Nesse contexto de alterações demográficas, com o fenômeno do envelhecimento populacional, recessão econômica e flexibilização de direitos sociais, é possível observar alguns projetos de educação financeira em diversos países. Savóia, Saito e Santana (2007) mostram, a respeito das intenções de ampliação da educação financeira, algumas iniciativas importantes que acontecem nos Estados Unidos, onde a educação financeira foi incluída no sistema de ensino e encontra-se uma boa quantidade de sites e instituições dedicadas a esse assunto; e também no Reino Unido, onde há uma atuação de instituições governamentais e não governamentais implicadas na disseminação de informações a respeito da administração financeira e da proteção de consumidores. Tais ações estão focalizadas principalmente no público jovem e adulto, sem uma atenção ao envelhecimento da população.

No ano 2012 foi realizado um levantamento a fim de identificar as principais iniciativas de educação financeira na América Latina, no qual participaram 16 países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, México, Nicarágua, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela. Nesse levantamento, percebeu-se que 81% dos países possuem alianças interinstitucionais para desenvolver programas de educação financeira, sendo principalmente entre o setor público e envolvendo o setor privado em escala menor. A pesquisa ainda mostrou que metade dos países que responderam ao questionário mencionou dados importantes sobre alfabetização financeira, contudo somente 19% fizeram um rastreamento das iniciativas para ter um panorama dos programas que já estavam em fase de implementação. Referente a esses

programas de educação financeira, há um direcionamento às temáticas de promoção da defesa do consumidor e inclusão financeira (GARCIA et al., 2013). Na América Latina, observa-se que, de maneira geral, há um desconhecimento generalizado da população no que diz respeito aos conceitos e instrumentos financeiros básicos como, por exemplo, a inflação, taxa de juros, funcionamento do mercado de capitais etc. (GARCIA et al., 2013).

No Brasil, com o estabelecimento da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF)⁴, no ano 2010, a educação financeira alcançou a classe de política de Estado. No ano 2013 a ENEF mapeou projetos de educação financeira no país e encontrou 803 iniciativas, dessas, 317 foram cadastradas no site da ENEF. Nessa amostra foi possível identificar que 60% dos projetos são totalmente gratuitos. Os projetos analisados foram classificados em quatro grupos: “Educação financeira para o futuro” (31%), voltado para o público de crianças e jovens; “Democratização da educação financeira” (25%), sem público definido, com ações no intuito de introduzir principais temas financeiros; “Consultorias especializadas” (24%), com vendas de treinamentos e consultorias para públicos específicos; e “Empresas privadas com foco no mercado de atuação” (20%), grupo voltado à qualificação de seus mercados de atuação e atendimento de clientes (MORAES; MORAIS, 2017).

Outra característica relevante desse mapeamento mostra que as organizações “não atuam exclusivamente com educação financeira. O tema é abordado de forma transversal em suas ações. Em geral, os projetos são bancados com recursos próprios” (MORAES; MORAIS, 2017, p. 03). Chama a atenção que as principais iniciativas se encontram nas regiões Sudeste (55%) e Sul (32%). Além disso, essas ações são direcionadas especialmente ao público jovem (45%) e aos adultos (42%), e quanto à escolaridade “43% dessas ações atuam sem distinção de nível de instrução, 39% focam em pessoas com ensino médio, e 34% têm como eixo pessoas com ensino superior” (MORAES; MORAIS, 2017, p. 03).

Em 2016, a OCDE realizou o estudo *International Survey of Adult Financial Literacy Competencies*, no qual comparou o grau de educação financeira de 30 países, entre eles o Brasil. Foram entrevistados 51.650 adultos com idade entre 18 e 79 anos, que responderam questões sobre três dimensões: conhecimento, atitude e comportamento financeiro. A OCDE/INFE (*International Network Financial Education/ Rede Internacional de Educação Financeira*) publicou um relatório que reúne os resultados dessa pesquisa, indicando que os brasileiros não demonstraram um bom desempenho no quesito conhecimento, já que menos da metade dos entrevistados alcançaram a pontuação mínima desejada no quesito

⁴BRASIL. Decreto Federal n. 7.397/2010.

“conhecimento financeiro”. Além disso, foi possível observar que somente 43% das famílias brasileiras têm o hábito de elaborar um orçamento e a maioria dos entrevistados não realiza pesquisa de preços. De forma geral, a pesquisa mostrou uma tendência mundial ao imediatismo e um baixo nível de letramento financeiro, o que para a OCDE revela a necessidade de ações de educação financeira não somente como forma de oferecer conhecimentos sobre finanças, mas como promoção de mudanças de comportamentos e atitudes (OCDE, 2016).

De acordo com pesquisa do SPC Brasil (2014), no que diz respeito aos consumidores brasileiros idosos, esses afirmam estar no controle de suas ações financeiras e dizem ser independentes para fazer suas próprias escolhas, sendo que 81% deles referem não depender de terceiros para gerenciar suas contas. Contudo, esse mesmo estudo aponta que o desenvolvimento de atividades de educação financeira não acompanhou a conquista de autonomia dos idosos na mesma intensidade: um dos exemplos é que apenas quatro em cada dez (41%) entrevistados acima de 60 anos relatam conhecer como calcular os juros de empréstimos (SPC BRASIL, 2014).

Para Doll e Buaes (2008), esse contexto aponta para duas necessidades vinculadas à educação. A primeira é a premência de aprender sobre os aspectos técnicos do mercado de consumo, no sentido de promover uma maior capacidade de lidar com questões financeiras. A segunda diz respeito à importância de saber mais sobre o contexto de consumismo no qual estamos inseridos, tendo a oportunidade de refletir acerca do sentido do consumo, das intenções do marketing agressivo, etc.

No que diz respeito à educação financeira para idosos, Buaes (2011) discutiu o potencial de uma intervenção educativa baseada em uma metodologia participativa para pessoas idosas. Em seu estudo, mostrou que foi possível construir conhecimentos junto às idosas participantes da pesquisa, e oportunizar uma leitura crítica acerca dos mecanismos que impulsionam o consumo. Durante 13 encontros a pesquisadora desenvolveu um curso para sete mulheres idosas com idades entre 59 e 78 anos, no qual foram abordadas questões referentes ao uso do dinheiro e ao crédito consignado. Os resultados da pesquisa apontaram para as possibilidades de ampliação da leitura de mundo das idosas e de adoção de posturas mais reflexivas em relação ao consumo. Além disso, a pesquisadora propõe que, em se tratando de educação financeira, sejam questionadas as intencionalidades vinculadas às ações, no sentido de ponderar sobre a finalidade das iniciativas e os conceitos que estão imbuídos nos discursos de alfabetização financeira (BUAES, 2011).

Nesse sentido, Williams (2007) indaga para quem e para que serve a ideia de empoderamento das pessoas no que diz respeito ao controle financeiro. Segundo o autor, o fato de as pessoas não possuírem boa capacidade para lidar com suas finanças também se constitui como um problema que envolve interesses nacionais, o que torna a educação financeira uma forma de regulação social em muitos contextos. Nesse processo, os sujeitos são responsabilizados a agir de acordo com o comportamento ensinado, sob a pena de responder pelas próprias condições financeiras, o que pode ocultar o papel do Estado de fiscalização das empresas financeiras. Portanto, Williams (2007) nos sinaliza que algumas ideias imbuídas nos discursos de educação financeira podem ser um argumento com fins de culpabilização individual para problemas financeiros e ainda ter como alvo simplesmente um tipo de treinamento das pessoas para sobreviver com menos recursos monetários.

A análise de Garcia (2013) afirma a importância da educação financeira no processo de empoderamento de consumidores, no entanto, reconhece que a mesma faz parte de um encadeamento de outras políticas que envolvem a participação de pessoas no mercado financeiro.

Saraiva (2017) realizou um estudo que se propôs a analisar iniciativas de educação financeira com base em sites dos Estados Unidos, França e Brasil, a fim de entender a direção e finalidades de tais ações. A pesquisadora identificou basicamente dois modelos diferentes, sendo que as ações norte-americanas são dirigidas rigorosamente à adequação das pessoas às normas, num sentido individualizador, já as ações francesas além de informações voltadas ao âmbito individual, parecem ter como intento oferecer possibilidades para uma compreensão maior sobre a questão financeira e seus funcionamentos. Com relação ao caso brasileiro, de acordo com Saraiva (2017, p. 169), “é possível identificar que as estratégias de Educação Financeira no âmbito da ENEF estão voltadas para governar ações individuais, visando produzir sujeitos capazes de uma boa adaptação ao capitalismo financeiro”.

Observamos que a educação financeira pode se constituir como uma importante estratégia para oportunizar a emancipação dos sujeitos, ao mesmo tempo em que pode se estabelecer enquanto ferramenta do capitalismo “a serviço da universalização do capital com amplo domínio ideológico sobre todas as esferas da vida social” (RIBEIRO; LARA, 2016, p. 355). A partir de uma perspectiva crítica a educação financeira permite ampliar a compreensão acerca dos elementos que compõem as relações de consumo, pois atenta para a conjuntura e estruturas sociais em que estamos inseridos.

Dessa forma, é premente pensarmos na concepção das iniciativas de educação financeira, bem como nos projetos de sociedade e intencionalidades de cada ação que objetiva

educar pessoas para lidar com suas finanças. Ademais a compreensão quanto aos processos de endividamento deve ser ampliada, pois sabemos que os mesmos se desenvolvem de forma multifatorial, com causas para além da esfera individual, tendo em vista que a sociedade capitalista é propulsora do consumismo e favorece o mercado privado em detrimento da proteção social, responsabilizando unicamente os próprios indivíduos por situações de endividamento.

5 ITINERÁRIO METODOLÓGICO

Nesta dissertação, indicamos a escolha da pesquisa de campo qualitativa como demarcadora do processo investigativo e das relações com as realidades que circundam e constituem a temática de idosos com problemas financeiros. Colocamos ainda como horizontes explicativos dos caminhos que foram trilhados nesse percurso dialógico e reflexivo: a gerontologia, a educação como um processo de construção/reconstrução, pessoal, existencial e experimental, e olhares múltiplos quanto ao tema da pesquisa. Em outras palavras, tivemos como ponto de partida compreensões e análises pluralistas, conforme já apontamos inicialmente nesta construção. A pesquisadora colocou-se neste desafio enquanto ser “senti-pensante”, que se constituiu e se modifica em suas relações e espaços, o que implicou nos modos de ver/escrever/pesquisar.

É importante pontuar que compreendemos que uma forma única de ver a realidade, por mais completa que se pretenda, jamais poderá dizer tudo sobre ela, já que é incansavelmente transformada por sujeitos que se modificam o tempo todo, ao passo que essa realidade também determina esses sujeitos através de estruturas ainda não penetradas. Conforme Guareschi (2009, p. 17), “[...] tanto as leis, como as teorias, e conseqüentemente a ciência, não dizem tudo sobre a realidade. As leis e teorias são relativas, contingentes, incompletas”.

Entendemos que o método é como “[...] um caminho para chegar a determinado fim, sendo determinado pelo tipo de objetivo a investigar e pela classe de proposições a descobrir” (GIL, 1999, p. 26). Nesse sentido, optamos pela pesquisa de campo, na qual levamos à prática empírica a elaboração teórica feita anteriormente, sendo que foi o momento relacional, na coleta de dados, com as realidades que foram investigadas (MINAYO, 2009).

Na pesquisa realizada para a elaboração desta dissertação utilizamos a abordagem qualitativa, que atenta a um grau de realidade não quantificável. Ou seja, esse tipo de pesquisa concentra-se e trabalha com um conjunto de valores, motivações, desejos, ações e crenças “[...] o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MINAYO, 2009, p. 21-22). Dessa forma, os resultados desta pesquisa não podem ser generalizados, considerando os aspectos subjetivos que envolvem. Contudo, podem se constituir em uma referência para pensar a respeito de questões da educação, envelhecimento e finanças.

Quanto ao caráter da pesquisa desenvolvida, o identificamos como de um estudo exploratório, visto que a temática da mesma, em especial a partir da educação, foi pouco investigada até o presente momento. O estudo exploratório tem “como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, com vistas à formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores” (GIL 1994, p. 44).

Nos itens que seguem apresentaremos outras definições metodológicas quanto à pesquisa realizada.

5.1 Cenário da pesquisa

Conforme indicamos na introdução desta dissertação, a pesquisa realizada se deu a partir de um estudo maior, uma pesquisa guarda-chuva que está em desenvolvimento desde o ano de 2015 e investiga a propensão ao endividamento de idosos no estado do Rio Grande do Sul. A pesquisa referida utilizou-se especialmente da abordagem quantitativa para a produção e análise dos dados, por meio da identificação do perfil socioeconômico, aplicação de escalas (Escala de Atitudes em Direção ao Endividamento; Escala do Materialismo; Escala de Hábitos e Condutas de Consumo; Escala de Significado do Dinheiro) e avaliação da situação financeira de idosos.

A coleta de dados da pesquisa guarda-chuva se deu em três anos, junto a grupos de convivência de idosos do Serviço Social do Comércio - RS (Sesc) de sete centros do estado (Porto Alegre e região metropolitana; Passo Fundo; Pelotas; Caxias; Bagé; Torres; Santa Maria) e da Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) do município de Porto Alegre. No ano 2016, fase da primeira coleta de dados, e ano em que a pesquisadora que ora apresenta esta dissertação atuava como pesquisadora voluntária no grupo de pesquisa, foi possível identificarmos que uma parcela importante dos idosos tinha problemas financeiros.

No ano seguinte, 2017, com a vinculação da pesquisadora ao PPGEduc e dando continuidade aos estudos no grupo de pesquisa, foi proposto pela mestranda que se dirigisse um olhar específico para os idosos com problemas financeiros a fim de aprofundarmos, de forma qualitativa, as análises sobre idosos e finanças, mais especificamente buscando responder à questão: Como idosos do Rio Grande do Sul com problemas financeiros lidam com suas finanças?

5.2 Critérios de inclusão e de exclusão

Como critério primeiro de inclusão para a coleta de dados deste estudo utilizamos a categoria de idosos com problemas financeiros, constituída da seguinte forma: a) possuir prestações em atraso sem conseguir pagar; e/ou b) ter 30% ou mais de sua renda comprometida; e/ou c) referir possuir dois ou mais créditos consignados no momento da coleta de dados. Essa identificação foi possível por meio do acesso aos dados e desenvolvimento da pesquisa guarda-chuva. A partir dessa classificação dos idosos, participaram do presente estudo aqueles que estiveram presentes na segunda e/ou na terceira etapa da coleta dos dados da pesquisa guarda-chuva, nos anos 2017 e 2018.

Utilizamos como critérios de exclusão deste estudo a ausência de identificação do município e local, bem como do número do questionário no registro de áudio da entrevista realizada.

5.3 Coleta de dados

A técnica de coleta de dados que escolhemos para este estudo foi a entrevista, que pode ser compreendida como uma conversa entre dois ou mais interlocutores. “Ela tem o objetivo de construir informações pertinentes para um objetivo de pesquisa, e abordagem pelo entrevistador, temas igualmente pertinentes com vistas a este objetivo” (MINAYO, 2009, p. 64). Utilizamos a entrevista semiestruturada, na qual “o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada” (MINAYO, 2009, p. 64).

Para a realização das entrevistas, além da atuação da mestranda, contamos com o apoio e colaboração de diferentes pesquisadores da pesquisa guarda-chuva. No Apêndice A, apresentaremos o roteiro de entrevista qualitativa semiestruturada utilizado.

Após a identificação da categoria de idosos com problemas financeiros, foram separados os questionários dos entrevistados que foram classificados como tal, para que a entrevista qualitativa fosse realizada posteriormente com eles, nos anos 2017 e/ou 2018. Pontuamos que dos 406 idosos, entrevistados na pesquisa guarda-chuva 27,09% foram classificados como idosos com problemas financeiros. Desses, foram entrevistados 33 participantes, sendo quatro entrevistas de idosos dos grupos da FASC e 28 dos grupos do Sesc-RS e uma entrevista que não pode ser identificada devido à ausência do número do questionário, bem como do município e local em que se realizou.

Foram transcritas literalmente 30 entrevistas, sendo que três delas foram excluídas do processo de análise pela ausência de identificação do município e local, e/ou do número do questionário no registro de áudio.

No apêndice B apresentaremos os quadros resumo das entrevistas realizadas e transcritas. No apêndice C apresentaremos o questionário da pesquisa guarda-chuva por meio do qual obtivemos a classificação de idosos com problemas financeiros.

5.4 Análise dos dados

Os dados foram analisados por meio da análise temática, uma das técnicas pertencentes à análise de conteúdo, por sua vez definida como:

Um conjunto de técnicas de análises das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2009, p. 44).

É relevante notar que a análise temática se dedica à descoberta dos “[...] núcleos de sentido que compõem uma comunicação, cuja presença ou frequência signifiquem alguma coisa para o objeto analítico visado” (MINAYO, 2014, p. 316).

A elaboração e reflexões sobre os dados se deram a partir de categorias, cuja construção se desenvolveu em uma sequência de passos. Após a transcrição de 30 entrevistas, foi possível diferenciá-las quanto ao primeiro motivo citado pelos entrevistados como gerador da situação de problemas financeiros, por meio de leitura flutuante, os quais foram agrupados. Assim, obtivemos dez grupos de motivos diferentes, para a situação de problemas financeiros citados pelos entrevistados, entre os quais estão: tratamento de saúde (quatro entrevistas), insuficiência econômica (quatro entrevistas), descontrole financeiro (três entrevistas), reforma (uma entrevista), crédito consignado (11 entrevistas), divórcio (duas entrevistas), viagem (uma entrevista), ganho sazonal (uma entrevista), falta de planejamento (uma entrevista), e viuvez (duas entrevistas).

Considerando a impossibilidade de analisar qualitativamente os dados das 30 entrevistas, devido ao conteúdo extenso e tempo disponível para a análise, optamos por aprofundar e realizar a análise de conteúdo de dez entrevistas, sendo cada uma pertencente a um grupo de motivos. A escolha dessas entrevistas para a análise foi feita aleatoriamente,

abarcando todas as razões mencionadas pelos entrevistados. Assim, foi possível incluir a variedade de elementos que emergiram para responder de melhor forma à problemática da pesquisa. Posteriormente, realizamos nova leitura do material selecionado, identificando unidades de sentido; em seguida, foi composto um bloco de categorias iniciais, a partir das unidades de sentido; na sequência foram elaboradas as categorias intermediárias; e na etapa seguinte foi realizada a leitura e agrupamento das categorias intermediárias que deram origem às categorias finais. Após a identificação das categorias finais, foi realizada a interpretação e análise das mesmas. A seguir, apresentaremos um quadro com os procedimentos utilizados na análise dos dados.

Quadro 1: Procedimento de análise dos dados

Fase de análise	Procedimento	Resultado
Leitura flutuante.	Leitura das 30 entrevistas.	Aproximação dos dados coletados e diferenciação quanto ao motivo citado pelos entrevistados como gerador de problemas financeiros. Identificação de dez motivos.
Agrupamento das entrevistas.	Agrupamento das entrevistas por motivo gerador de problemas financeiros.	Trinta entrevistas agrupadas em dez classificações. Tratamento de saúde (4), insuficiência econômica (4), descontrole financeiro (3), reforma (1), crédito consignado (11), divórcio (2), viagem (1), ganho sazonal (1), falta de planejamento (1), e viuvez (2).
Escolha das entrevistas para a análise de conteúdo.	Escolha aleatória de 10 entrevistas, sendo cada uma diferente entre si no que concerne ao motivo gerador, citado pelos entrevistados,	Dez entrevistas para aprofundamento e análise de conteúdo.

	para problemas financeiros.	
Leitura das dez entrevistas.	Leitura aprofundada.	Identificação de 148 unidades de sentido.
Elaboração das categorias iniciais.	Organização das unidades de sentido pela similaridade das ideias.	Identificação de 18 categorias iniciais.
Elaboração das categorias intermediárias.	Agrupamento das categorias iniciais pela similaridade das ideias.	Identificação de 12 categorias intermediárias.
Elaboração das categorias finais.	Agrupamento das categorias intermediárias pela similaridade das ideias.	Identificação de três categorias finais.
Descrição e análise.	Descrição e discussão das categorias a partir das falas das entrevistadas, percepções da autora e literaturas sobre as temáticas.	Três subcapítulos com as análises sobre os resultados.

Fonte: Elaboração da autora (2020).

5.5 Aspectos éticos

A pesquisa desenvolvida seguiu a Resolução n. 466/2012 (BRASIL, 2002), foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul sob Parecer n. 1.388.383. Foi resguardado o anonimato das entrevistadas, preservando o sigilo das informações pessoais das mesmas. As gravações de áudio e as transcrições que contém os dados obtidos, por meio das entrevistas, estão armazenadas em meio digital, no Google Drive da mestranda, onde serão mantidas por 10 anos e, após esse período, serão excluídas. No Apêndice D será apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) que foi assinado pelos participantes da pesquisa.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste item apresentaremos e discutiremos as três categorias finais identificadas no processo de análise de dados, que estão sistematizadas em três subcapítulos. No primeiro subcapítulo discutiremos sobre a perspectiva das idosas que revelam experiências ao longo da vida, a partir das quais aprenderam a lidar com o dinheiro. No segundo, analisaremos elementos que mostram como se desencadeiam processos de endividamento. Por fim, no terceiro subcapítulo abordaremos sobre como as idosas gerenciam o seu dinheiro.

Quanto ao perfil dos participantes do estudo, o mesmo é composto exclusivamente por mulheres, dez idosas, residentes em quatro cidades do estado do Rio Grande do Sul, Bagé (duas idosas), Caxias do Sul (uma idosa), Passo Fundo (duas idosas) e Torres (cinco idosas). Importa sinalizarmos que a escolha das entrevistas foi aleatória, portanto não tivemos a intenção de pesquisar e discutir a questão de gênero especificamente. Outro aspecto importante que cabe dizermos é que os grupos de convivência de idosos, contexto em que os dados foram coletados, são compostos em sua maior parte por mulheres. Segue abaixo um quadro que mostra algumas características das entrevistadas:

Quadro 2: Perfil das idosas participantes do estudo.

Idade	Estado civil	Escolaridade	Moradia	Com quem mora	Renda média em salários mínimos	Entrevista
68	Separada	Ensino Superior	Própria	Sozinha	2 a 4	E1
60	Viúva	Ensino Fundamental Incompleto	Própria	Sozinha	1 a 2	E2
66	Casada	Ensino Fundamental Incompleto	Própria	Parceiro	Até 1	E3
76	Viúva	Ensino Superior	Cedida	Sozinha	2 a 4	E4
60	Solteira	Ensino Fundamental Incompleto	Própria	Parceiro e Filhos	Até 1	E5
70	Viúva	Ensino Médio	Própria	Sozinha	4 a 6	E6

64	Casada	Ensino Superior	Própria	Parceiro	2 a 4	E7
60	Viúva	Ensino Médio	Própria	Sozinha	1 a 2	E8
70	Separada	Ensino Superior	Própria	Irmã	6 a 10	E9
60	Separada	Ensino Superior	Própria	Filhos	4 a 6	E10

Fonte: Elaboração da autora (2020).

Sabemos que não sendo uma pesquisa quantitativa não nos cabe fazer grandes inferências sobre o perfil das idosas entrevistadas. Todavia, algumas características nos chamam a atenção.

O grau de escolarização formal das idosas é maior do que a média nacional, tendo em vista que cinco apresentam ensino superior e apenas duas não concluíram o ensino fundamental, já a média nacional de anos de estudo é 9,3 anos segundo a PNAD Educação (2018), o que corresponderia ao ensino fundamental completo. No caso mais específico dos idosos vale lembrar que no Brasil, em geral, esse público apresenta baixa escolaridade (IBGE, 2016) e no estudo de Venturini et al. (2020) sobre a situação das pessoas com mais de 60 anos no país, verificou-se que porcentagem significativa dos entrevistados (40%) referiram dificuldades para ler e escrever, devido ao analfabetismo, pouca escolarização, ou ao analfabetismo funcional.

Quanto aos arranjos domiciliares, metade das idosas vive sozinha, característica que pode tanto indicar a autonomia de idosos quanto potencializar a vulnerabilidade social deste público (RABELO; ROCHA; PINTO, 2020), além disso, esse aspecto mostra as mudanças nos perfis das famílias brasileiras. De acordo com dados da PNAD Contínua, que foi publicada em 2020, 11,7 milhões de brasileiros moravam sozinhos em 2019, o que representa 16,2% dos lares do país, o maior índice desde que a série histórica desse indicador começou, em 2016 (IBGE, 2020).

Quanto ao rendimento médio mensal declarado pelas idosas, observamos que quatro ganham até dois salários mínimos, três recebem até quatro salários mínimos e, outras três, acima de quatro salários mínimos. Assim, a maior parte das participantes possui uma renda pouco mais elevada do que a média de todos os brasileiros. Segundo a PNAD Contínua de 2020, o rendimento médio domiciliar per capita no Brasil era de R\$ 1.406,00 em 2019, o equivalente a 1,4 salários mínimos. Os dados da PNAD também revelaram uma desigualdade

de renda, pois, enquanto a metade dos brasileiros (105 milhões de pessoas) sobrevivia com R\$ 438,00 por mês, o extrato de 1% da população mais rica (pouco mais de dois milhões de pessoas), ganhava R\$ 17.373,00 em média. Os 10% mais pobres (pouco mais de 20 milhões de pessoas) sobreviviam com R\$ 112,00 mensais, em média. Acerca dos rendimentos das pessoas idosas, a PNAD revelou também que em 14,7 milhões de lares (20,6% dos 71 milhões), mais da metade da renda é oriunda das aposentadorias e pensões dos idosos (IBGE, 2020). Apesar de a renda declarada por parte das idosas desta pesquisa ser mais elevada do que a média dos brasileiros, isso não significa que seja suficiente para atender suas necessidades. Além disso, como mostram Chagas e Santana (2018, p. 222), na terceira idade é quando a pessoa mais precisa de recursos financeiros, tendo em vista diversas necessidades de saúde, “entre outras coisas como lazer e atividade física. Não obstante, a aposentadoria passa a ser incorporada na renda familiar para suportar outras pessoas”.

Nos próximos itens discutiremos e analisaremos os resultados desta pesquisa.

6.1 Como as idosas aprenderam a lidar com o dinheiro

Ao analisarmos as manifestações das participantes do estudo, foi possível observar que a sua relação com as finanças foi construída ao longo de toda a vida. O contexto social em que nasceram e aprenderam sobre o mundo influenciou o modo como as idosas percebem o significado do dinheiro e a forma como aprenderam a lidar com as próprias finanças. Assim, no texto que segue são analisados dois elementos que emergiram e mostram como as idosas aprenderam a lidar com o dinheiro, sendo eles o **distanciamento da temática das finanças** e as **experiências com dinheiro ao longo da vida**.

Inicialmente, chamou a atenção o distanciamento por parte das idosas com relação à temática das finanças, que pode representar uma carência de oportunidades de educação financeira. Esta por sua vez compreendida como “um processo [...] que permite o desenvolvimento de habilidades nos indivíduos, para que eles possam tomar decisões fundamentadas e seguras, melhorando o gerenciamento de suas finanças pessoais” (SAVOIA; SAITO E SANTANA, 2007, p. 1122).

Na fala abaixo, podemos perceber que a idosa relata um desconhecimento acerca de suas dívidas com o banco, e destacamos como relevante a sua postura em aceitar o fato de que “nunca entendeu”, tratando a situação como algo corriqueiro e que não lhe causa estranhamento ou desconforto por não ter domínio sobre a situação. Além disso, menciona

que prefere não saber para não ficar preocupada, o que acaba por afastá-la ainda mais da possibilidade de gerenciar suas finanças.

Na realidade eu nunca soube quanto eu devo ao banco, o valor total, sabe, nunca entendi, mas talvez se eu perguntar eles me falem, mas não sei se eu quero saber também pra não perder todos os cabelos da cabeça, prefiro continuar com a minha cabeleira (E3).

Notamos que o contexto em que as idosas viviam quando jovens parece não ter sido propício para aprender sobre a utilização das finanças de modo planejado e de acordo com suas realidades e necessidades. Isso pode ser observado também nas falas a seguir, quando E9 relatou que ainda jovem percebeu uma quantidade como “*tanto dinheiro*”, demonstrando não ter noção da sua utilidade e importância. Por outro lado, segundo a entrevistada, na ocasião o pai aceitou o seu dinheiro e o guardou, nos mostrando que no ambiente familiar também havia poucas reflexões sobre as finanças durante o período de juventude da idosa.

A minha mãe e o meu pai me davam tudo né. Aí nós levamos um ano pra receber, quando veio no fim do ano foi uma bolada tão grande tão grande, eu dizia assim: eu não sei que eu vou fazer com isso aqui (E9).

[...] e disse assim: pai olha aqui que tanto dinheiro! Que que a gente vai fazer? Eu vou dar pra ti, eu disse pra ele (risos). Nunca esqueço, e ele pegou o dinheiro tudo com as borrachinha né, os atilho. Ele pegou e botou dentro de uma gaveta (E9).

Esse distanciamento da temática das finanças parece estar relacionado também à insuficiência de oportunidades para aprender sobre o uso do dinheiro e gerenciamento de finanças e é reforçado nas falas que seguem “[...] *que sirva para os futuros idosos essa pesquisa, aprender porque a gente não teve esse aprendizado.*” (E1) e “*Eu nunca aprendi a lidar com dinheiro, sempre tive dificuldade com isso*” (E3). Percebemos que as idosas reconhecem a sua dificuldade, oriunda de tal carência, e ao mesmo tempo E1 expressa o desejo de que outros tenham a oportunidade que ela mesma não teve. Um ponto interessante é que essa fala vem de uma idosa com grau de escolarização formal elevado, ensino superior completo, ou seja, a escolarização formal em si, nesse caso, não representou oportunidade para aprender a lidar com as finanças, bem como parece não ter influenciado de forma direta o seu manejo financeiro.

No entanto, é interessante atentarmos que a alta escolaridade não é um fato comum entre as pessoas idosas, pois em geral a conjuntura social na qual as pessoas dessa geração nasceram e cresceram é caracterizada por um menor acesso ao direito à educação. Dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) mostram que em 1960 a taxa de escolaridade média do brasileiro era de apenas dois anos e a taxa de analfabetismo chegava a 39,5%. Com a implementação de políticas educacionais e a ampliação do acesso à escola, em 1990 a taxa de escolaridade média chegou a cinco anos, sendo que a taxa de analfabetismo caiu para 20,1%. Esse mesmo relatório destacou a relação entre renda e escolaridade, mostrando que quanto mais pobre o sujeito, maior era a dificuldade em acessar a escola (PNUD, 1996).

A PNAD Contínua referente ao período de 2018 revela dados mais atualizados com relação à escolaridade dos brasileiros: 52,6% da população brasileira adulta com mais de 25 anos não tem o ensino médio completo. No total, são 133,7 milhões de brasileiros nessa faixa etária, entre os quais 44,2 milhões não terminaram o ensino fundamental e 16,8 milhões não haviam concluído o ensino médio até 2018. Além disso, 9,2 milhões não possuem sequer instrução formal. Os dados mostram ainda que 6,8% dos brasileiros com 15 anos ou mais são analfabetos, o que significa que mais de 11 milhões de pessoas nessa faixa etária não sabem ler nem escrever (PNAD, 2018). No caso das pessoas idosas, é esperado que o índice de analfabetismo seja maior, tendo em vista o contexto de baixa escolarização no qual viveram durante a juventude. A PNAD confirma essa expectativa: entre os idosos o analfabetismo chega a 18,6%, ou seja, é três vezes maior quando comparado às outras faixas etárias (PNAD, 2018).

Portanto, é possível refletirmos que nem mesmo a escolarização mais elevada garantiu um melhor manejo financeiro por parte de algumas idosas participantes da pesquisa desta dissertação, mostrando que neste caso a escolarização formal não se constituiu como fator protetor contra o endividamento. Podemos ponderar também que idosos com menor escolaridade tendem a ter maiores dificuldades financeiras, seja no manejo ou mesmo na percepção de seus rendimentos.

Quanto às gerações mais jovens notamos que, mesmo que permaneçam desigualdades de acesso à educação, tiveram mais oportunidades de acesso à escola do que os seus pais e avós, possibilitando situações nas quais os filhos ensinam aos pais sobre os cuidados com as finanças, como pode ser observado na fala da idosa “[...] *meus filho que me explicaram: mãe, olha os juros aqui, olha que horror, Mãe, olha aqui mãe olha! E ficaram me mostrando as coisas*” (E9).

Outro aspecto que também marca a conjuntura na qual os idosos viveram boa parte de suas vidas, e que pode ter influenciado a sua aprendizagem com relação às finanças, diz respeito aos obstáculos econômicos. Nas entrevistas foi possível conhecer exemplos de como as suas experiências de dificuldades financeiras na juventude foram significativas e constituem parte do processo de como aprenderam a lidar com o dinheiro. Essas vivências demonstram a insuficiência financeira das famílias, a resiliência frente às adversidades e diferenças no funcionamento do sistema econômico de acordo com o período histórico.

Passava o mês todo sem comer um farelo de carne. E meu filho mais velho também queria e muitas vezes não tinha leite pra tomar, né. Eu fiz mingau de água porque eu não tinha leite e não tinha um farelo de carne pra botar na sopa, eu botava peixe (E4).

[...] fui doada para uma família com cinco anos, apanhava que nem uma escrava, fazia a lida assim que nem escrava e usava o que os outros me davam. Eu nunca tive dinheiro (E5).

[...] minha juventude foi bem difícil porque naquela época era bem diferente. Há 70 anos atrás a gente ganhava o mínimo (E6).

[...] minha juventude foi muito triste. A gente era muito pobre, muito... meus pais não tinha, eu não tinha nada. Eu fui uma pessoa que não tinha escova de dente. Tinha dor de dente eles levavam pro dentista, arrancava todos os dentes (E8).

[...] não tinha desejo pra comprar nada porque não tinha dinheiro não podia comprar na juventude, nós era muito pobre. Era difícil. Com o tempo eu fui trabalhando, fui dando estudo pra eles. Eles foram crescendo e foram ajudando, trabalhando também (E2).

Os relatos acima refletem a realidade do contexto socioeconômico no qual a geração dos participantes do estudo cresceu. Embora ainda existam diversos problemas econômicos, especialmente aqueles típicos de um país capitalista onde as desigualdades se acirram a cada dia, alguns dados revelam certa melhora, do ponto de vista histórico da condição econômica do país nas últimas décadas. Informações do IPEA (2010) revelam que entre 1965 e 1974, o cenário econômico brasileiro registrava uma inflação média de 24,7%. Entre 1975 e 1984 ocorreu um período de inflação altíssima, quando esse índice chegou a 97,2%, e piorou entre 1985 e 1994, quando a inflação média chegou a 1045,3%. O advento do plano real criou condições para uma estabilização, e entre 1995 e 2004 a inflação média caiu para 11,9% e, entre 2005 e 2013, para 5,6%. Essa estabilização encorajou boa parte das pessoas a investir e poupar e, em apenas dois anos de plano real, nove milhões de pessoas saíram da situação de miséria no Brasil (IPEA, 2010). Na década seguinte, o crescimento econômico combinado às políticas públicas sociais impactaria sobremaneira o contexto brasileiro, tirando mais de 20

milhões de pessoas da miséria, minorando as desigualdades sociais (IPEA, 2010)⁵. É interessante notarmos que na fala a seguir a idosa enfatiza as dificuldades desse período, mostrando a sua percepção de melhora na sua situação financeira.

[...] sabe o que é ser pobre de não ter nada? Então, a gente foi criado numa situação muito pobre. Hoje eu sou rica. [...] passei muito trabalho, muito trabalho. Hoje eu sou muito rica. Hoje eu sou rica graças a Deus, tenho minha casa, os meus confortos dentro de casa, tenho meu carrinho graças a Deus (E4).

Percebemos, então, que o contexto social no qual essa geração de pessoas cresceu e aprendeu sobre o mundo pode ter contribuído para estarem distantes da temática das finanças. Além disso, consideramos que esse distanciamento pode ter sido ainda maior no caso das mulheres dessa geração, pois na época era comum que as mulheres estivessem envolvidas com atividades domésticas que não incluíssem dinheiro, distanciando-as de oportunidades como, por exemplo, o pagamento de contas e planejamento de orçamento. A participante discorre na fala a seguir sobre sua experiência de separação, contando sobre a dificuldade que enfrentou por não estar habituada a lidar com as finanças.

[...] as dívidas da gente aumentam, né. Só que quem aguentava era ele, quando a gente se divorciou tá, ficou assim, a casa ficou pra mim [...] ele é que aguentava a casa e tudo (E9).
Tão interessante, eu nunca me dei por conta disso, porque eu não manejava. Era o meu marido que manejava com dinheiro, e ele que controlava tudo (E9).

A fala da idosa nos dá a visão de um contexto cultural patriarcal que era comum na sua época, em que o lugar do homem estava relacionado à provisão financeira, enquanto o papel da mulher estava vinculado aos cuidados com o lar. De acordo com Perista e Perista (2012), as construções sociais em torno da questão do gênero determinam o papel do homem e da mulher, e nesse caso, tais concepções afastaram as mulheres da temática das finanças, pelo entendimento de que esse era um assunto masculino. Nesse sentido, é possível problematizarmos a situação das idosas participantes do presente estudo, quando relatam as

⁵ Importante pontuarmos que, desde o ano 2016, o cenário político e econômico brasileiro vem sofrendo alterações drásticas, culminando em um desmonte de políticas sociais e acirramento das desigualdades.

dificuldades que enfrentaram ao longo da vida para aprender sobre finanças, já que as situações difíceis que enfrentaram foram atravessadas também por questões de gênero.

Se as condições nas quais as idosas viveram boa parte de suas vidas eram marcadas pelo distanciamento da temática das finanças, como a aprendizagem sobre finanças pode ter ocorrido? Percebemos que essa aprendizagem acabou ocorrendo por meio de diversas experiências práticas que tiveram ao longo da vida, o que caracteriza o segundo elemento a ser analisado nessa categoria.

Em algumas situações as idosas tiveram experiências negativas e desenvolveram atitudes que podem levar à perda de controle sobre a situação financeira, trazendo como exemplos ocasiões nas quais gastaram excessivamente ou não conseguiram controlar seus cartões de crédito. Podemos perceber com suas falas que tais experiências propiciaram movimentos de aprendizagem sobre lidar com as finanças.

*[...] quando a gente tá levando tanto na cabeça começa a se dar conta que tem que manear, que tem que diminuir (E1).
Aprendi que a gente não pode dar... depois de levar muito na cabeça, de ter vários cartões de crédito [...] ó tenho um, não tenho cartão de loja, não tenho nada. Então aprendi com isso aí e tô vivendo bem. Apertadinho mas tô vivendo bem (E1).
Acho que eu aprendi tanto com a dificuldade que depois a gente consegue né... consegue, com essa mentalidade sempre né, de guardar pra poder comprar depois (E6).*

Observamos nas falas anteriores a ideia de que algumas aprendizagens foram fruto de suas experiências em situações específicas da vida, nas quais perceberam que fizeram escolhas ruins para si, conteúdo que é ilustrado como “*levar na cabeça*”, e que se tornou um dispositivo para aprender.

Os processos de aprendizagem por si só são complexos, como sabemos, se dão ao longo da vida, com a ocorrência de novas interações e experiências, inseridos e em relação contínua com contextos socioculturais. Podemos refletir sobre a expressão “*levar na cabeça*” como algo novo, uma situação que trouxe desconforto para a entrevistada. Ao passo que tal desequilíbrio incomoda a idosa, possibilita o exercício de reflexão sobre sua situação financeira, seguindo com a fala de que “*começa a se dar conta*” para uma mudança de atitude posteriormente. Dessa forma, podemos ter o entendimento sobre o “*levar na cabeça*” como uma disjuntura, o que nos auxilia a compreender essa experiência como um disparador do processo de aprendizagem da entrevistada (JARVIS, 2015). Esse estado de disjuntura ocorre quando

Não conseguimos mais fazer previsões sobre o nosso mundo e atuar sobre ele de forma quase sem raciocinar; é nesse momento que temos uma experiência [...] Nossa experiência pode ser transformada pelo pensamento, pela emoção ou pela ação, ou por qualquer combinação delas (JARVIS 2015, p. 815).

Assim, essas situações podem ser potencialmente educativas, pois os problemas com os quais as pessoas não sabem lidar dão início a um processo de aprendizagem que os transforma (JARVIS, 1987; JARVIS, 2015). Nessa linha, também contamos com a contribuição de Paulo Freire para pensar que os saberes e aprendizagens ocorrem nas relações e em outras experiências de vida, são construídos socialmente, saberes de experiência feito (FREIRE, 2003). Cabe ainda citarmos Jarvis (2009), quando menciona que a aprendizagem ocorre por meio de processos iniciados pela experiência de circunstâncias diversas, nas quais o sujeito passa por mudanças que envolvem dimensões emocionais e cognitivas que são incorporadas à sua história de vida.

Em outra manifestação de entrevistada foi possível observar que uma das vivências mais marcantes para a aprendizagem sobre finanças foi o início da vida laboral. A relação com o dinheiro a partir do trabalho remunerado ficou evidenciada na fala da idosa, pois com a posse do recurso monetário foi possível fazer o exercício de comprar, trocar seu dinheiro por algum produto. Entendemos que de certa forma a relação com o dinheiro ocorre quando da obtenção de recursos para si, momento em que o sujeito precisa pensar e decidir de que maneira utilizará aquela quantia.

De 144 foi pra 288 (risos). Bah, fiquei feliz né, imagina. Então, eu sou uma pessoa de sorte (risos). E daí, assim começou minha vida com dinheiro, né, com trabalho. Depois trabalhei na prefeitura. [...] a gente recebia o dinheiro, recebia o vale pra fazer compras em mercado. Foi assim que eu comecei minha vida com dinheiro (E7).

A manifestação da idosa faz alusão ao trabalho como o início da “*vida com dinheiro*”, o que remete à importância da atividade laboral para a dignidade das pessoas, e também como um dispositivo de processos educacionais. De acordo com Antunes (2010), é por meio do trabalho que ocorre a reprodução social diária que viabiliza a existência dos seres humanos. Nessa perspectiva, a atividade de trabalho é indissociável do desenvolvimento da formação dos sujeitos, pois promove um acúmulo sócio-histórico de aquisições e realizações dos processos de trabalho que são transmitidos de geração a geração. Desse modo, à medida que atendem suas necessidades naturais por meio da atividade produtiva, os sujeitos também

aprendem, caracterizando uma relação intrínseca entre trabalho e educação (ANTUNES, 2010). Na fala da idosa que foi referenciada anteriormente, apreendemos que o trabalho representa um marco no relacionamento com as finanças, pois foi por meio dele que se iniciou a relação com dinheiro de forma mais direta. O interesse e o envolvimento com o dinheiro surgem a partir desse momento também para outras duas idosas, como mostram os trechos seguintes.

A questão da vida com dinheiro, a primeira vez que eu recebi, eu comecei a trabalhar no estado com 17 anos, a título precário, porque eu já estava quase no 4º ano de faculdade de letras, mas começou assim, trabalhando. (E9).

[...] Tu pagava pra aprender, e depois que tu aprendeu aí começou a ganhar, no trabalho né. Aí não assinavam carteira, mas comecei a trabalhar no hospital, aí eu fiz o curso de auxiliar de enfermagem e comecei a lidar com "isso" (quando fala "isso" refere-se ao manejo financeiro) (E6).

A experiência de trabalhar se anunciou na perspectiva das entrevistadas como uma forma não apenas de aprender a lidar com as finanças, mas como uma oportunidade de vivenciar o desenvolvimento da maturidade: sair de casa, cuidar de si, melhorar as próprias condições de vida, entre outras necessidades que estão interligadas com o gerenciamento das finanças. De acordo com Rossi e Rossi (2018), enquanto os sujeitos intervêm na realidade e transformam a natureza por meio do trabalho, transformam também a si mesmos. Assim, o ato de trabalhar representa para além do atendimento de necessidades fisiológicas, a constituição do ser social, pois através do trabalho os seres humanos produzem conhecimentos, comportamentos e habilidades que possibilitam o desenvolvimento da história coletiva, bem como, da própria história. Como observamos nas falas abaixo, o trabalho se tornou para as idosas um meio pelo qual construíram a sua vida, e nesse processo de construção, se fez presente a relação com as finanças.

Minha vida foi melhorando aos poucos assim né, com o trabalho, a gente foi trabalhando muito, muito [...] (E4).

Até que eu falei não quero mais viver com vocês, vou trabalhar e ter o meu próprio dinheiro (E5).

Não lidei com problema financeiro na vida adulta, porque aí eu comecei a trabalhar (E5).

Outra experiência que se mostrou importante na aprendizagem das idosas sobre finanças foi a composição de rendas com o cônjuge, que ocorreu por ocasião do casamento.

Percebemos que para as entrevistadas esse fator representou um dos balizadores da vida financeira, tanto na forma positiva em que a soma das rendas auxilia e possibilita uma melhor qualidade de vida, como na forma negativa, em que há a existência de duas rendas, porém a gestão das mesmas se dá de forma individual, em detrimento do bem do coletivo familiar.

Uma das participantes narrou a sua experiência de jovem trabalhadora, quando almejava conquistar um companheiro que pudesse ajudá-la, revelando a concepção de que uma união matrimonial poderia melhorar a sua situação financeira.

[...] comecei a trabalhar pra ter o meu próprio dinheiro e pedindo a Deus pra arrumar um companheiro pra me ajudar (E5).

Nos relatos a seguir essa opinião é reforçada, e percebemos que na ótica das idosas a composição de rendas, ao se concretizar, foi um marco importante para melhorar a condição financeira, especialmente pelo contexto econômico do período em que essas idosas tiveram seus casamentos concretizados. Mesmo com a necessidade de um empréstimo, ou com limitações nas rendas de cada parte do casal, para duas das idosas foi a partir da união com um companheiro que se viabilizou a compra de um imóvel.

[...] começou a ajeitar a minha vida, começou a ficar melhor. Depois de casada, né? Porque até aí então era difícil, muito difícil. Aquela época era bem difícil as coisa pra gente conseguir. Depois que eu casei aí começou a estar, se estabilizar né, porque daí tinha dois salário (E6).

[...] quando casei também comecei a ajudar em casa, daí então eu comecei a ajudar a fazer a casa, o empréstimo saiu no meu nome (E3).

[...] a gente era muito pobre, daí eu casei, quando eu casei achei que ia pegar um marido mais ou menos rico (risos). Peguei outro pobre (E8).

[...] trabalhava no verão também ganhava mais e ele também né. Daí a gente pegava esse dinheirinho no inverno e tacava na casa (E4).

A respeito da composição de rendas, outros estudos corroboram o entendimento de que uma união conjugal pode influenciar positivamente a satisfação com a vida financeira (DINIZ, et al. 2014; SUMARWAN, 1990). O estudo de Machado e Machado (2017) mostrou que, em geral, pessoas casadas fazem o controle do dinheiro, financiamentos e dívidas em conjunto, o que pode se constituir como um fator positivo na gestão das finanças. Nesse sentido, é razoável supor que no contexto em que as idosas participantes do estudo tiveram suas uniões matrimoniais, a situação econômica era ainda mais difícil, a composição de rendas tornou-se um elemento ainda mais importante para a vida financeira dessas pessoas.

O estudo de Almeida (2019) revelou que a situação financeira pode interferir significativamente nos casamentos. Por um lado, as questões relativas ao dinheiro podem ser facilitadoras para a aproximação e união entre duas pessoas, ajudando a melhorar as condições de vida de ambos, mas por outro também podem levar a diversas tensões por situações como desemprego, escolhas financeiras que podem trazer prejuízos ou outros tipos de causadores de desafetos. Nessa direção, um contraponto interessante pode ser percebido em outros dois relatos. Duas idosas revelaram que apesar de terem casado, não tiveram facilidades por meio da composição de rendas, pois seus maridos não contribuíam financeiramente, o que gerou situações de estresse familiar. Uma delas discorre sobre o seu divórcio, contando que a sua situação financeira melhorou sem o companheiro.

*Eu fui pai e mãe. Meu marido quase que não contribuía com nada (E1).
Tinha problemas, bastante financeiros, quando eu estava casada. Porque normalmente quem sustentava, quem mantinha a casa era eu. E aí eu que tinha que segurar tudo. Por incrível que pareça depois que me divorciei a minha vida financeira melhorou muito mais (E10).*

Desse modo, a partir das falas das idosas compreendemos como aprenderam a lidar com as suas finanças, analisando em especial dois elementos. Em primeiro lugar, emergiu em suas falas o distanciamento da temática das finanças, pois o planejamento e organização financeira era uma prática da qual estiveram apartadas em parte da sua vida. Além da cultura e contexto da época em que eram jovens não terem favorecido para que tivessem essa aproximação, soma-se a questão de gênero tornando a situação ainda mais difícil. Assim, observamos que a aprendizagem sobre finanças se deu ao longo da vida por meio de experiências diversificadas, o que caracterizou o segundo elemento analisado nessa categoria. Foram relatadas algumas situações nas quais as idosas fizeram más escolhas, em suas percepções, trazendo expressões como “*levar na cabeça*”, representando algo que lhes causou dano, o que possivelmente tenha se constituído como dispositivo de aprendizagem sobre finanças, um elemento que gerou disjuntura em suas vivências. Além disso, as experiências de atividade laboral e da composição de rendas com o cônjuge representaram marcos que falam da aprendizagem das idosas sobre finanças.

6.2 Como se desencadeiam processos de endividamento

Ao ouvir as idosas participantes da pesquisa percebemos que não há razão unívoca para o desenvolvimento de seus processos de endividamento, mas trata-se de uma teia complexa que inclui diversos elementos, entre os quais é difícil delimitar a fronteira entre uma causa e outra como principal disparador.

Inicialmente, chamou a atenção o fato de as entrevistadas, de forma geral, não aprofundarem o assunto sobre o que as levou à situação de endividamento. Essa percepção constitui um dado relevante, podendo mostrar, entre outros motivos, que isso não ocupa o pensamento dessas idosas, ou mesmo que não querem discorrer sobre a temática, pois muitas vezes isso remete a uma situação que as envergonha. Para Hennigen e Gehlen (2012), o fenômeno do endividamento se vincula ao aspecto moral das relações, trazendo consigo a tendência da negação como forma de proteção dos sujeitos diante dos julgamentos sociais. Santos (2019) também constatou essa dificuldade ao investigar questões relacionadas às finanças junto a idosos de baixa renda. Mesmo assim, a partir dos dados identificamos alguns dos motivos que levam as idosas entrevistadas à situação de problemas financeiros e/ou endividamento, sendo que na multiplicidade de razões apresentadas estiveram presentes a **insuficiência econômica, gastos imprevistos com a saúde, a adesão ao crédito consignado, o consumismo e a ajuda a terceiros.**

O contexto de desigualdade do Brasil acomete muitas famílias que vivem em situação de pobreza, em muitas das quais a aposentadoria dos idosos é a única fonte de renda. Conforme dados do IBGE (2020), em 20,6% dos 71 milhões de domicílios, mais da metade da renda provém de aposentadorias e pensões dos idosos. Aguiar, Menezes e Camargo (2018, p. 297) referem que problemas financeiros “potencializam as chances de familiares residirem com idosos. Em alguns momentos, esses se tornam fonte de ajuda econômica, ou, até mesmo, arrimo de família, [...] compartilhando sua renda com aqueles que não estão inseridos no mercado de trabalho”. A dificuldade financeira dos idosos pode ser agravada com o advento de alguma crise, provocando o aumento dos preços de produtos básicos, aumentando os problemas financeiros. Soma-se a esse cenário a necessidade de sustento dos filhos, que traz mais um obstáculo ao equilíbrio do orçamento. Podemos observar que esse desequilíbrio entre os ganhos das idosas e as suas despesas pode levá-las ao endividamento.

[...] a situação tá precária né. A coisa tá feia porque como eu disse muito aumento de energia, de gás, de combustível. Tudo, gente! Não é até o alimento, o alimento

até dá pra ti comprar, mas tem certas coisas que não tem mais condição de comprar (E4).

Sempre tive que trabalhar pra ajudar a sustentar meus filho, que só um não dá conta (E2).

Para analisarmos essas condições adversas que foram relatadas, é importante refletir acerca da conjuntura na qual vivemos, marcada por disparidades sociais e dificuldades financeiras para muitas famílias. De acordo com Fraga Neto (2019), do ponto de vista histórico é possível observar no Brasil uma redução da desigualdade social, especialmente a partir da criação da Constituição Federal em 1988. Entretanto, para o autor, o país segue com injustiças sociais importantes, chamando a atenção para a responsabilidade do Estado quanto a diversos problemas que contribuem para o acirramento das desigualdades, entre eles a má qualidade dos serviços públicos, o contexto de desemprego e subempregos e a precariedade do saneamento básico, pois cerca da metade dos lares brasileiros ainda não tem esgoto adequado. Os dados da PNAD Contínua do primeiro trimestre de 2020 (IBGE, 2020) revelam um dos principais problemas sociais do país: dos 105 milhões de trabalhadores, 12,8 milhões estão desempregados, e outros 37 milhões estão vulneráveis pela informalidade de suas atividades laborais. Nessas condições, para a maioria das famílias brasileiras, pode ser um desafio equilibrar o orçamento familiar.

[...] infelizmente não temos tido aumento de salário, sempre igual... (E3).

[...] inverno aqui sabe, aqui no inverno a gente quase passa fome. O verão a gente tem mais movimento mais expectativa de vida (E4).

O poder de compra depende, de um lado, do preço dos itens necessários ao consumo, e de outro dos ganhos de que o indivíduo dispõe. Nesse sentido, a limitação dos salários, seja por características do tipo de trabalho, seja por questões relacionadas ao contexto econômico, pode levar ao endividamento à medida que não é possível abrir mão de produtos básicos. É quando pode se lançar mão de uma promessa de dívida para pagar o que o salário não é capaz de suprir. Malheiros et al. (2016) pondera que o aumento do desemprego, somado à elevação do custo de vida e à falta de educação financeira das famílias, resulta no endividamento da população. Nesse sentido, acrescido das dificuldades do contexto social, o comportamento dos consumidores também pode contribuir para o endividamento das famílias. Souza e Galvarro (2018), ao pesquisar os hábitos de consumo de moradores da cidade mineira de Viçosa, revelaram que 68% dos participantes gastavam mais do que recebiam, não tendo

clareza sobre as informações do próprio orçamento. De modo semelhante, Ferrari et al. (2017) observaram que uma grande parte dos sujeitos apresentam dificuldades para manter o equilíbrio entre os seus ganhos e as suas despesas mensais.

Se por um lado emergiu no discurso das participantes a incapacidade de consumir itens básicos para a sobrevivência como uma importante razão para o endividamento, por outro também foi possível evidenciar atitudes de consumismo como uma possível causa para a emergência de dívidas. Assim, não se trata da ordem de necessidades humanas de sobrevivência, mas do atendimento à cultura do consumo exacerbado, irrefletido, cuja finalidade de satisfação está no próprio ato de consumir. De acordo com Bauman (2008), o consumismo vincula a felicidade à dimensão e força dos desejos que sempre se ampliam, o que provoca a utilização seguida rapidamente pela troca do produto designado a gerar tal satisfação.

Fui muito consumista, muito mesmo, ainda sou, acho que esse é o problema pras dívidas (E1).

Ah cada vez que eu preciso, vou ali pego o crédito minuto e divido em 3, 4 vezes quando vi já acabou. Mas sempre é pouquinho, é mil, 600, nunca peguei mais do que dois mil, então... poucas prestações. Sempre pra viagem, se eu não tenho dinheiro pra levar pra viagem eu pego crédito minuto e depois eu vou pagando (E10).

Copetti (2018) mostrou em seu estudo que em geral os sujeitos planejam as despesas com bens duráveis, mas a compra de itens pessoais mais imediatos é feita por impulso, o que pode contribuir para a ocorrência do endividamento, mesmo entre pessoas esclarecidas quanto a questões de gerenciamento financeiro. Para o autor, a cultura consumista e a facilidade do crédito impulsionam diariamente as pessoas a comprar itens desnecessários, sem que percebam que as prestações ou dívidas poderão comprometer os seus rendimentos. De acordo com Bauman (2008), a idolatria do consumo provoca o nascimento do desejo sem controle, a necessidade de consumir serviços e produtos que prometem a satisfação de uma felicidade temporária, que durará apenas até a próxima experiência de consumo. Nesse sentido, também é interessante notarmos os dados de pesquisa do SPC Brasil (2018, p. 15), que investigou hábitos de consumo entre idosos de todas as capitais brasileiras, a qual mostrou que quatro em cada dez idosos referem gastar “menos com coisas básicas para a casa e mais com as coisas que desejam (43,9%), enquanto 18,5% admitem que comprar virou uma de suas atividades de lazer favoritas”.

No caso do presente estudo, as viagens emergem como uma experiência desejada, para a qual, no caso da E4, existe a disposição para comprá-las a prazo, pagando em muitas vezes.

Se considerarmos que pessoas idosas estão mais vulneráveis porque tiveram poucas oportunidades de aprendizagem com relação ao uso e manejo das finanças, bem como de educação financeira formal, tal vulnerabilidade é agudizada em um ambiente de apelo constante ao consumo por meio da mídia de massa, de modo que quando percebem já “*está tudo estourado*”, conforme aponta a entrevistada E9 (SANTOS; SILVA, 2014; COPETTI, 2018). É possível compreender nas falas também que o consumismo pode tornar-se uma válvula de escape para situações de sofrimento dos idosos, o que pode fragilizar ainda mais essa relação das idosas com o dinheiro diante da agressividade da cultura do consumo.

Vou viajar às vezes sem nenhum dinheiro, já fiz viagem sem nenhum centavo. Bem louca né! Mas vou na coragem e proveito. Me divirto conheço bastante gente (E4). [...] me vi assim ó: com a comida, com as coisa, sabe? Tudo. E aí, eu... começou assim ó tá e eu gastava muito e eu tinha quatro cartões de crédito. Daí eu comecei a gastar, gastar, gastar até em bobagem assim, né. Quando eu vi, tava tudo estourado. Tudo! Tudo estourado (E9). [...] eu viajava tá. E ah, o cartão de crédito, vai o cartão de crédito naquelas coisa assim ó, de dor de alma como eu digo né. Eu procurava assim ó, com essas saídas, tá, não sofrer muito, entende? Amenizar a dor, que eu sei, foram 38 anos juntos (referindo-se ao período em que ficou casada) [...] (E9).

Para Santos e Ferreira (2019), muitos idosos demonstram não ter a percepção de que se encontram em uma situação de endividamento, mesmo com o comprometimento de boa parte da sua renda. A ilusão do dinheiro fácil e rápido faz com que esses sujeitos iniciem em um ciclo de dívidas pela contratação de mais de um crédito ao mesmo tempo, sendo que só compreendem a gravidade da situação quando a diminuição da renda já é drástica.

No estudo de Vasconcelos (2016), sobre a percepção de idosos sobre as suas finanças, ficou evidente a falta de clareza sobre a condição de endividamento, pois, apesar de 29% mencionarem contas atrasadas, e mais de a metade ter manifestado a existência de dívidas, apenas 15,4% dos participantes afirmaram estar endividados. De modo semelhante, uma pesquisa do SPC (2016) revelou que 79% dos entrevistados não sabiam ao certo o que significa estar endividado. A fala da E4 pode elucidar essa questão “*Eu tenho essas pendênciazinhas sim, mas hoje não é problema, eu sou rica, hoje eu tenho máquina de lavar, mas quando eu casei ficava até 3 horas da manhã lavando roupa, trabalhava que nem condenada, olha...*” (E4). Percebemos que o entendimento quanto à situação de problema financeiro está para além do endividamento, tratado nesse caso como “pendênciazinha”, comparado com a situação financeira do passado, no qual não tinha acesso a um eletrodoméstico considerado importante.

De acordo com Bomilcar (2010), o endividamento é um problema não apenas de ordem individual, mas trata-se de uma questão social e está vinculado, entre outras questões, à falta de planejamento e ao consumo exacerbado e imediatista. Para o autor, se não há um bom planejamento, os indivíduos estão sujeitos a qualquer evento inesperado que demande recursos extras, como casamento, nascimento de filhos, divórcio, viuvez, entre outros. Assim, em uma situação na qual já é difícil quitar as contas do mês com o salário que se ganha, um evento inesperado pode abrir as portas para o endividamento.

Sabemos que a maior parte das famílias não é capaz de guardar dinheiro, e quando qualquer situação de emergência demanda um gasto, o equilíbrio financeiro, se já estava no limite, acaba se perdendo. Em um dos discursos a seguir a participante narra a experiência da morte do marido, o que provocou gastos extras, e somou-se a um estresse emocional. Sem condições de arcar com os custos, entrou no cheque especial e iniciou-se ali o processo do seu endividamento, que foi potencializado pela injustiça cometida contra ela quanto ao recebimento de sua pensão. No relato seguinte, o ponto de desequilíbrio foi uma situação de saúde que demandou gastos para os quais a participante não estava preparada.

A remoção pra cá, o enterro. Essas dívidas aí foi o que me levou a... ele tava lá já, aí aconteceu que deu, estourou um aneurisma e ele morreu lá. Aí aquele transporte de lá pra cá, sabe, isso dá gasto. Aí eu sei que fiquei negativa no cheque especial. [...] demorou um pouco pra receber a pensão dele, demorou um pouco e quando veio, veio a metade da pensão só. Tanto é que eu entrei na justiça e eu até hoje, fazem 16 anos e eu ainda não recebi o retroativo. Mas até então, imagina, recebia a minha aposentadoria, era pouco! (E6).
Tive que fazer exames médicos que são muito caros, então foi ficando muito difícil a situação de dinheiro, por causa dessas coisas da saúde (E1).

De acordo com Santos e Silva (2014), na realidade da maior parte dos indivíduos inexistente uma reserva para emergências. Desse modo, quando imprevistos acontecem, uma das alternativas a que os idosos recorrem é ao empréstimo financeiro, o que pode resolver o problema em um primeiro momento, mas piorar a situação em longo prazo. A problemática do endividamento tem se mostrado como uma das principais dificuldades para aposentados e pensionistas, e observamos que no estudo de Moura, Oliveira e Silva (2018) as narrativas de idosos arrependidos pela contratação de empréstimos foram comuns, especialmente no momento de constatação de que em longo prazo sua renda diminuiria.

Além disso, a cultura do consumismo como um fim em si mesmo, aliada à facilidade ao crédito, leva muitos idosos a contratar um empréstimo mesmo em situações nas quais não seria necessário, contribuindo para que se iniciem processos de endividamento. De acordo

com Leão et al. (2016), mesmo as pessoas que possuem um emprego estável podem desequilibrar-se financeiramente, pois ao contratar um empréstimo consignado, somam-se as despesas fixas necessárias à parcela do crédito, podendo gerar a incompatibilidade entre os ganhos e as despesas. Segundo o autor, o crédito consignado é o líder no ranking dos motivos que levam as famílias à desorganização financeira, impactando sobremaneira o bem-estar psíquico, pessoal e social dos sujeitos. Nesse sentido, podemos pensar que a situação dos idosos é agravada, já que em geral recebem um valor de aposentadoria baixo, apresentam maior necessidade de tratamentos de saúde, são assediados constantemente por propagandas de bens e serviços, além de comporem famílias em que os mais jovens enfrentam dificuldades de acesso a emprego e renda, impulsionando a adesão ao crédito consignado.

Entre as participantes do presente estudo, o crédito consignado surgiu como um importante motivo para o início do processo de endividamento. Nesse sentido, é interessante perceber nas falas que algumas características dessa possibilidade atraem as idosas. O dinheiro rápido e fácil e os juros mais atrativos do que aqueles comumente praticados no mercado tornam-se uma tentação forte diante das necessidades consideradas emergenciais pelas entrevistadas.

Ah é que o computador que queimou, o meu, aí eu precisei comprar outro e então como tinha os consignados, eu fiz, que é mais fácil, foi pra isso (E1).

De acordo com Bortoluzzi et al. (2015), o acesso facilitado ao crédito ampliou o poder de compra das famílias brasileiras, alterando os hábitos de consumo das classes C, D e E, que passaram a comprar itens mais caros ou supérfluos. Assim, difundiu-se a ideia de que o crédito pode melhorar a qualidade de vida da população. Contudo, em um contexto como o do Brasil, onde as taxas de juro estão entre as mais altas do mundo, a maior parte da população carece de boas condições socioeconômicas e possui pouca instrução para a organização das finanças, o acesso facilitado ao crédito pode ser uma armadilha. Mesmo assim, segundo Bortoluzzi et al. (2015), uma parcela significativa dos brasileiros usa regularmente o crédito no intuito de consumir produtos e serviços desejados ou até mesmo para o pagamento de dívidas. Como consequência, essa prática aumentou substancialmente o índice de endividamento dos brasileiros. Portanto, há que se considerar que no caso da população estudada, além das dívidas com o crédito consignado, os idosos fazem parte da classe avaliada como mais endividada e que menos quita dívidas com outras modalidades de crédito,

ademais, quando comparado a outras idades essa situação é aumentada em duas vezes (ALMEIDA et al., 2018).

No caso das participantes deste estudo, o perigo do crédito consignado para o processo de endividamento também esteve relacionado ao ciclo contínuo de dívidas que produz. A facilidade com a qual se contrata o crédito e as consequências imediatas consideradas positivas pelas idosas, com as possibilidades que o dinheiro na mão traz, faz com que algumas repitam a experiência, perdendo o controle sobre a situação financeira, gerando a conhecida bola de neve dos empréstimos consignados.

Precisei de um dinheiro extra e fui lá e fiz. Fiz um, aí gostei, depois fiz outro. Aí tinha aquele dinheiro rápido, é coisa boa (E5).

Eu quitei as dívidas passadas, só que depois começou de novo, aquela que eu tinha no banco eu pensei bom tá no banco eu não vou mexer, essa do consignado né. Esse consignado é que tá me... é uma bola de neve né. [...] um crédito consignado, mas é esse mesmo que eu venho renegociando há um tempo e tal (E3).

De acordo com Lopes (2015), o ambiente em que vivemos é imediatista, sendo o prazer do consumo e a busca pela felicidade superiores ao valor da responsabilidade. Nesse contexto, o empréstimo emerge como uma solução fácil e rápida, fragilizando as possibilidades de escolha dos indivíduos, pois além de terem de suprir suas necessidades básicas, são constantemente influenciados a comprar bens ou serviços da indústria de supérfluos. O perigo reside nas decisões financeiras que são tomadas irrefletidamente, com base apenas no benefício imediato, podendo trazer resultados negativos no futuro (ROOK; FISHER, 1995; BONOMO; MAINARDES; LAURETT, 2017).

É possível observarmos no discurso de participante deste estudo que, somente após a contratação do crédito consignado percebeu o abuso dos bancos e a falta de compromisso com a saúde financeira. Além de possibilitar a contratação de créditos sem respeitar o limite dos ganhos dos idosos, observamos a falta de orientação quanto às consequências da contratação, sendo o foco desse agente a promoção de um marketing atrativo que acaba colocando muitos idosos no ciclo contínuo de endividamento. De acordo com Moura, Oliveira e Silva (2018), é possível notar que tanto bancos como financeiras não deixam explícitas as questões sobre valores de parcela e o total pago do empréstimo, taxa de juros, período de duração do débito etc., fazendo com que os idosos se sintam iludidos.

Mesmo que eles veem que tá estourado, que vai estourar, eles me dão (empréstimo). Eles dão pro funcionário público, né (E9).

Ah, eu disse: bom mas eu preciso, eu vou no banco no Banrisul né, vou lá e vou pegar um empréstimo. Peguei sete mil pra eles descontarem 14, sabe? Um absurdo dos absurdos! Mas na hora tu sabe que aquilo na hora, tu... eu saí de lá e aí é que eu fui ler, aí é que eu fui ler a coisa e me dar conta (E9).

Doll e Cavallazzi (2016) chamam a atenção para o fato de que o crédito consignado é um negócio muito lucrativo para os bancos que oferecem essa modalidade, o que explica o agir vigoroso do marketing em torno desse produto financeiro. A segurança dos bancos é alta, pois recebem as prestações diretamente do INSS.

Costa, Vieira e Sá Neto (2018) alertam que o endividamento das famílias se mostra vinculado especialmente à facilidade de acesso ao crédito, que incentiva a compra a prazo e o imediatismo do consumidor. A Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), realizada pela Confederação Nacional do Comércio (CNC) e divulgada em setembro de 2019, revelou o impacto da prática do crédito no endividamento das famílias. De acordo com os dados, 66,2% das famílias com renda abaixo de dez salários mínimos estão endividadas, um índice 4,5% maior em relação ao ano anterior, quando o percentual era de 61,7%. Para as famílias com renda acima de dez salários mínimos o percentual foi de 60,5%, e também maior em relação ao mesmo mês do ano anterior, quando o percentual era de 56,1%. A pesquisa revelou ainda que do total de famílias que declarou que está endividada, 24,5% admitiu que possui dívidas ou contas atrasadas, sendo 27,6% entre aquelas com renda inferior a dez salários mínimos, e 10,8% entre as que possuem renda superior a dez salários mínimos. O cartão de crédito foi apontado pelas famílias pesquisadas como o principal tipo de dívida (79,5%), seguido de carnês (15,5%) e do financiamento de carro (9,7%) (CNC, 2019). Paraíso e Fernandes (2019) avaliam que a expansão do crédito viabilizou à população o acesso a bens e serviços, o que promoveu um aquecimento da economia dos setores de serviços e turismo. Contudo, ao mesmo tempo incentivou o consumo desenfreado, provocando o endividamento de boa parte das famílias, em especial dos idosos.

Outro elemento potencial para o desencadeamento de dívidas, que identificamos nos dados deste estudo, é o auxílio a terceiros, indicado por uma entrevistada. Se o contexto de desigualdade do Brasil prejudica os idosos, o mesmo vale para as famílias mais pobres, o que provoca mecanismos de solidariedade entre pessoas próximas, prática que foi mais comum na cultura do período em que as idosas eram mais jovens.

Precisava ajudar um irmão, diziam 'não... tu tem cheque, tu ajuda, depois a gente...' mas o retorno não veio [...] então hoje quando a família infelizmente precisa... eles recorrem a mim né (E3).

Minha juventude foi sempre ajudando alguém, ou seja, eu recebia e dava pra minha mãe. [...] eu me criei assim nessa base de segurar dinheiro e emprestar, porque ela tava sempre ajudando um e outro. Eu me viciiei ajudando os outros (E3).

Doll e Cavallazzi (2016) revelaram, através de uma pesquisa que foi realizada com 215 idosos em São Paulo e Porto Alegre, que o principal motivo para a contratação de um empréstimo consignado é para ajudar algum familiar. Na pesquisa por eles realizada, 37,7% dos idosos declararam ter feito pelo menos um empréstimo com essa finalidade. A facilidade de contratação do crédito consignado com juros mais baixos cria as condições nas quais os idosos e familiares sentem-se tentados a efetivar uma contratação no nome da pessoa idosa, mas em benefício de um terceiro, que em geral promete o pagamento ao idoso. Todavia, sabemos que as relações familiares são complexas, estando presentes elementos de solidariedade e de violência ao mesmo tempo, e muitas vezes o pagamento aos idosos pelos familiares acaba não ocorrendo. No caso da presente dissertação, foi possível observar nos dois relatos a seguir que o empréstimo de dinheiro por parte das idosas a seus filhos aconteceu tanto pelo próprio desejo quanto pela solicitação dos filhos, que não necessariamente tenham feito ou devam fazer a devolução da quantia emprestada.

*Tive que emprestar pra um filho. Emprestar não. O filho precisou e eu peguei de novo emprestado, renegociei a dívida. Aí ele ficou de pagar não conseguiu (E3).
Ajudo meus filho, mas eles não me pedem nada. Eu ajudo, não é que eles tenham que pagar, porque são filhos né (E2).*

Desse modo, percebemos que o endividamento é um fenômeno que afeta a vida das idosas, constituindo-se como um assunto pouco verbalizado ou aprofundado em suas falas. Identificamos também nas entrevistas algumas das razões que levaram as idosas a se endividarem. A insuficiência econômica revelou-se como uma condição que favorece o surgimento de dívidas, especialmente no contexto de desigualdade social em que vivemos. Ao mesmo tempo, foi possível observar nos dados a prática de maus hábitos de consumo, influenciada pela cultura do consumo imediato e irrefletido. Os gastos inesperados podem agravar a situação financeira, pois em geral não há um planejamento orçamentário por parte das idosas. Observamos que o crédito consignado surge como uma solução fácil e rápida, podendo trazer benefícios no primeiro momento, mas também se transformando em uma armadilha que conduz ao endividamento, já que sua contratação ocorre sem um conhecimento mais apropriado dos juros e das consequências, como por exemplo, o comprometimento da

renda mensal. Ademais, notamos que os mecanismos de solidariedade também podem desencadear problemas financeiros impulsionando as idosas a aderirem a esse tipo de crédito para benefício de familiares.

6.3 Como as idosas gerenciam as finanças

Depois de observar diversas manifestações das idosas que indicaram como aprenderam a lidar com o dinheiro ao longo da vida, bem como conhecer algumas razões que levam idosas ao endividamento, foi possível identificar maneiras por meio das quais elas fazem o gerenciamento de suas finanças. Nesta categoria verificamos que a **falta de controle financeiro**, a **ajuda de terceiros**, a **pesquisa de promoções** e o **parcelamento como forma de pagamento** fazem parte da forma como se organizam financeiramente. Além disso, foi possível compreender o que as idosas pensam acerca do **futuro das suas finanças**.

Inicialmente, notamos nos dados analisados a falta de controle financeiro na gestão das suas finanças, o que é refletido em ações mais imediatas, como a realização de compras sem uma avaliação, a falta de um planejamento de médio e longo prazo para o recurso financeiro de que a idosa dispõe, e o uso do cartão de crédito com o pagamento do valor mínimo. Percebemos ainda que o uso do dinheiro sem planejamento em um movimento cíclico e o desconhecimento sobre a situação financeira pessoal emergiu novamente nos dados.

Eu fiquei meio... como é que eu vou dizer... hum, assim, meio desorientada. Fui comprando, não, não, não tinha um, como é que vou dizer... Um controle. Daí eu me endividei né (E7).

Eu tenho uma casinha, daí a gente aluga. Tu compra, daí tu faz umas dívida, comprando alguma coisa contando com o aluguel de verão, daí não dá um verão bom que nem antigamente. [...] a gente acabava entrando o inverno novamente devendo, com dívida que teria feito antes e por isso a gente ficava... entrava o inverno devendo muito (E8).

Observamos na fala anterior que o fenômeno do endividamento não depende unicamente das condições financeiras, mas também da forma como os recursos são administrados, independentemente da quantidade de posses. Mesmo essa participante que possui uma casa na praia, que pode ser um indicativo de uma condição financeira mais favorável, foi acometida por dívidas, por não ter a prática de controlar as suas finanças de acordo com a sua realidade. A compra por impulso, relatada pelas participantes, é definida por

Rook e Fisher (1995, p. 306), como “a tendência do consumidor a comprar espontaneamente, sem reflexão, de forma imediata”. Portanto, o que caracteriza essa compra por impulso é justamente a velocidade com que um sujeito decide adquirir algo, sendo que essa rapidez de decisão não é acompanhada ou precedida de uma reflexão sobre as suas causas ou consequências. Assim, esse tipo de processo decisório tem um baixo controle cognitivo e avaliativo de longo prazo, colocando o futuro do sujeito em risco (ROOK; FISHER, 1995), e aumentando consideravelmente as chances de endividamento (BONOMO; MAINARDES; LAURETT, 2017). Segundo Bauman (2008), o ambiente atual em que vivemos, no qual há uma propensão para o consumismo, não é favorável para o exercício do planejamento de longo prazo.

Nesse cenário, o cartão de crédito também pode tornar-se um “vilão”, pois se os idosos já não dispõem de meios e informações suficientes que os preparem para fazer o controle financeiro, acrescido da reciclagem constante dos desejos por consumir, o quadro tem outro complicador quando entram em cena mecanismos mais complexos de controle que incluem potenciais juros.

Eu costumo sempre comprar no cartão. Daí eu comprava no cartão e às vezes tu ia parcelando, daí tu não podia pagar tudo, daí ficava um pouco pro próximo mês. No próximo mês vinha mais o juro (E8).

Comecei a me dar conta que eu não vencia, não dava conta, meu dinheiro entrava e não dava a volta (E3).

Tive que renegociar de novo, por causa do cheque especial e tal (E3).

O estudo de Siebel e Zdanowicz (2019) revelou que, mesmo quando afirmam ter conhecimento sobre juros de cartão de crédito, em geral as pessoas não sabem identificar os juros mensais cobrados pelos principais bancos. Dessa forma, o alerta que se faz necessário é de que se a pessoa não possui esse conhecimento, terá menos condições de elaborar um planejamento e um controle financeiro eficaz de suas finanças. Nesses casos, a situação financeira pode ficar ainda mais crítica pela ocorrência de emergências financeiras, levando a um descontrole financeiro pela necessidade de parcelamento e, conseqüentemente, de mais juros. Os relatos acima parecem exemplificar essa condição, quando os idosos mencionam “no próximo mês vinha mais juro” (E8), “comecei a me dar conta de que não vencia” (E8), ou “tive que renegociar de novo” (E3).

No estudo de Neto (2018), observou-se que apesar de os idosos terem consciência sobre o planejamento financeiro, os próprios participantes não conseguiram identificar o

momento de realização desse planejamento. Por meio dos dados do referido estudo, foi possível perceber que para os idosos a função de planejar era muitas vezes dividida com seus cônjuges, sua fé e com as políticas públicas. É interessante notar que os achados de Neto (2018) trazem também que os idosos não se sentiam capazes de se planejar a longo prazo, bem como chegavam à conclusão de que fazer um planejamento poderia levá-los a decisões melhores, apenas após já terem feito suas escolhas.

De acordo com Santos e Ferreira (2019), quando o comportamento de idosos é caracterizado pelo descontrole das finanças há um grande risco de endividamento, o que pode trazer diversas repercussões para a vida dos idosos e de suas famílias, pois afeta as possibilidades de consumo e o atendimento de necessidades cotidianas, prejudicando assim a qualidade de vida e a autoestima dessa população. De acordo com Doll e Cavallazzi (2016), a preocupação no caso dos idosos aumenta em razão de que, se por um lado constituem um grupo que em geral não teve a oportunidade de aprender sobre gerenciamento financeiro, por outro, o marketing agressivo e a postura abusiva dos bancos aumenta a vulnerabilidade desses sujeitos.

Na presente pesquisa, a falta de controle financeiro ficou evidente também pelo desconhecimento das idosas acerca das próprias dívidas. No relato abaixo, a participante tenta lembrar o número de créditos consignados que contratou, revelando pouca preocupação com o controle de tais contratos. Outra participante conta que parcela a dívida de suas viagens sem saber se terá condições de pagar, chamando a si mesma de “louca”, referindo-se à ousadia de sua própria atitude. Se essas idosas não lembram o número de contratos que possuem e fazem dívidas mesmo não sabendo se serão capazes de pagar, podemos refletir sobre o quão vulneráveis estarão diante do marketing tão apelativo do mundo contemporâneo.

Eu não sei, não lembro agora se eu tenho quatro ou cinco. Porque é dinheiro rápido, tu não espera 30 dias pra poder receber o teu salário né. Aí depois vem descontado em folha (E5).

Daí quando eu vou viajar eu faço assim, 10, 12 vezes, prestação. Daí eles dizem assim, como é que tu pode fazer, eu digo ninguém sabe como eu posso. Mas eu faço! Eu sou louca! Lá, fui lá pra João pessoa, pra Paraíba. Aí faço em 10, 12 vezes. Prestação e vou pagando (E4).

Por outra via, é interessante observarmos que dentro de tais mensagens, sobre o não saber quanto às finanças pessoais ou não demonstrar grande preocupação, mesmo em uma situação de possível endividamento, pode haver outros significados como a ideia de liberdade

de vida para optar pelos créditos consignados, e o sentimento de não estar devendo a “ninguém”, pelo fato de os créditos serem concedidos por bancos/financeiras e não por uma pessoa física especificamente. Almeida et al. (2018) perceberam em sua pesquisa que os idosos se sentem autossuficientes com relação à vida financeira, ainda que recorram ao uso do crédito, sendo que para uma parcela dos entrevistados do estudo contratar um empréstimo consignado representava uma honra. No estudo de Souza e Moretto (2015) foi possível identificar que a contratação de um crédito também poderia indicar a validação da autonomia dos idosos.

O gerenciamento das finanças torna-se um desafio difícil, tendo em vista que os idosos vivem em um contexto onde o consumo excessivo de bens e serviços tornou-se um imperativo cotidiano que incentiva a compra mesmo quando não se sabe ao certo sobre as possibilidades de pagamento. A respeito dessa questão, Bauman (2008) alerta para a mudança cultural que ocorreu ao longo das últimas décadas do século XX, segundo ele, pela passagem de uma sociedade de trabalhadores para uma sociedade de consumidores.

Nessa perspectiva, é possível identificar em outra fala que segue pelo menos dois aspectos que retratam a passagem para uma nova cultura de consumo. Em primeiro lugar, o volume de consumo das pessoas em culturas passadas era significativamente menor. Itens que no passado eram comprados a cada dois anos hoje são descartados com facilidade em nome de novidades, com a criação de novas necessidades em ciclos de tempo cada vez menores. Em segundo lugar, o tempo de consumo era diferente, não havia a possibilidade de comprar sem ter dinheiro. Hoje, com as novas configurações das relações de consumo, abriu-se a possibilidade de adquirir mercadorias com uma promessa de pagamento, na forma de crédito. Contudo, conforme Doll e Buaes (2008), esses mecanismos facilitaram processos de endividamento de sujeitos vulneráveis, despreparados para lidar com a complexidade de tais mecanismos. A fala seguinte expressa essa diferença que há entre a forma de consumo do mundo atual com relação ao mundo onde as idosas começaram a aprender a viver e se relacionar com o mundo.

Naquela época lá, tu tinha que guardar o dinheirinho, né, e tu comprava... vamos supor um sapato, cada ano, cada dois ano, um vestido né. Não existia cheque, não existia cartão [...] Era aguardar pra poder comprar (E6).

Podemos vislumbrar também com o trecho acima, que anteriormente na falta de acesso ao crédito havia certo planejamento e organização, já que era necessário guardar

dinheiro para poder efetuar alguma compra. No entanto, nos tempos atuais, com o surgimento de novos mecanismos financeiros e de facilidades de acesso ao crédito a atividade de planejar e gerenciar a vida financeira torna-se mais complexa.

Frente a esses desafios que se fazem presentes para o gerenciamento das próprias finanças, foi possível identificar que as idosas usam algumas estratégias para lidar com o dinheiro, sendo que uma delas é contar com a ajuda de terceiros. Nas falas a seguir E9 revela a necessidade de ajuda dos filhos para gerenciar as contas bancárias, a ponto de depender juridicamente de tal auxílio para estar protegida, assim como E3 refere que necessitou de ajuda para planejar o pagamento de suas dívidas, tamanha é a vulnerabilidade dessas idosas frente à oferta dos bancos.

‘Ele: mãe eu vou fazer uma conta conjunta contigo’, e ele fez a conta conjunta comigo. Então ele controla, sabe? [...] estou vivendo como eu posso (risos). Agora assim ó, por exemplo, eu não posso ir lá fazer um empréstimo. Se eu quero, eu vou lá, só que o meu filho tem que assinar, né (E9).

Oque que a minha filha fez agora em janeiro. Ela pegou tudo meus cartões de crédito. Ela negociou, ela com as empresas. Ela pagou 16 mil, tá, entre os quatro cartões, cancelou meus cartões (E9).

Foi meu cunhado que, quando me divorciei ele que me ajudou. Fez uma composição das minhas dívidas (E3).

É possível pensarmos que a possibilidade de contar com terceiros pode ser benéfica. Uma das idosas contou com a ajuda da filha para a quitação de dívida e cancelamento de cartões de crédito. Essa ajuda pareceu ter sido providencial não apenas para a mesma sair do ciclo de dívidas, mas também para minimizar as possibilidades de abusos futuros por parte do banco. Sob outro olhar, fica evidente mais uma vez a vulnerabilidade das pessoas idosas, pois se caracteriza uma relação de dependência de outras pessoas para o gerenciamento das finanças. No entanto, se faz necessária a consideração sobre outro aspecto relacionado à questão que envolve a família do idoso e suas finanças, um dos exemplos que temos diz respeito ao risco que há dentro das próprias famílias, pois se sabe que boa parte dos idosos não contrata empréstimos para si mesmo, mas para familiares (DOLL; CAVALLAZZI, 2016). Nesse sentido, o estudo de Santos (2019) também alerta para tal risco. O estudo caracterizou idosos vítimas de violência em Belém do Pará e verificou um predomínio de violência financeira perpetrada na maioria das vezes pelos próprios filhos, sendo que se observou especialmente a retenção do salário ou do bem do idoso.

Outra prática utilizada no manejo financeiro que observamos na presente pesquisa é a utilização de promoções, o que pode se constituir como forma de ampliar o poder de compra,

já que dessa forma é possível aumentar o consumo dispondo dos mesmos recursos. Entretanto, é necessário atentar, conforme Costa, Vieira e Neto (2018) nos mostram, que tal estratégia pode constituir-se em armadilha, pois inúmeras vezes o apelo que se faz é para a compra de itens que não são essenciais e que não cabem no orçamento, especialmente quando a compra é feita sem um planejamento, realidade que também observamos nos dados de nossa pesquisa. Podemos perceber, no caso de E9, que a mesma relata veementemente que compra tudo com dinheiro, aludindo à segurança com a qual faz uso de seu recurso nas promoções, “[...] *quando eu preciso eu compro tudo, tudo, tudo com dinheiro e quando eu preciso [...] em promoção nos mercado, eu vou nas promoções, ma tudo com dinheiro, tá*” (E9).

Ainda cabe refletirmos que se a compra é feita sem organização e planejamento prévios a probabilidade de adquirir algo supérfluo, apenas por estar em oferta, com algum desconto, é acentuada. De acordo com o estudo de Landskren, Santos e Schneider (2019), que analisam a influência de ofertas na intenção de compra em empresa de comércio varejista, as pessoas são imbuídas por promoções de vendas, principalmente aquelas com descontos, além disso, brindes e garantias de desconto nas próximas compras atraem e influenciam os consumidores a fazer as aquisições.

Em outros trechos foram mencionadas duas práticas usadas para lidar com o dinheiro de que as idosas dispõem, as quais podem mais uma vez indicar a carência de entendimento sobre o gerenciamento financeiro, e ao mesmo tempo representam uma ameaça para o acúmulo de dívidas. No primeiro caso, a participante menciona o corte de gastos que fez como uma estratégia para reduzir custos, contudo esse corte foi feito mediante o atraso de pagamentos, gerando juros e retardando uma dívida que ficou maior. Na outra fala, a participante discorre sobre a estratégia de parcelamento em demasia, sem demonstrar clareza sobre os possíveis impactos de um ciclo repetitivo do adiamento de dívidas, pois a mesma refere tal estratégia como forma de seguir comprando viagens.

Tive que cortar gastos sim, aí o que eu faço é atrasar pagamentos, daí paga juros aí fica um pouco mais difícil, mas assim vai (E3).

Faz sete ano meu marido morreu, aí eu comecei a viajar muito. Vou parcelando, parcelando, parcelando, parcelando, que eu devo muito também (E8).

Nesse sentido, observamos que as idosas participantes do estudo gerenciam o seu dinheiro utilizando as estratégias que aprenderam a partir de suas vivências cotidianas. Essas aprendizagens também decorrem de um contexto capitalista que influencia e impõe comportamentos e formas de vida, sendo que o atraso de pagamentos ou a compra parcelada

podem ser vistos como resultantes da falta de conhecimentos específicos sobre finanças, mas também como estratégia diante da falta de recursos financeiros e ainda como reflexo do constante apelo ao consumo da sociedade capitalista. Conforme Ribeiro e Lara (2016, p. 356), a manipulação que o capitalismo exerce sobre os sujeitos pode ser vista pelo hábito da “propaganda que modela os estilos de vida dos indivíduos de acordo com a mercadoria consumida”. De acordo com Buaes (2015), inúmeros brasileiros se endividam com a finalidade de consumir mais, interpelados pela cultura que associa o consumo à sensação de pertencimento social.

Desse modo, podemos pensar na importância de ações educativas sobre gerenciamento financeiro, que permitam aos idosos não apenas estar mais bem preparados para tomar as suas decisões, mas empoderados para ler criticamente o contexto das relações de consumo nas quais estão inseridos (BUAES, 2015).

Nessa direção, notamos que um exemplo de atividade de educação financeira representou para uma das entrevistadas um dispositivo para a reflexão sobre o controle de suas finanças, ainda que esse não ocorra de forma sistematizada por ela. Para E7 essas atividades foram palestras que aconteceram no grupo de convivência do qual participa.

Agora tô bem mais controlada, né. A gente já ouviu também muitas palestras aqui no Sesc, ah, orientando né. Veio um pessoal da universidade aqui nos orientar. Não assim que eu tenha um caderninho e controle tudo, mas já estou bem melhor do que eu já estive uma vez, a gente vai começando a pensar nisso (E7).

Observamos nos dados também o gerenciamento de finanças das idosas por meio da adequação de seus gastos. Nesse caso demonstrando certo nível de controle a ponto de esperar ter o dinheiro para depois comprar.

*Se eu posso comprar eu compro. Se eu não posso eu espero o mês que vem... e aí vai (E7).
Com o dinheiro que eu ganho dá pra mim vivê, eu ajeto o que vou gastar como posso (E2).*

Podemos indicar que ações de cunho educativo podem ser disparadores para o controle financeiro. A respeito disso, a tese de Buaes (2011) foi um marco importante, que nos mostrou o exemplo de uma ação educativa junto a mulheres idosas, que por meio da construção coletiva de conhecimentos possibilitou a criação de estratégias de controle financeiro pelas participantes do seu estudo. Com base nas perspectivas da educação popular

freireana, Buaes revelou que mais do que simplesmente ensinar os sujeitos a preencher tabelas, a educação pode contribuir para ampliar a capacidade de leitura de mundo, permitindo aos sujeitos refletirem criticamente acerca do contexto no qual vivem, discernindo a cultura do consumismo que os cerca, desenvolvendo assim ferramentas que potencializam sua capacidade de fazer as próprias escolhas. De acordo com Buaes (2011), as ações educativas em geral visam atender a uma necessidade do Estado ou do mercado, portanto, é necessário atentar para os interesses que podem estar por trás das iniciativas de educação financeira (BUAES, 2011).

Cabe registrarmos as reflexões de Augustinis, Costa e Barros (2012), que ao analisarem discursos de educação financeira da contemporaneidade, chamam a atenção para a presença de uma responsabilização dos indivíduos sobre o cuidado com as próprias finanças, ocultando o papel preponderante do Estado nesse processo. Para os autores, devido à crescente complexidade do ambiente em que vivemos, o qual é atravessado por diferentes interesses econômicos, discursos de marketing, e pela grande variedade de produtos financeiros, não se pode culpabilizar os sujeitos quanto à incapacidade de tomar boas decisões financeiras. Assim, é premente que o Estado crie as condições necessárias para que os indivíduos tenham a oportunidade de se relacionar com as finanças de forma mais saudável (AUGUSTINIS; COSTA; BARROS, 2012). Portanto, nesta dissertação, diferentemente do que postula o estudo de Ribeiro e Lara (2016), que apresenta críticas teóricas colocando a educação financeira enquanto dispositivo ideológico capitalista, consideramos existir múltiplas ideologias por parte da educação financeira e acreditamos ser possível uma educação financeira crítica, que considera o contexto social em que ocorre.

Foi interessante observarmos ainda que ao falar sobre o gerenciamento das suas finanças, as idosas manifestaram algumas ideias acerca do futuro das finanças pessoais, em que revelaram o desejo de usar o dinheiro para viagens, com menções à fruição do tempo presente, em decorrência de um passado de restrições, bem como da possibilidade de finitude da vida.

Que que a gente espera da vida depois dos 70? Usar aquilo que tem e viajar, né? Vim bastante no Sesc. É isso aí (E6).

A perspectiva, ah de viver a vida, de cuidar do marido até o fim, até que Deus é que sabe, porque o que vai acontecer não se sabe. Viver bem, viver bem, quando puder viajar: viajar. Isso aí (E7).

É possível captarmos nos trechos a emergência de viver o momento presente de forma prazerosa, como quem toma consciência de sua finitude e deseja ressignificar o tempo presente por meio do consumo, sendo as viagens um símbolo para esse impulso que aparece com muita frequência nos discursos das idosas. De modo semelhante, um estudo do SPC Brasil (2018), que analisou o estilo de vida e consumo de idosos, verificou que esses apresentam o desejo de fruir a vida com planos futuros de viagens, além disso, esses serviços estão entre as aquisições mais almejadas por eles. Apesar da legitimidade dos desejos mencionados pelas idosas para o futuro, é necessário considerarmos mais uma vez a ameaça que pode constituir-se pelo movimento que faz na direção de uma vontade de consumo, quando não é acompanhada de planejamento e leitura crítica (BUAES, 2011; DOLL; ROOK; FISHER, 1995; BONOMO; MAINARDES; LAURETT, 2017; COPETTI, 2018).

*Aproveito a minha vida que não aproveitei quando era nova, daí ...e pretendo ainda fazer muita coisa pra essa vida, né. Pretendo assim, sei lá, de repente até um dia arrumar alguém, ser mais feliz, passear mais ainda (E8).
No futuro, com o meu dinheiro, quero continuar viajando (E10).*

Notamos ainda nas falas das entrevistadas o desejo de ter as finanças organizadas como forma de viver com mais tranquilidade, tornando possível o estilo de vida desejado. Para isso, acreditam ser necessário quitar dívidas, reduzir custos e economizar. Essa perspectiva remete à importância da educação financeira ao longo de toda a vida, pois a saúde financeira é determinante para o bem-estar dos sujeitos, influenciando diretamente na qualidade de vida e autoimagem dos indivíduos (SILVA, 2018; SOUZA, 2012; FRANÇA, 2011).

*Eu pretendo terminar meus empréstimo, juntar um dinheirinho pra poder viajar (E5).
Pretendo continuar sendo a pessoa que eu sou, economizando dinheiro pra viver (E2).
Eu quero continuar reduzindo custos, pra ficar bem né? (E3).*

Desse modo, a partir das ideias colocadas pelas entrevistadas, foi possível compreender a forma com que lidam com as suas finanças. Nos resultados, destacamos a presença de um descontrole financeiro como risco para a qualidade de vida dessas idosas, que em alguns casos utilizam o dinheiro sem planejamento e reflexão a respeito dos impactos no

seu bem-estar, e em outros, sequer sabem o tamanho das dívidas que possuem. Da mesma forma, também avaliamos que os meios que as idosas utilizam para gerenciar suas finanças refletem a organização e lógica da sociedade de consumo em que vivemos.

A vulnerabilidade das idosas torna-se ainda mais preocupante pelo contexto no qual estão inseridas, pois além de mostrarem pouco domínio sobre o gerenciamento das finanças, vivem em uma cultura na qual se atravessa o marketing dos bancos e os apelos constantes ao consumismo. Frente a esse desafio de gerenciar as finanças, foi possível observar que as idosas utilizam diferentes práticas no manejo financeiro, como contar com o auxílio de terceiros, utilizar o dinheiro de acordo com as necessidades de subsistência, fazer compras à vista e em promoções, cortar gastos, atrasar pagamentos e comprar de forma parcelada. Além disso, ao falarem dos seus planos futuros para as finanças, ficou evidente o desejo de investirem em viagens como uma forma aproveitar o tempo presente e também a intenção de ter as finanças organizadas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cultura do consumismo é uma marca da contemporaneidade e cria a ilusão de que os sujeitos serão felizes na medida em que possuírem bens ou acessarem determinados tipos de serviços. A prática do consumo exacerbado é uma característica do sistema capitalista, pois na lógica do lucro o interesse é que os sujeitos descartem aquilo que é considerado obsoleto em nome das constantes novidades.

Nas últimas décadas, as políticas econômicas ampliaram o poder de compra da população por meio do crédito, o que encorajou as pessoas a consumirem mesmo não possuindo dinheiro, utilizando uma promessa de dívida. Portanto, esse incentivo foi interessante, considerando que as pessoas das camadas mais populares passaram a acessar bens e serviços mais caros e muitos conseguiram melhorar suas condições de vida. Por outra via, esse cenário provocou o endividamento da população, já que boa parte dos consumidores não está preparada para discernir claramente sobre os processos e consequências de suas promessas de dívida, além de serem seduzidos frequentemente para consumir produtos supérfluos.

Em paralelo a isso, também observamos a emergência dos idosos como um público potencial para o consumo de produtos e serviços. A renda provinda de aposentadorias e pensões que embora não seja tão elevada, é estável, e tornou os idosos um alvo do marketing das empresas e bancos. As tradicionais imagens de velhice, vinculadas à incapacidade, inutilidade e marginalização deram lugar a outras, influenciadas pelo discurso midiático que incentiva a busca da saúde e do prazer por meio do consumo.

Nesse sentido, o crédito consignado, modalidade de crédito que empresta dinheiro com juros mais baixos, somado às carências financeiras dos idosos e ao apelo constante para o consumo, ganhou muitos adeptos em pouco tempo. O advento do crédito consignado também propiciou processos de violência e de solidariedade ao mesmo tempo, ambos impulsionando idosos a fazer empréstimos para benefício de terceiros, sendo que o pagamento dessa dívida por parte dos beneficiados nem sempre acontece.

Em geral, os idosos se constituem como uma população especialmente vulnerável, por conta da baixa escolaridade, o que contribui para que os mesmos tenham dificuldades em compreender as regras dos contratos. Além disso, a situação de saúde mais suscetível e o contexto cultural marcado pela velocidade das informações tornam essas pessoas mais frágeis

para lidar com as ofertas do crédito. Como resultado, observamos na contemporaneidade um abuso por parte dos bancos e o endividamento de pessoas idosas, com um comprometimento importante da sua renda pelo crédito consignado, afetando diretamente a qualidade de vida e a dignidade desses sujeitos.

Frente a esse contexto, nesta dissertação analisamos como idosas do Rio Grande do Sul com problemas financeiros lidam com as suas finanças. Após entrevistarmos 33 idosos, transcrevermos 30 entrevistas e diferenciarmos estas quanto ao motivo gerador da situação de problemas financeiros, agrupamos as entrevistas de acordo com esses motivos, que totalizaram dez razões diferentes entre si. Em seguida fizemos a escolha aleatória de uma entrevista pertencente a cada motivo, dessa forma utilizamos dez entrevistas para a análise de conteúdo, sendo que o perfil dos participantes se formou exclusivamente por mulheres. Organizamos os dados coletados na pesquisa de campo em três categorias, que revelam como as idosas aprenderam a lidar com o dinheiro, como se desencadeiam processos de endividamento e como gerenciam as suas finanças, respectivamente.

No que diz respeito à forma como as idosas aprenderam a lidar com o dinheiro, dois elementos emergiram. Em primeiro lugar, chamou a atenção o distanciamento entre as idosas e a temática das finanças, pois por meio dos dados observamos que vivenciaram uma juventude marcada pela ausência de oportunidades para lidar e aprender sobre o dinheiro.

Ao atentar para o contexto social e econômico em que as idosas viveram suas juventudes, foi possível ampliar o entendimento acerca desse afastamento da temática das finanças. Naquele período, o acesso à educação formal era ainda mais difícil, e a situação financeira das famílias em geral demandava o trabalho dos jovens desde cedo, o que impedia os mesmos de acessarem o direito à educação. No caso das mulheres, a cultura patriarcal e machista agravou a situação, pois segundo essa visão cultural o lugar da mulher está restrito às atividades do lar, não cabendo à mesma se envolver com questões de gerenciamento do dinheiro.

Foi interessante observar que, mesmo no caso das idosas participantes desse estudo, que em parte possuem uma escolaridade mais alta do que a média da sua faixa etária, desencadeiam-se problemas financeiros. Assim, os resultados da presente dissertação nos remetem a pensar que, a despeito da importância do nível de escolaridade, esse pode não ser suficiente para o estabelecimento de uma relação saudável com as finanças. Portanto, é interessante nos questionarmos sobre alguns pontos: a) à qual o modelo de educação formal as idosas tiveram acesso? Essa escolaridade foi embasada em uma educação crítica, ou em uma educação bancária?; b) quais podem ter sido as implicações do tipo de educação que

receberam ao longo da vida na sua relação com as finanças? Além disso, como já discutimos, os problemas de endividamento não estão ligados apenas à falta de conhecimentos sobre finanças, mas desenvolvem-se em um contexto capitalista, de iniquidades sociais, regido pela lógica do consumo, que favorecem o desenvolvimento de problemas financeiros.

Com a situação de distanciamento da temática das finanças, as idosas aprenderam a lidar com o dinheiro a partir de vivências cotidianas. Nesse sentido, o trabalho e o casamento mostraram-se como duas experiências importantes para essa relação, pois foi por meio do trabalho e da composição de renda com o cônjuge que foi possível para algumas das idosas o contato e administração dos próprios recursos.

Identificamos com as falas das entrevistadas que erros cometidos na vida foram dispositivos importantes para a aprendizagem. Conforme perspectiva de entrevistada foi “*levando na cabeça*” que percebeu algumas lições sobre a importância de ter um controle financeiro. Desse modo, podemos inferir que a aprendizagem das idosas sobre as finanças ocorreu ao longo da vida, de forma vivencial, sendo marcada pelo distanciamento da temática, bem como por experiências que incluem o trabalho, o casamento e também escolhas prejudiciais no que concerne ao uso dos seus recursos. Chamou-nos a atenção ainda que nas entrevistas das não houve relatos quanto ao aprendizado sobre finanças no ambiente doméstico durante suas infâncias, bem como não foram citadas experiências de educação financeira formal, exceto por parte de uma idosa que referiu ter participado de palestras relativas ao tema, no grupo de convivência de que faz parte.

Na segunda categoria emergiram as situações a partir das quais se desencadeiam os processos de endividamento. Percebemos que o endividamento não parece um assunto confortável a ser discutido pelas idosas, pois houve pouco aprofundamento sobre os motivos que as levaram a ter problemas financeiros, portanto as falas das entrevistadas foram mais pontuais nesse sentido.

Por meio da análise dos dados compreendemos que o endividamento é processual e advém de múltiplas razões, influenciadas especialmente pelo contexto social e econômico no qual as idosas viveram e ainda vivem. A insuficiência econômica foi um dos aspectos que favoreceu os processos de endividamento. Também identificamos hábitos de consumo entre as participantes, como o consumo exacerbado e não planejado, muitas vezes influenciado pela cultura do consumismo que se faz presente na contemporaneidade.

Observamos que, em geral, as idosas não possuem uma reserva financeira ou uma organização do seu orçamento, e os gastos imprevistos, especialmente com a saúde, podem se constituir como outro elemento que as leva a uma situação de endividamento. O crédito

consignado também emergiu como parte dos processos de endividamento, o qual oferece um dinheiro rápido e fácil para as idosas, sendo um negócio altamente lucrativo para os bancos. Algumas entrevistadas relataram a adesão a esse tipo de empréstimo, que se apresenta frequentemente como armadilha ao comprometer parte de suas rendas, agravando a situação de endividamento. O crédito consignado apareceu como oferta de fácil acesso, que pode ser ao mesmo tempo mecanismo de violência e solidariedade nas relações familiares, impulsionando as idosas a contratar esse tipo de empréstimo em seu nome, mas em benefício de terceiros.

Diante disso, o endividamento das idosas revelou-se no presente estudo como resultado de uma realidade complexa que não proporciona uma relação saudável com as finanças. Em geral, costuma-se culpabilizar os sujeitos por não realizarem um planejamento financeiro ou pela impulsividade e inconsequência na prática de compras, que muitas vezes são consideradas desnecessárias. Todavia, é premente assinalar as desigualdades sociais, a dificuldade do acesso ao emprego, à renda e à educação, além de um sistema que incentiva o consumo em demasia, sem oportunizar aos sujeitos o acesso aos conhecimentos necessários por meio dos quais poderiam estar mais bem preparados para lidar com as finanças. Esse contexto fragiliza os sujeitos e, no caso das pessoas idosas, a vulnerabilidade é agudizada, pois vivem em uma conjuntura cultural diferente daquela na qual cresceram, sendo que o marketing agressivo e a velocidade das informações são outros obstáculos para a compreensão das relações de consumo nas quais estão inseridas.

Por fim, na terceira categoria, em que discutimos sobre a forma como as idosas gerenciam os seus recursos, percebemos que as mesmas não realizam um controle das suas finanças de forma organizada e planejada. A compra por impulso é algo que está presente entre os seus hábitos de consumo, em situações nas quais valorizam os benefícios imediatos de consumir, sem a reflexão acerca das consequências futuras. Ademais, as idosas se mostraram vulneráveis aos apelos constantes da sociedade de consumo, em especial no que se refere ao serviço de viagens.

Observamos que as entrevistadas utilizam como estratégias para lidar com as finanças: o auxílio de outras pessoas para quitar ou negociar dívidas, a prática de compras à vista, e o consumo adequado ao que seus ganhos permitem. Tais métodos podem ser interessantes para auxiliá-las a organizar a sua vida financeira. Entretanto, outras formas utilizadas pelas idosas para lidar com as finanças, identificadas neste estudo, podem reforçar a carência de entendimento sobre a temática ou mesmo indicar estratégias frente à ausência de recursos suficientes para suas necessidades. Alguns relatos mencionaram o atraso de pagamentos ou

parcelamento em demasia de suas compras, o que pode incorrer no pagamento de juros, prejudicando a vida financeira das mesmas. Outro meio de gerenciamento das finanças identificado foi a compra em situações de promoção, o que pode ser interessante por um lado, mas uma armadilha por outro, já que muitas vezes o incentivo é para o consumo de supérfluos. As idosas ainda mencionaram seus planos futuros com relação ao dinheiro, enfatizando o desejo de consumir viagens como forma de desfrutar do tempo de vida que ainda têm e de algo que não dispunham em sua juventude.

Em face desses resultados, é possível tecer pelo menos duas reflexões. Em primeiro lugar, é fundamental que o Estado estabeleça políticas públicas que criem as condições necessárias para que as pessoas idosas possam desenvolver uma relação mais saudável com as suas finanças, estando mais protegidas dos processos de endividamento. Nesse sentido, não apenas a regulação e fiscalização das relações de consumo são necessárias, mas a implementação de políticas que minimizem as desigualdades sociais e ampliem o acesso a uma educação crítica e de qualidade, bem como façam a redistribuição de renda. Afinal, não será possível promover relações de consumo justas em um contexto marcado por tantas desigualdades sociais.

Em segundo lugar, a educação financeira deve constituir-se como uma prática inclusiva, não apenas como um meio de ensinar os idosos a gastar menos ou controlar o seu orçamento, mas, corroborando a defesa de Buaes (2015), deve ser um meio de promover a cidadania, oportunizando aos sujeitos ampliar a sua capacidade de leitura crítica do mundo em que vivem, para que estejam instrumentalizados para tomar decisões financeiras. Essa perspectiva ultrapassa aquela na qual se responsabiliza unicamente cada sujeito por suas escolhas, mas atenta para a complexidade das relações humanas, nas quais há múltiplos interesses presentes.

Pensando para além da educação financeira em si, ao olharmos para os dados de nossa pesquisa foi possível refletir que, parte das idosas entrevistadas mesmo apresentando mais tempo de estudo formal acabou desenvolvendo problemas financeiros. Nesse sentido, é razoável supor que não basta o acesso à educação formal. Cabe indagarmos algo que precede a própria educação financeira: por qual tipo de educação formal essas idosas passaram? É necessário que a educação formal tenha como base uma perspectiva crítica, politizada, que prepare para a vida e seus problemas reais, podendo a educação financeira também fazer parte desse processo.

Outro dado que nos faz perceber a importância da educação é que nem mesmo as idosas com renda mais alta deixaram de se endividar, pois a questão não se refere apenas à

renda de que dispomos, mas como a utilizamos. Importa dizer que sabemos da influência do tempo contemporâneo e do sistema capitalista em que vivemos, os quais engendram modos de vida e consumo, ou seja, o uso do dinheiro não deve ser visto exclusivamente como opção pessoal. A relação com as finanças é afetada pelas histórias de vida, aspectos emocionais, contexto social e econômico, nível de educação formal, possibilidades de aprendizagem, etc. Dessa forma, para propor ações de educação financeira é necessário considerar a trama complexa que envolve o universo de cada sujeito e o coletivo do qual faz parte.

Por fim, consideramos que, apesar de respondermos aos objetivos da pesquisa, pode ter havido limitações nos resultados devido ao possível constrangimento das idosas ao falar sobre o endividamento, fato que pode ter reduzido as suas manifestações. Além disso, consideramos que as participantes do estudo faziam parte de um perfil peculiar, com escolaridade e rendimento maiores do que a média de sua faixa etária, além de serem todas participantes de grupos de convivência. Nesse sentido, sugerimos a realização de outros estudos que possam investigar a perspectiva de idosos com problemas financeiros em outros contextos, especialmente das camadas mais populares.

Esperamos que a presente dissertação contribua para o avanço dos estudos sobre o envelhecimento e consumo, de modo que se amplie o entendimento sobre o fenômeno do endividamento. Desejamos ainda que este estudo forneça elementos por meio dos quais seja possível pensar em uma sociedade mais justa, na qual os sujeitos tenham a oportunidade de pensar criticamente sobre a realidade na qual estão inseridos, podendo conhecer e exercer outras formas de vida e consumo.

REFERÊNCIAS

AGUIAR; MENEZES; CAMARGO. Arranjos familiares com pessoas idosas: fatores contributivos. *Av Enferm*, v.36, n.3, 292-301, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/aven/v36n3/0121-4500-aven-36-03-292.pdf>. Acesso em: 1 set. 2020.

ALMEIDA Gustavo Tomaz de; MACHADO CÉSAR, Eduarda Félix; MOURA, Gabriel Diniz Dias; FREITAS, Vitória Jardim de. O consumo de crédito e suas relações com os idosos de baixa renda: um estudo a luz dos aspectos interpretativos da CCT. *IX Encontro Nacional de Estudos do Consumo*, 21 a 23 nov. 2018, ESPM, Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://estudosdoconsumo.com/wp-content/uploads/2018/11/ENEC2018-GT06-ALMEIDA-MACHADO-MOURA-FREITAS-OConsumoDeCreditoESuasRelacoesComOsIdososDeBaixaRenda.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2020.

ALMEIDA, Gustavo T. de et al. O consumo de crédito e seus prejuízos e os benefícios na sociedade: um estudo interpretativista na perspectiva de idosos como consumidores. *Revista Alcance*, v. 25, n. 3, set.- dez. 2018.

ALMEIDA, Thiago de. A situação financeira e seus efeitos sobre a dinâmica afetiva dos casais, 2019. Disponível em: <https://santarita.br/wp-content/uploads/2019/05/revistasrita-27.pdf#page=57>.

ANTUNES, C. Acerca da indissociabilidade entre as categorias trabalho e educação. *Motrivivência*, ano XXII, n. 35, p. 41-61, dez. 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2010v22n35p41/18083>>.

ARAÚJO, Carlos S. A. *Estado e violência em tempos de capitalismo neoliberal*. Tese (Doutorado em Filosofia, Política e Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, 2017. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/24991/1/2017_tese_csaaraujo.pdf>. Acesso em 21 mai. 2018.

AUGUSTINIS; COSTA; BARROS. Uma análise crítica do discurso de educação financeira: por uma educação para além do capital. *Revista ADM. MADE*, Rio de Janeiro, ano 12, v.16, n.3, p.79-102, set./dez. 2012. Disponível em: <http://periodicos.estacio.br/index.php/admmade/article/viewFile/553/291>.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). *Pesquisa qualitativa sobre o processo de endividamento resultados preliminares*, 2014. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pec/appron/apres/Pesquisa_Endividamento.pdf>. Acesso em 21 abr. 2018.

BARBOZA, Heloísa Helena. Vulnerabilidade e cuidado: aspectos jurídicos. In: PEREIRA, T. S.; OLIVEIRA, G. (coord.). *Cuidado e vulnerabilidade*. São Paulo: Atlas, 2009.

- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. 4. ed. Lisboa: Edições 1977, 2009.
- BAUMAN, Zygmunt. *Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BEAUVOIR, Simone de. *A velhice*. 1. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade. Tratado de Sociologia do Conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- BOMILCAR, Inaê. *O equilíbrio através da educação financeira*. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Candido Mendes, 2010.
- BONOMO, B; MAINARDES, E. W; LAURETT, R. Compra não planejada e endividamento pessoal: uma análise de relação. *RAD*, v.19, n.3, set./out./nov./dez, 2017, p. 49-69. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/rad/article/view/32758/23545>
- BORTOLUZZI, Daiane A.; BOLIGON, Juliana A. R.; HOLLVEG, Scheila D. S.; MEDEIROS, Flaviani S. B. Aspectos do endividamento das Famílias brasileiras no período de 2011-2014. *Perspectiva*, Erechim. v. 39, n.146, p. 111-123, jun./2015. Disponível em: <http://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/146_513.pdf>. Acesso em: 22 mai. 2018.
- BOTH, Agostinho; PASQUALOTTI, Adriano; BOTH, Tatiana L. Gerontologia, longevidade e educação: fundamentos, práticas e processos. In. FREITAS, Elizabete V. de et al. *Tratado de geriatria e gerontologia*. 3 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.
- BOTH, Tatiana; CARLOS, Sérgio Antônio. Jubilamento: o interdito de uma vida de trabalho e suas repercussões na velhice. *Revista Brasileira De Ciências Do Envelhecimento Humano*, Passo Fundo, v. 2, n. 1, p. 30-42, jan./jun. 2005.
- BRASIL. Conselho Federal de Serviço Social. Código de Ética Profissional do Assistente Social. 9 ed. Brasília, DF: CFESS, 1993.
- BRASIL. Lei n. 8.078, de 11 de setembro de 1990. Diário Oficial da União. Brasília, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8078.htm>. Acesso em: 01 mai. 2017.
- BRASIL. Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html>. Acesso em 14 mai. 2018.
- BUAES, Caroline S. Educação financeira com idosos em um contexto popular. *Educ. Real*, Porto Alegre, v. 40, n.1, jan./mar. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362015000100105&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt#B10>. Acesso em: 25 jan. 2018.
- BUAES, Caroline S. *Sobre a construção de conhecimentos: uma experiência de educação financeira com mulheres idosas em um contexto popular*. Tese (Doutorado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/33670>>. Acesso em: 5 jan. 2018.

CAMARANO, Ana A. Envelhecimento da população brasileira: uma contribuição demográfica. In: FREITAS, E. V. et al. (eds). *Tratado de geriatria e gerontologia*. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

CARLOS, Sérgio Antônio. A tolerância e a intolerância com (dos) idosos. In: *Simpósio Brasileiro de Psicologia Política*, 2012, São Francisco de Paula, RS. Memória Política, Movimentos Sociais, Educação e Esfera Pública. Porto Alegre: Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, 2012. p. 39-48. Disponível em: <[http://www.eventize.com.br/eventize/upload/000001/files/ANAIS%20FINALIZADO\(1\).pdf](http://www.eventize.com.br/eventize/upload/000001/files/ANAIS%20FINALIZADO(1).pdf)>. Acesso em: 2 set. 2018.

CARVALHO, Helder Araújo de; SOUSA, Felipe Gerhard Paula; FUENTES, Verónica Ligia Peñaloza. Representação social do endividamento individual. *RPCA*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, jan./mar. 2017. Disponível em: <<http://www.uff.br/pae/index.php/pca/article/view/777/pdf>>. Acesso em: 2 abr. 2018.

CHAGAS; SANTANA. Crédito consignado e o superendividamento do consumidor idoso. *Revista Jurídica ESMP-SP*, v.16, p. 212-231, 2018. Disponível em: http://www.esmp.sp.gov.br/revista_esmp/index.php/RJESMPSP/article/view/391/340340410. Acesso em: 2 set. 2020.

CHIEN, Yi-Wen; DEVANEY, Sharon A. The effects of credit attitude and socioeconomic factors on credit card and installment debt. *Journal of Consumer Affairs*, v. 35, n. 1, p. 162-179, 2001. Disponível em: <<http://ntur.lib.ntu.edu.tw/bitstream/246246/83637/1/3.pdf>>. Acesso em: 21 mai. 2018.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE DIRIGENTES LOJISTAS (CNDL). Mesmo aposentados, 21% dos idosos continuam trabalhando, revela pesquisa CNDL/SPC Brasil. Disponível em: <<https://site.cndl.org.br/mesmo-aposentados-21-dos-idosos-continuam-trabalhando-revela-pesquisa-cndlspc-brasil/>>. Acesso em: 22 abr. 2019.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO (CNC), 2019. Disponível em: <http://cnc.org.br/editorias/economia/pesquisas/pesquisa-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumidor-peic-1>

COPETTI, Daiane Maria Sassi. *O endividamento das famílias brasileiras: comportamentos, desafios e possibilidades de uma gestão financeira equilibrada*, 2018. Disponível em: <http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/handle/123456789/5515>.

CÔRTE, Beltrina; MEDEIROS, Suzana, A. Rocha. A heterogeneidade da velhice. *Revista Kairós*, São Paulo, v. 12, n. 1, jan. 2009, p. 13-19.

COSTA, Theógenes Bruno Gomes; VIEIRA, Allan Sarmiento; DE SÁ NETO, José Abrantes. Análise comparativa de endividamento financeiro: um estudo de caso entre instituições pública e privada na cidade de cajazeiras–PB. *Revista de Finanças e Contabilidade da Unimep*, v. 5, n. 1, p. 58-76, 2018.

DEBERT, Guita G. *A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2004.

DINIZ, A. P. C; VIEIRA, K. M; POTRICH, A. C. G; CAMPARA, J. P. *Influência das variáveis socioeconômicas e demográficas no bem-estar financeiro: um estudo do*

comportamento maranhense. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/2ccd/d52524ce3c9a057a949a7f2d7a6384613654.pdf>.

DINIZ, Anna P. C. et al. Influência das variáveis socioeconômicas e demográficas no bem-estar financeiro: um estudo do comportamento maranhense. *Revista Uniabeu*, v. 7, n. 17, p. 218-234, 2014.

DOLL, Johannes. Educação e envelhecimento. *Fundamentos e perspectivas*, São Paulo, v. 19, n. 43, p. 7-26, out. 2008.

DOLL, Johannes. Educação e envelhecimento: desafios no mundo contemporâneo. In: ANICA, Aurízia et al. (org.). *Envelhecimento ativo e educação*, 2014. Disponível em: <https://sapiencia.ualg.pt/bitstream/10400.1/5702/5/Ebook%20FINAL.pdf#page=7>. Acesso em: 15 mai. 2018.

DOLL, Johannes. Elderly consumer weakness in 'withholding credit'. In: NIEMI J.; RAMSAY I.; WHITFORD W. C. (Org.). *Consumer credit, debt and bankruptcy. Comparative and International Perspectives*. Oxford and Portland: Hart Publishing, 2009. p. 289-306.

DOLL, Johannes; BUAES, Caroline S. A inserção mercadológica de novos consumidores: os velhos entram em cena. In: *IV Encontro Nacional de Estudos do Consumo*, 2008. Rio de Janeiro. IV Enec Novos Rumos da Sociedade de Consumo?. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2008. p. 1-18.

DOLL, Johannes; CAVALLAZZI, Rosangela L. Crédito consignado e o superendividamento dos idosos. *Revista de Direito do Consumidor (RDC)*, v. 107, set.- out. 2016. Atualização do CDC. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/RDCCons_n.107.11.PDF. Acesso em: 29 abr. 2018.

FERRARI, Angélica et al. Educação financeira familiar: uma contribuição quanto às percepções de planejamento, reserva e falta de dinheiro. Disponível em: http://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/158_714.pdf

FERRIGNO, José C. *O conflito de gerações: atividades culturais e de lazer como estratégia de superação com vistas à construção de uma cultura intergeracional solidária*. Tese (Doutorado em Psicologia), Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2009.

FRANÇA, Lúcia Helena de Freitas Pinho. O envelhecimento populacional e seu reflexo nas organizações: a importância da educação ao longo da vida, 2011. Disponível em: <https://bts.senac.br/bts/article/view/193>.

FREIRE, Madalena. *O que é um grupo?*, 2005. Disponível em: <http://www.famema.br/famema/ensino/pdd/docs/oqueeumgrupo.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2018.

FREIRE, Madalena. *O que é um grupo?*, 2005. Disponível em: <http://www.famema.br/famema/ensino/pdd/docs/oqueeumgrupo.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2018.

FREIRE, Paulo. Carta de Paulo Freire aos professores. *Estudos avançados*, n. 15, v. 42, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n42/v15n42a13.pdf>>. Acesso em 24 jun. 2018.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 47 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 28. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança: reencontro com a pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GALEANO, Eduardo. *Entrevista com Eduardo Galeano*, transmitida na RTP 2 (Portugal) em 10/05/2012, no programa "O Tempo e o Modo". Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=LmwiYp-kbKM>>. Acesso em: 12 set. 2018.

GARCIA, Nidia; GRIFONI, Andrea; LÓPEZ, Ruan C.; MEJÍA Diana M. La educación financiera en América Latina y el Caribe Situación actual y perspectivas. *Serie Políticas Públicas y Transformación Productiva*, n. 12, 2013. Disponível em: <http://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/OECD_CAF_Financial_Education_Latin_AmericaES.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2018.

GIANCOLI; Brunno P. *O superendividamento do consumidor como hipótese de revisão dos contratos de crédito*. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2008.

GIL, Antônio C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GIL, Antônio C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GUARESCHI, Pedrinho A. *Sociologia crítica: alternativas de mudança*. 62 ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

HENNIGEN Inês; GEHLEN Gabriela. Com a “vida” no vermelho: psicologia e superendividamento do consumidor. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, v. 7, n. 2, São João del-Rei, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://intranet.ufsj.edu.br/rep_sysweb/File/revistalapip/Volume7_n2/Hennigen%2C_Ines_%26_Gehlen%2C_Gabriela.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo 2010. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 2 ago. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Número de idosos cresce 18% em 5 anos e ultrapassa 30 milhões em 2017. Editoria: Estatísticas Sociais. Subeditoria: PNAD Contínua. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20980-numero-de-idosos-cresce-18-em-5-anos-e-ultrapassa-30-milhoes-em-2017>>. Acesso em: 2 set. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Educação, 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101576_informativo.pdf>. Acesso em: 02 set. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD). PNAD Contínua. Principais resultados. 4º trimestre 2017. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?edicao=20106&t=destaques>>. Acesso em: 1 mai.2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2014. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40>. Acesso em: 10 out. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Síntese de indicadores sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Projeções e estimativas da população do Brasil e Unidades da Federação, 2020. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>>. Acesso em: 19 jul. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE. 2015. Disponível em: <<https://ndonline.com.br/files/images/2015/12/04-12-2015-02-58-43-pesquisa-ibge.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE. 2016. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98965.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (PNAD CONTÍNUA 2018), 2019. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/00e02a8bb67cdedc4fb22601ed264c00.pdf

INSTITUTO DE PESQUISA E ECONOMIA APLICADA (IPEA). O Brasil em quatro décadas: 1500. Governo Federal. Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1663/1/TD_1500.pdf>.

JARVIS, Peter. *Adult Education and Lifelong Learning: theory and practice*. Canada: Routledge, 2010.

JARVIS, Peter. *Adult Learning in the Social Context*. London: Croom Helm, 1987.

JARVIS, Peter. Aprendizagem humana: implícita e explícita. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 40, n. 3, p. 809-825, jul./set. 2015. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/edreal/v40n3/pt_2175-6236-edreal-40-03-00809.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2018.

JARVIS, Peter. *Learning to be a Person in Society*. London: Routledge, 2009.

LANDSKREN, Jordana; SANTOS, Mirela Jeffman dos; SCHNEIDER, Leonardo Gustavo. A influência da promoção de vendas na decisão de compra dos consumidores de uma empresa varejista gaúcha. *Desenvolve: Revista de Gestão do Unilasalle*, Canoas, v. 8, n. 1, p. 51-62, mar. 2019. Disponível em: <<https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/desenvolve>>. Acesso em: 5 jan. 2020.

LEÃO, Ana Paula Camboim; FERNANDES, Raquel de Aragão Uchoa; MARTINS, Marcelo Machado. Empréstimos consignados e endividamento familiar: estudo junto a servidores/as públicos/as federais em Pernambuco. *Oikos: Família e Sociedade em Debate*, v. 27, n. 2, p. 152-174, 2016.

LOPES, Geovane de Oliveira. *Endividamento das famílias brasileiras no sistema financeiro nacional: o impacto de indicadores macroeconômicos*, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/11133>>. Acesso em 2 jul. 2020.

LOPES, Paloma de L. et al. Levantamento do perfil dos idosos aposentados e pensionistas usuários de empréstimo consignado do município de Barra do Piraí/RJ. *XI Simpósio de excelência em gestão e tecnologia*. Tema: Gestão do conhecimento para a sociedade, 2014. Disponível em: <<https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos14/22920308.pdf>>. Acesso em: 2 ago. 2018.

MACHADO, T. R. B; MACHADO, M. E. R. *Finanças pessoais no casamento: um estudo com os acadêmicos da Unipampa Sant'Ana do Livramento*. Disponível em: <<http://dspace.unipampa.edu.br/handle/rii/2103>>. Acesso em: 2 ago. 2019.

MARQUES, Claudia L.; BENJAMIN, Antonio H. V. *Comentários ao Código de Defesa do Consumidor*. 2 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

MARQUES, Claudia L.; CAVALAZZI, Rosangela L. (Orgs.). *Direitos do Consumidor endividado. Superendividamento e crédito*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

MARQUES, Cláudia L.; MIRAGEM, Bruno. *O novo Direito Privado e a proteção dos vulneráveis*. 2 ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

MEDEIROS, Soraya M. de et al. Endividamento financeiro na terceira idade no Brasil. *Anais CIEH* (2015), v. 2, n.1. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/cieh/trabalhos/TRABALHO_EV040_MD2_SA14_ID1972_08092015224328.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2018.

MINAYO, Maria C. de S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 14 ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MINAYO, Maria. C. *Pesquisa social: teoria método e criatividade*. 28 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MORAES, Fabio; MORAIS, Silvia. Mapa da educação financeira no Brasil. *Relatório analítico ENEF (Estratégia Nacional de Educação Financeira)*, 2017. Disponível em:

<<http://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/04/RelatorioAnaliticoENEF.pdf>>. Acesso em: 18 ago. 2018.

MOTTA, Alda Britto da. Violência financeira e desamparo dos mais idosos. CONINTER 3 (Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades). Salvador, UCSal, 8 a 10 de outubro de 2014, n.3, v. 2, p. 89-102. Disponível em: <<http://aninter.com.br/Anais%20CONINTER%203/GT%2010/07.%20MOTTA.pdf>>. Acesso em: 2 fev. 2018.

MOURA, Rivania; OLIVEIRA, Sara C. S. de; SILVA, Raiça N. de O. Crédito consignado e seu impacto na vida dos aposentados. *Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social*, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22717>>. Acesso em: 20 ago. 2020.

NETO, Arminio Fraga. *Estado, desigualdade e crescimento no Brasil*, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010133002019000300613&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em: 12 jul. 2020.

NETO, João do C. R. *Bem-estar financeiro do consumidor idoso de baixa renda e o uso de instituições bancárias*. Dissertação (Mestrado em Economia), Departamento de Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-20122018-121759/publico/CorrigidoJoao.pdf>>. Acesso em: 18 ago. 2020.

NETTO, Matheus Papaléo. O estudo da velhice: histórico, definição do campo e termos básicos. In: FREITAS, Elizabete V. de et al. *Tratado de geriatria e gerontologia*. 3 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

OCDE (Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico). *OECD's Financial Education Project*. Assessoria de Comunicação Social, 2004. Disponível em: <www.oecd.org/>. Acesso em: 5 ago. 2018.

OCDE (Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico). *International Survey of Adult Financial Literacy Competencies*, 2016. Disponível em: <<http://www.oecd.org/finance/financial-education/oecd-infe-survey-adult-financial-literacy-competencies.htm>>. Acesso em: 20 jul. 2018.

OCDE (Organização de Cooperação e desenvolvimento Econômico). *Recommendation on principles and good practices for financial education and awareness*, 2005. Disponível em: <<https://www.oecd.org/finance/financial-education/35108560.pdf>>. Acesso em 5 jul. 2018

OELKERS, Jürgen. Erziehung. In: FAULSTICH-WIELAND, Hannelore; FAULSTICH, Peter (Org.). *Erziehungswissenschaft. Ein Grundkurs*. Reinbek: Rowohlt, 2008. p. 82-109.

OLIVEIRA, Giulia X. de; DOTTO, Danielle K.; Reisoli Bender, FILHO. Crédito consignado: dinâmica e ampliação das condições de financiamento (margem de consignação e garantias). *Anais do SJPE&D*, v. 4, n. 4, Santa Maria, 2017. Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/seminarioeconomia/index.php/anais/anais-2017>>. Acesso em: 17 mai. 2018.

ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD (OPAS). *Guia Clínica para Atención Primaria a las Personas Mayores*. 3. Ed. Washington: OPAS, 2003.

PAULA, Jeanine B. de.; GRAEFF, Lucas. O superendividamento na terceira idade: um estudo de caso. *Estud. interdiscipl. envelhec.*, Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 569-582, 2014.

PEIXOTO, Clarice Ehlers. Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velho, velhote, idoso, terceira idade... In: BARROS, Miryam M. L. de. *Velhice ou Terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política*. Rio de Janeiro: editora FGV, 2007.

PERISTA, H.; PERISTA, P. Género e envelhecimento, planejar o futuro começa agora – Estudo de diagnóstico. Lisboa: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG) /Presidência do Conselho de Ministros (PCM), 2012. Disponível em: <http://195.23.38.178/cig/portalcig/bo/documentos/estudo_Genero-Envelhecimento.pdf>. Acesso em: 1 ago. 2020.

PETERSON, D.A. Educational Gerontology: The State of the Art. *Educational Gerontology*, v.1, n. 1, p. 62-64, 1976.

PNAD EDUCAÇÃO, 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101657_informativo.pdf. Acesso em: 21 ago. 2020.

PORTO, Elisabete A. Evolução do crédito pessoal no Brasil e o superendividamento do consumidor aposentado e pensionista em razão do empréstimo consignado. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas), Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/4428>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD), 1996. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/idh/rdhs-brasil/relatorio-do-desenvolvimento-humano-200014.html>.

QUEZADO, Izabelle; NETO, Luiz A. da S.; PEÑALOZA, Verónica; GERHARD, Felipe. Atitude ao endividamento e comportamento de gestão financeira do consumidor. *Reuna*, v. 22, n. 1, p. 63-92, 2017. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/45228/atitude-ao-endividamento-e-comportamento-de-gestao-financiera-do-consumidor->>. Acesso em: 20 mai. 2018.

RABELO; ROCHA; PINTO. Arranjos de moradia de idosos: associação com indicadores sociodemográficos e de saúde. *Revista Subjetividades*, v. 20 (Especial 1), 2020. Disponível em: <<https://periodicos.unifor.br/rmes/article/view/e8873/pdf>>. Acesso em: 15 ago 2020.

REYMÃO, Ana E. N.; OLIVEIRA, Felipe G. de. Inclusão financeira e vulnerabilidade do consumidor de crédito habitacional: uma análise jurídico-econômica do mercado brasileiro. *Revista de Direito, Globalização e Responsabilidade nas Relações de Consumo*. Maranhão, v. 3, n. 2, p. 1 - 21, jul./dez. 2017.

RIBEIRO; LARA. O endividamento da classe trabalhadora no Brasil e o capitalismo manipulatório. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 126, p. 340-359, maio/ago. 2016. Disponível em:

<https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n126/0101-6628-sssoc-126-0340.pdf>. Acesso em: 20 ago 2020.

RIFE, Rosana. Total de golpes contra aposentados e pensionistas cresce 30%. Pessoas com dinheiro garantido na conta todo mês têm sido público-alvo de/ bandidos. Notícias/Economia. *Jornal A Tribuna*, 8 jan. 2018. Disponível em: <<http://www.tribuna.com.br/noticias/noticias-detalle/economia/total-de-golpes-contr-a-aposentados-e-pensionistas-cresce-30/?cHash=f204570a7745937af968d47349a8ebe4>>. Acesso em: 8 jul. 2018.

RIGO, Juliana R. *Empréstimo consignado: repercussões sociais relacionadas à vida dos idosos do município de Palhoça/SC*. Monografia (Conclusão de Curso de Serviço Social). Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, 2007. Disponível em: <<http://tcc.bu.ufsc.br/Ssocial285704.pdf>>. Acesso em: 5 jul. 2018.

RINTZEL, Lúbia Tamires; MORETTO, Cleide Fátima. O benefício previdenciário como proteção social: evidências para um pequeno município da Região Sul do Brasil. *RBCEH*, Passo Fundo, v. 14, n. 2, p. 210-224, maio/ago. 2017. Disponível em: <<http://seer.upf.br/index.php/rbceh/article/view/7282/pdf>>. Acesso em 2 set. 2018.

ROOK; FISHER. *Normative Influences on Impulsive Buying Behavior*, 1995. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/24098925_Normative_Influences_on_Impulsive_Buying_Behavior>. Acesso em: 12 jul. 2020.

ROSA, Luiz C. G.; BERNARDES, Luana F.; FÉLIX, Vinícius C. O idoso como consumidor hipervulnerável na sociedade de consumo pós-moderna. *Revista Jurídica da Presidência Brasília*, v. 18, n. 116, out. 2016/Jan. 2017, p. 533-558. Disponível em: <<https://revistajuridica.presidencia.gov.br/index.php/saj/article/view/1281/1188>>. Acesso em 18 mai. 2018.

ROSSI; ROSSI. *Trabalho, ideologia e emancipação humana*, 2018. Disponível em: <<https://cienciasmedicasbiologicas.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/23409/16033>>. Acesso em: 4 ago. 2020.

SANTOS, Adla Carla; SILVA, Maciel. Importância do planejamento financeiro no processo de controle do endividamento familiar: um estudo de caso nas regiões metropolitanas da Bahia e Sergipe. *Revista Formadores*, v. 7, n. 1, p. 5-17, 2014.

SANTOS, Luciléa da S. Caracterização do perfil da pessoa idosa vítima de violência financeira em Belém. *Revista de Direito FIBRA Lex*, Ano 4, n. 5, 2019. Disponível em: <http://www.periodicos.fibrapara.edu.br/index.php/fibralex/article/view/125/96> Acesso em: 30 ago. 2020.

SANTOS, Rafaela Aires Tavares. *O impacto da educação financeira sobre a vulnerabilidade econômica em idosos de baixa renda. Uma avaliação do programa “eu e minha aposentadoria – organizando a vida financeira”*, 2019. Disponível em: <<http://umbu.uft.edu.br/bitstream/11612/1240/1/Rafaela%20Aires%20Tavares%20Santos%20-%20Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 9 jun. 2020.

SANTOS; FERREIRA. *Endividamento e crédito consignado: o perfil do idoso Uberlandense*, 2019. Disponível em: <<http://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/27468/3/EndividamentoCreditoConsignado.pdf>>. Acesso em: 9 jun. 2020.

SARAIVA, Karla S. Os sujeitos endividados e a educação financeira. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 66, p. 157-173, out./dez. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n66/0104-4060-er-66-157.pdf>>. Acesso em: 05 set. 2018.

SASSE, Cíntia. As armadilhas do crédito consignado. *Jornal do Senado*, 3 set. 2013. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/jornal/edicoes/2013/09/03/as-armadilhas-do-credito-consignado>>. Acesso em: 25 mai. 2018.

SAVOIA José R. F.; SAITO André T.; SANTANA Flávia de A. Paradigmas da educação financeira no Brasil. *Rev. Adm. Pública*, Rio de Janeiro, v. 41, n. 6, nov.-dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122007000600006>. Acesso em: 18 ago. 2018.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO (SPC). Brasil. Release educação financeira, 2016. Disponível em: <<https://www.spcbrasil.org.br/wpimprensa/pesquisa/79-dos-consumidores-nao-sabemao-certo-o-que-e-estar-endividado-diz-spc-brasil/>>. Acesso em: 21 abr. 2018.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO (SPC). Brasil. Release idosos, vida financeira, 2014. Disponível em: <https://www.spcbrasil.org.br/uploads/st_imprensa/spc_brasil_release_idosos_vida_financiera_vf.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2018.

SIEBEL, Daiana Clévia; ZDANOWICZ, José Eduardo. *Endividamento pessoal mediante o uso do cartão de crédito pelos trabalhadores de uma indústria no município de Sapiranga*, 2019. Disponível em: <<http://seer.faccat.br/index.php/administracao/article/view/1350>>. Acesso em: 15 ago. 2020.

SILVA, Erenaldo da Costa e. *A importância da educação financeira nos anos iniciais da escolarização*, 2018. Disponível em: <<https://www.bdm.unb.br/handle/10483/20954>>. Acesso em: 15 ago. 2020.

SIQUEIRA, Renata L. de.; BOTELHO, Maria I. V.; COELHO, France M. G. A velhice: algumas considerações teóricas e conceituais. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 7, n. 4, p. 899-906, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/csc/v7n4/14613.pdf>>. Acesso em: 18 mai. 2018.

SKURA, Ivania; VELHO, Ana P. M.; FRANCISCO, Claudia C. B. *Comunicação & Mercado/UNIGRAN*, Dourados/MS, v. 5, n. 12, p. 70-83, jan.-jun., 2016. Disponível em: <<http://www.unigran.br/mercado/paginas/arquivos/edicoes/12/6.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2018.

SOUSA, Ivan P.; GALVARRO, Maria D. P. S. Q. S. 2018. Análise da falta de planejamento financeiro e endividamento. *Revista Científica Univiçosa* – v.10, n. 1 - Viçosa-MG – Jan./Dez. 2018.

SOUZA, Bruna O. de; MORETTO, Cleide F. Entre a razão e a emoção: a tomada de crédito consignado pelos idosos. *RBCEH*, Passo Fundo, v. 11, n. 1, p. 75-88, jan./abr. 2014.

SOUZA, Débora Patricia de. *A importância da educação financeira infantil*, 2012. Disponível em: <<http://www.educacaofinanceira.com.br/tcc/importancia-da-educacao-financeira-infantil.pdf>>. Acesso em: 1 ago. 2020.

SPC Brasil. *Estilo de vida e consumo na terceira idade*, set. 2018. Disponível em: https://www.spcbrasil.org.br/wpimpressa/wp-content/uploads/2018/09/SPC-Analise-Terceira_Idade_Estilo-de-Vida-e-Consumo.pdf. Acesso em: 1 set.2020.

SUMARWAN, U.A *Managerial System Approach To Factors Influencing Satisfaction With Households' Financial Status*. 123 f. Thesis (Master of Science), Iowa State University, Ames, Iowa, 1990.

TEMÓTEO, Antônio. De cada 10 beneficiários do INSS, ao menos seis devem no consignado. *Economia. Correio Braziliense*, 6 mar. 2017. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2017/03/06/internas_economia,578373/por-que-59-dos-aposentados-devem-no-consignado.shtml>. Acesso em: 12 jan. 2018.

THEODORO, Flavio Roberto Faciolla; GINDRO, Wagner; JUNIOR, Alfredo Colenci. A Educação Econômico-Financeira como Tema Transversal nos Cursos de Tecnologia. In: *Anais do Workshop de Pós-Graduação e Pesquisa*. CSP. São Paulo-SP. 2010.

VASCONCELOS, Adriana M. de. *Utilização de crédito pelos idosos participantes do programa municipal de terceira idade de Viçosa – MG*. Dissertação (Mestrado em Economia), Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, Universidade Federal de Viçosa. Disponível em: <<http://www.locus.ufv.br/bitstream/handle/123456789/8397/texto%20completo.pdf?sequence=1>>. Acesso em 3 jan. 2018.

VENTURI, Gustavo; ALBA, Deise de; ROSAS, Wagner (Coord.). *Idosos no Brasil II - Vivências, desafios e expectativas na 3ª idade*. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Pesquisa-Idosos-II-Completa.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2020.

WILLIAMS, Toni. Empowerment of Whom and for What? Financial Literacy Education and the New Regulation of Consumer Financial Services. *Law and Policy*, n. 29, v. 2, p. 226-256. abr., 2007.

ZIEGELMAN, Luiz. *Psiquiatria social contemporânea: narrativa de uma trajetória clínica*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2005.

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista

Observação: A entrevista deve ser feita após o preenchimento do questionário. A partir daqui, o entrevistador já tem uma ideia sobre a situação do endividamento e problemas financeiros, e pode fazer perguntas mais específicas. As perguntas anotadas são uma orientação e não precisam ser feitas literalmente desta forma.

- Perguntar à pessoa se ela permite gravar a entrevista.
- Reforçar que os dados vão ser abordados com discrição, inclusive não falar o nome da pessoa durante a entrevista.
- No início da gravação será necessário dizer o nome da cidade e o número da pessoa que está no questionário.

1. Percebemos que existem alguns problemas financeiros. Você poderia me contar como chegou nesta situação?
2. Como foi na sua juventude? Como lidou com dinheiro? E como lidou com os desejos de comprar algo?
3. Como foi na vida adulta? Teve que lidar com problemas financeiros?
4. Quais são as suas perspectivas futuras? Como pretende lidar com os desafios financeiros no futuro?

APÊNDICE B – Quadros resumo das entrevistas realizadas e transcritas

Ano 2017

CIDADE	ENTREVISTAS	TRANSCRIÇÃO	OBSERVAÇÕES
Torres	5	4	Uma das entrevistas não foi transcrita por não atender aos critérios de inclusão da pesquisa.
Bagé	2	2	
Santa Maria	3	3	
Caxias	2	2	
Passo Fundo	2	2	
Nome de entrevistado	1	-	Não foi identificado o local, nem número do questionário. Não foi transcrita por não atender aos critérios de inclusão da pesquisa.
FASC	1	1	
TOTAL	16	14	

Elaboração da Autora. 2020.

Ano 2018

CIDADE	ENTREVISTAS	TRANSCRIÇÃO	OBSERVAÇÕES
Torres	3	3	
Guaíba	1	1	
Santa Maria	4	4	
Bagé	2	2	
Passo Fundo	4	3	Uma das entrevistas não foi transcrita por não atender aos critérios de inclusão da pesquisa.
FASC	3	3	
TOTAL	17	16	

Entrevistas realizadas e transcritas. Elaboração da Autora. 2020.

APÊNCICE C - Questionário da pesquisa guarda-chuva

Cidade		Ano		Participante n.	
--------	--	-----	--	-----------------	--

INSTRUMENTO COMPLETO

BLOCO I: DADOS PESSOAIS, ESTRUTURA DE FAMÍLIA E MORADIA

Nome	
------	--

Endereço	
----------	--

Telefone	
----------	--

ESCALA DE HÁBITOS E CONDUTAS DE CONSUMO

Responda a alternativa que mais se relaciona com sua conduta habitual.

Sim	Às vezes	Não
------------	-----------------	------------

1	Faz uma lista dos produtos e serviços que precisa comprar.	S	AV	N
2	Seleciona os produtos de acordo com sua qualidade.	S	AV	N
3	Quando vai fazer compras, pensa bem para escolher primeiro o que é mais importante.	S	AV	N
4	Seleciona os produtos de acordo com seu preço.	S	AV	N
5	Compara preços entre diferentes marcas.	S	AV	N
6	Compara preços em diferentes locais de venda.	S	AV	N
7	Lê as informações nos produtos (embalagens, manuais, ...).	S	AV	N
8	Verifica o valor do imposto sobre o produto.	S	AV	N
9	Certifica-se de que os eletrodomésticos tenham serviço de assistência técnica na cidade.	S	AV	N
10	Pergunta pelo tempo de garantia dos produtos.	S	AV	N
11	Pergunta todas suas dúvidas ao vendedor antes de comprar.	S	AV	N
12	Compra no comércio ambulante (camelôs).	S	AV	N
13	Planeja todas as compras.	S	AV	N
14	Ao comprar roupa, lê a etiqueta para saber as características e cuidados que requer.	S	AV	N
15	Acredita que gasta mais do que deveria.	S	AV	N
16	Examina detalhadamente todos os produtos que compra.	S	AV	N
17	Compra habitualmente a prazo.	S	AV	N
18	*Somente se respondeu sim ou às vezes à pergunta anterior. Ao comprar a prazo pergunta pelas taxas de juros e o aumento do preço final.	S	AV	N
19	Ao comprar a prazo, compara as taxas de juros em diferentes locais.	S	AV	N

ESCALA DE SIGNIFICADO DO DINHEIRO (ESD)

Indique o número que melhor reflita seu grau de acordo ou desacordo com a afirmação:

1 Discordo fortemente	2 Discordo levemente	3 Nem concordo, nem discordo	4 Concordo levemente	5 Concordo fortemente
-----------------------	----------------------	------------------------------	----------------------	-----------------------

Afirmção	Grau de Acordo
----------	----------------

1	Dinheiro ajuda a ser feliz.	1	2	3	4	5
2	Quem tem dinheiro é o primeiro a ser atendido em todos os lugares.	1	2	3	4	5
3	Dinheiro provoca angústia.	1	2	3	4	5
4	Dinheiro gera desavenças com parentes.	1	2	3	4	5
5	Dinheiro significa prazer.	1	2	3	4	5
6	Os pais devem ensinar os filhos a serem generosos.	1	2	3	4	5
7	Dinheiro traz felicidade familiar.	1	2	3	4	5
8	O dinheiro constrói um mundo melhor.	1	2	3	4	5
9	Dinheiro provoca traições.	1	2	3	4	5
10	Tenho pesadelos por causa do dinheiro.	1	2	3	4	5
11	Quem tem dinheiro, tem autoridade sobre os outros.	1	2	3	4	5
12	Acho interessante usar dinheiro em eventos culturais (cinema, teatro, museu, ...).	1	2	3	4	5
13	Quero deixar minha família amparada financeiramente quando eu morrer.	1	2	3	4	5
14	Quem tem dinheiro é o centro das atenções.	1	2	3	4	5
15	Dinheiro gera desconfiança entre as pessoas.	1	2	3	4	5
16	Quem tem dinheiro é valorizado socialmente.	1	2	3	4	5
17	O dinheiro facilita a vida da humanidade.	1	2	3	4	5
18	Pessoas pobres são impedidas de ir a lugares frequentados por gente rica.	1	2	3	4	5
19	Acho interessante usar dinheiro em inovações tecnológicas e científicas.	1	2	3	4	5
20	As pessoas devem dar menos importância aos bens materiais.	1	2	3	4	5
21	Ajudar quem precisa é melhor que guardar dinheiro.	1	2	3	4	5
22	Dinheiro é uma coisa complicada para mim.	1	2	3	4	5
23	O dinheiro ajuda a evolução da humanidade.	1	2	3	4	5
24	Dinheiro faz lembrar diferenças sociais.	1	2	3	4	5
25	Quem tem dinheiro deve usá-lo no desenvolvimento do país.	1	2	3	4	5
26	Tenho medo de gastar mais do que posso.	1	2	3	4	5
27	Acho importante fazer convênios de saúde.	1	2	3	4	5

ESCALA DE MATERIALISMO

Indique o número que melhor reflita seu grau de acordo ou desacordo com a afirmação:

1 Discordo fortemente	2 Discordo levemente	3 Nem concordo, nem discordo	4 Concordo levemente	5 Concordo fortemente
-----------------------	----------------------	------------------------------	----------------------	-----------------------

Afirmção	Grau de Acordo
----------	----------------

1	Eu admiro pessoas que possuem casas, carros e roupas caras.	1	2	3	4	5
2	Eu gosto de gastar dinheiro com coisas caras.	1	2	3	4	5

3	Minha vida seria melhor se eu tivesse muitas coisas que não tenho.	1	2	3	4	5
4	Comprar coisas me dá muito prazer	1	2	3	4	5
5	Eu ficaria muito mais feliz se pudesse comprar mais coisas.	1	2	3	4	5
6	Eu gosto de possuir coisas que impressionam as pessoas.	1	2	3	4	5
7	Eu gosto de muito luxo em minha vida.	1	2	3	4	5
8	Me incomoda quando não posso comprar tudo que quero.	1	2	3	4	5
9	Gastar muito dinheiro está entre as coisas mais importantes da vida.	1	2	3	4	5

ESCALA DE ATITUDES EM DIREÇÃO AO ENDIVIDAMENTO

Indique o número que melhor reflita seu grau de acordo ou desacordo com a afirmação:

1 Discordo fortemente	2 Discordo levemente	3 Nem concordo, nem discordo	4 Concordo levemente	5 Concordo fortemente
-----------------------	----------------------	------------------------------	----------------------	-----------------------

Afirmção	Grau de Acordo
1 É errado gastar mais do que ganho.	1 2 3 4 5
2 Acho normal as pessoas ficarem endividadas para pagar suas coisas.	1 2 3 4 5
3 As pessoas ficariam desapontadas comigo se soubessem que tenho dívida.	1 2 3 4 5
4 É melhor primeiro juntar dinheiro e só depois gastar.	1 2 3 4 5
5 Prefiro comprar parcelado do que esperar ter dinheiro para comprar à vista.	1 2 3 4 5
6 Prefiro pagar parcelado mesmo que no total seja mais caro.	1 2 3 4 5
7 Eu sei exatamente quanto devo em lojas, cartão de crédito ou banco.	1 2 3 4 5
8 É importante saber controlar os gastos da minha casa.	1 2 3 4 5
9 Não tem problema ter dívida se eu sei que posso pagar.	1 2 3 4 5

DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS

1	Sexo	Masc	Fem.		
2	Idade				
3	Estado Civil	Casado	Viúvo	Solteiro	Separado
4	Filhos	Não	Sim	Quantos:	
5	Netos	Não	Sim	Quantos:	
6	Escolaridade	Anos de estudo			
7	Profissão				
8	Aposentado	Sim	Não		
9	Moradia				
	Própria				
	Alugada				
	Cedida				
	Terreno compartilhado	Sim	Não		
	Com quem?				
10	Mora com quem?	Sozinho	Parceiro/a	Filhos	Netos

11	Quem contribui para pagar despesas da casa?						
	Própria pessoa	Parceiro/a	Filhos	Netos	Outros		
12	Quem decide os gastos, cuida do dinheiro em casa?						
	Própria pessoa	Parceiro/a	Filhos	Netos	Outros		
13	Recebe dinheiro de alguém (filhos, familiares, ...)			Sim	Não		
14	Por quê e para quê?						
15	Empresta ou já emprestou dinheiro para alguém?			Sim	Não		
16	Em que situação?						
17	Por que emprestou? (O que te levou a emprestar dinheiro?)						
18	Sentiu-se pressionado a emprestar?			Sim	Não		
19	Já pediu dinheiro emprestado para uma pessoa?			Sim	Não		
	Para quem?						
	Para quê?						
20	Como se sente quando precisa pedir dinheiro emprestado?						
BLOCO II: SITUAÇÃO FINANCEIRA							
21	Renda mensal	Ate 1SM	1-2SM	2-4SM	4-6SM	6-10SM	Acima 10
22	Fontes	Trabalho	Aposentadoria	Pensão	Benefício		
	Outras fontes (aluguel, artesanato, venda de doces, pequenos reparos...)?						
23	Renda familiar (soma das rendas do grupo familiar que mora conjunto)	Ate 1SM	1-2SM	2-4SM	4-6SM	6-10SM	Acima 10
24	Gastos	Gasto mais que ganho		Gasto igual		Gasto menos	
25	Costuma realizar suas compras a prazo?			Sim	Não		
26	Se sim, como?	Pré-datado	Cartão crédito	Crediário	Caderneta		
27	Chega ao final do mês com dinheiro ainda?			Sim	Não		
28	Costuma manter um controle dos gastos mensais?				Sim	Não	
	Como?						

BLOCO III: DÍVIDAS

29	Possui dívidas?	Sim	Não
	Cheque especial		
	Cartão de crédito		
	Crédito consignado		
	Empréstimo com banco e/ou financeira		
	Prestações		

30	Para que finalidade?	Sim	Não
	Financiamento de bem móvel (carros, móveis), compra ou reforma de imóvel		
	Compras em prestações		
	Vestuário		
	Alimentação		
	Eletrodomésticos		
	Eletrônicos (celulares, tablete, computador)		
	Remédios, tratamento		
	Serviços		
	Outros		

31	Alguma dessas dívidas foi feita para ajudar outras pessoas?	Sim	Não
	Filhos	Amigos	Outro
	Netos		
	Familiares		

32	Qual o percentual da sua renda mensal que está comprometida com prestações mensais (dívidas)?	
----	--	--

BLOCO IV: DÍVIDAS EM ATRASO

33	Você possui prestações mensais em atraso que não consegue pagar? Se sim, desde quando?	Sim	Não
----	---	-----	-----

34	Qual o percentual da sua renda mensal que está comprometida com estas prestações em atraso (dívidas)?	
----	--	--

35	Aconteceu algum evento em sua vida que levou as dívidas se acumularem e você não conseguiu mais pagá-las?				
	Acidente	Doença	Morte de familiar	Viuvez	Desemprego
	Necessidades de filhos / netos	Divórcio	Aposentadoria	Outros	

36	Suas dívidas já causaram um ou mais dos seguintes efeitos:				
	Perda de sono?	Ansiedade	Tristeza	Vergonha	
	Problema de saúde? Qual?	Problemas nos relacionamentos? Quais?		Outros	

37	Você já renegociou prestação (dívidas) alguma vez?	Sim	Não
----	---	-----	-----

38	Você já procurou auxílio para sua situação? (Procon, reconciliação, ...)	Sim	Não
----	---	-----	-----

BLOCO IV: SOBRE A CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS

39	Já contratou um crédito consignado?	Sim	Não (se não, pula bloco)
----	--	-----	--------------------------

40	Quais foram os motivos para contratar?	
----	---	--

41	Atualmente, quantos tem?	
----	---------------------------------	--

42	Quando contratou crédito consignado, sentiu diferença na aposentadoria/pensão?	Sim	Não
----	---	-----	-----

43	Teve que cortar gastos?	Sim	Não
----	--------------------------------	-----	-----

44	Cortou o quê?	Alimentação	Medicação	Atrasar pagamentos	Lazer
----	----------------------	-------------	-----------	--------------------	-------

45	Como ficou sabendo do crédito?	Propaganda TV, rádio	Abordagem na rua
	Abordagem loja	Filhos/netos	Amigos
			Outros:

46	Quando contratou, compreendeu as normas do contrato?	Sim	Não
	Se não, quais foram as dúvidas?		

47	Adquiriu alguma dívida após ter contratado os empréstimos?	Sim	Não
----	---	-----	-----

48	Contrataria outra vez?	Sim	Não
----	-------------------------------	-----	-----

Observações adicionais:

APÊNDICE D – Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) Sr(a).

Estamos desenvolvendo uma pesquisa, sob coordenação do Prof. Dr. Johannes Doll, Faculdade de Educação, UFRGS, que visa conhecer os fatores de risco de um endividamento de pessoas idosas, cujo título é “Propensão ao endividamento de pessoas idosas: um estudo sobre fatores de risco no Rio Grande do Sul”. Você está sendo convidado(a) a participar deste estudo.

Sua participação se dá através de uma entrevista com perguntas a respeito das suas opiniões em relação ao dinheiro e ao consumo. É importante que você saiba que sua participação é voluntária e que você pode interrompê-la a qualquer momento ou recusar-se a autorizar o estudo, sem qualquer consequência para você.

Os dados de identificação serão mantidos em sigilo e os resultados obtidos na pesquisa serão utilizados, confidencialmente, apenas para alcançar os objetivos do trabalho expostos acima, incluindo a possível publicação na literatura científica especializada.

Por se tratar de uma entrevista, há somente um risco mínimo de causar certo desconforto em relação ao assunto abordado. Estaremos sempre à disposição para qualquer esclarecimento acerca dos assuntos relacionados ao estudo. No momento em que desejar contatar o pesquisador responsável pelo estudo, isso pode ser feito através do telefone (51) 3308.4144, Faculdade de Educação, UFRGS. Em caso de dúvida pode-se fazer contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFRGS, (51) 3308.3738, ou com o SESC-RS, através do telefone (51) 3284.2000.

Pedimos a sua assinatura neste consentimento para confirmar a sua compreensão em relação a este convite e sua disposição a contribuir na realização deste trabalho, em concordância com a Resolução CNS n° 466/12 que regulamenta a realização de pesquisas envolvendo seres humanos.

Desde já agradecemos a sua atenção.

Assinatura do Pesquisador Responsável

Eu, _____, após a leitura deste consentimento, declaro que compreendi o objetivo deste estudo e confirmo o interesse em participar desta pesquisa.

_____, ____ de _____ de _____.